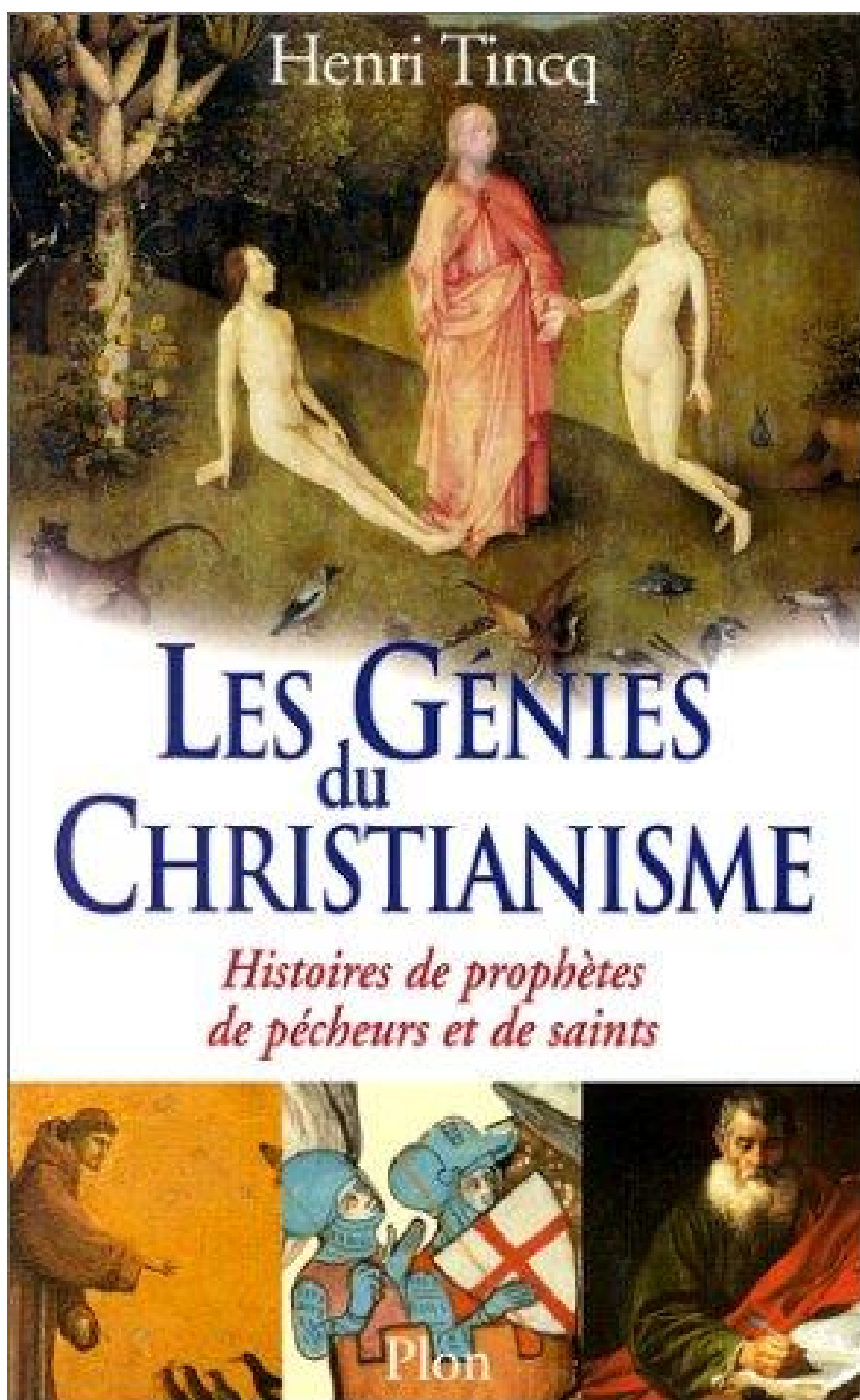


Os Gênios do Cristianismo [Henri Tincq]





Histórias de Profetas, de Pecadores e de Santos

Desenhos de Philippe Kailhenn

gradiva

PÚBLICO

Título original francês: *Les génies du christianisme*
c 1999, by *Henri Tincq*

Tradução: *Público*

Revisão do texto: *Público*

Fotocomposição: *Gradiva*

Impressão e acabamento: *Rolo ç Filhos, Artes Gráficas, L.da*

ISBN 972-662-706-0

Reservados os direitos para Portugal por: *Gradiva -- Publicações, L.da*
Rua Almeida e Sousa, 21, r/c, esq. -- 1399-041 Lisboa TeleIs.

213974067/8 -- 213971357 -- 213953470

Fax 213953471 -- Email: gradiva@aip.pt

URL: <http://www.gradiva.pt>

1.a edição: *Dezembro de 1999*

Depósito legal n.º 143 683/99

Exceptuando a apresentação, a cronologia e o léxico, que foram traduzidos especificamente para esta edição, a presente obra reproduz a versão publicada no jornal *Público*

Veja o nosso site na Internet

<http://www.gradiva.pt>

os génios do cristianismo

Sem o erro de cálculo de um monge do século VI, Dionísio Exíguo, cujos trabalhos serviram para contar os anos a partir do nascimento de Jesus Cristo, teríamos celebrado o ano 2000 em... 1994 ou 1996. Mas estamos no ano 2000. O cristianismo não é a religião mais antiga do mundo, mas entra no 3.º milénio da sua história.

Nestes vinte séculos de história impõem-se grandes figuras ou sequências. Henri Tincq seleccionou algumas para uma série publicada por *Le Monde* no Verão de 1999. Os «génios» são os homens e as mulheres que marcaram estes 2000 anos de cristianismo: Jesus, mas também Paulo, Agostinho, Francisco de Assis, Martinho Lutero, Bartolomeu de las Casas, Teresa de Ávila, Inácio de Loyola, e contemporâneos, como Martin Luther King, Desmond Tutu ou Madre Teresa de Calcutá.

O Público, que publicou a série em Portugal, acrescentou, com dois trabalhos elaborados por António Marujo, duas figuras portuguesas que adquiriram uma importância ímpar na história do cristianismo: António de Lisboa tornou-se o santo católico mais conhecido em todo o mundo e o padre jesuíta António Vieira foi o primeiro a conseguir que os papas suspendessem o funcionamento da Inquisição por alguns anos.

Esta história é feita de bons e maus «génios», como a «guerra santa» das cruzadas, a luta contra as heresias com a Inquisição, a resistência de Roma às conquistas da liberdade e da modernidade.

Num vaivém permanente entre o passado e o presente, apresentam-se debates que ainda hoje prosseguem: o lugar do pecado e da culpabilidade, o estatuto da verdade no cristianismo, a sua relação com o judaísmo ou o islão, a razão ou a ciência. Não se faz aqui uma história do cristianismo, mas contam-se algumas das mais marcantes histórias destes dois milénios cristãos. Histórias de loucos e pecadores, de profetas e de santos.,

Henri Tincq é jornalista de *Le Monde*, onde é onde é responsável pela rubrica «religião» desde 1985 e preside à associação francesa dos Jornalistas de Informação Religiosa.

Ilustrações da capa: Jerónimo Bosh, *O Jardim das Delícias*, tríptico, pormenor do paraíso

Giotto, s. *Francisco de Assis e os Passarinhos*

Foto c AKG, *São Luís na VII Cruzada*, pormenor

Backer Jacob A., *S. Paulo Escritor*

à minha esposa, Evelyne (1948-1998), que desapareceu precocemente

Ao ler-se a história da Igreja, ao estudar-se esse resíduo de história pretensamente cristã -- tal como ao ler certos episódios da Bíblia --, é possível coleccionar monstruosidades e ter dos homens da Igreja uma representação tão medonha que não podem senão ser repelidos com repugnância! Mas a Igreja não é isso...

MAURICE ZUNDEL

Genebra, 6 de Fevereiro de 1966

Apresentação

Ano 2000 depois de Jesus Cristo... Religião com perto de dois mil milhões de homens e de mulheres em todo o planeta, o cristianismo conta dois mil anos de história e entra, sem obstáculos, no seu terceiro milénio.

2000 será o ano dito do *Jubileu*, palavra forjada a partir do hebreu *yovel*, que na Bíblia designa o período sagrado que ciclicamente, de sete em sete anos, impõe ao povo judeu obrigações específicas. Milhões e milhões de crentes irão afluír aos lugares sagrados do cristianismo: a Belém, onde se supõe que Jesus tenha nascido; a Nazaré, onde passou a infância e a juventude; a Jerusalém, onde foi condenado à morte. Mas se é em Roma, *capital* do catolicismo, que uma vez mais se irão concentrar os olhares e as câmaras -

as solenidades do *Ano Santo* deverão ser oficialmente inauguradas pelo papa João Paulo II a 25 de Dezembro de 1999 --, também os outros lugares memoráveis do cristianismo, como Genebra para os seguidores da Reforma, Cantuária para os anglicanos, Constantinopla, Moscovo ou Atenas para os ortodoxos, participarão, à sua maneira, na celebração.

Se o crente sente necessidade de encontrar balizas numa história que lhe é, sem dúvida, familiar mas, por vezes, densa e de contornos pouco definidos, o não crente conhece a memória da humanidade que representa o percurso, às vezes sublime, frequentemente caótico e trágico, destes vinte séculos de cristianismo. Sob o pretexto do ano 2000, ele poderá aceitar fazer um regresso ao passado, para tentar redescobrir -- ou descobrir, no caso das gerações mais novas -- esse património de valores e de civilização comuns.

Tal como o crente, não é de uma *súmula* exaustiva, ou de um condensado de uma matéria que é por demais vasta, aquilo de que o não crente está à espera, mas antes de uma nova leitura, despojada de intenções apoloéticas ou militantes, de algumas páginas grandiosas desta história do cristianismo. Ela será de acesso tanto mais fácil quanto tiver a ilustrá-la grandes figuras, antigas ou modernas, cujas obras, ideias e influência no século e na posteridade precisam de ser lembradas. Mesmo afastados das Igrejas, os jovens reivindicam chaves interpretativas que lhes permitam compreender o mundo, pelo que uma narrativa deste género deveria facilitar-lhes a tarefa.

Tomando como ponto de partida, se possível, uma obra literária que tenham escrito ou inspirado, dar-se-á de novo vida aos homens e mulheres que marcaram -- para o bem ou para o mal -- estes vinte séculos. A escolha destes *génios* do bem ou do mal é simultaneamente determinada pela marca que deixaram no seu tempo e pela capacidade, que só eles tiveram, de suscitar debates -- filosóficos, religiosos, culturais, políticos -- que continuam a interessar ao homem de hoje.

Procurar-se-á, através dessas figuras, ressuscitar épocas, sem preocupações de rigor cronológico mas centrando-as nos períodos-charneira desta história: o século I, de Jesus, dos apóstolos, dos evangelistas; o século IV, dos Padres da Igreja e de Agostinho de Hipona, que, num Império Romano em declínio, imprime todo o seu fulgor ao projecto cristão; a Idade Média, dividida entre a edificação espiritual e a violência do combate contra a heresia, o judeu, o muçulmano; o século XVI, extraordinário ponto de confluência da história cristã onde rondam a abominável Inquisição espanhola, a descoberta do Novo Mundo, o poder reformador de Martinho Lutero e a profundidade mística de uma Teresa de Ávila e de um João da Cruz; enfim, o período moderno, saído das Luzes e da Revolução Francesa, com os seus ideais de liberdade, soberania da consciência, democracia e justiça dos homens.

Num ir e vir entre esse passado e o presente, mostrar-se-á em que medida o *génio* escolhido -- ou a sequência histórica que se privilegiou -- abriu novos caminhos, preparou evoluções que marcaram a história das Igrejas e da humanidade. Também aí se procurarão *charneiras* que

permitam compreender a razão por que a evocação das cruzadas e das Reconquistas cristãs na Europa continua a suscitar incompreensões, se não mesmo rejeição, entre o islão e o Ocidente; por que razão os cristãos do Oriente, em particular os ortodoxos, maltratados pela História -- desde

o saque de Constantinopla, com a ocupação otomana, às perseguições comunistas -- são tentados por formas de reserva e retraimento. E passa-se, assim, da Inquisição

para formas de intolerância religiosa que perduraram; de Francisco de Assis para a teologia da libertação na América Latina ou para a caridade palpável de Madre Teresa de Calcutá; de Teresa de Ávila para as novas manifestações de misticismo que hoje invadem o mundo.

Através destas personagens e da evocação do tempo em que viveram e da herança que nos legaram, poderemos então, recomeçando tudo de novo, aflorar melhor algumas das grandes questões que se levantam ao cristianismo no dealbar do século XXI:

- a tensão entre a *fé* em Cristo e a *verdade* histórica (a propósito de Jesus);

- a relação com o judaísmo, de que é o herdeiro (Paulo);

- a liberdade do homem perante o mal e o pecado (Agostinho e Lutero);

- a defesa da *Verdade*, das escrituras e dos lugares sagrados (cruzadas, combate às heresias, Inquisição);

- a ligação à ordem social e ecológica do mundo (Francisco de Assis);

- a divulgação da mensagem cristã junto de culturas longínquas (Bartolomeu de las Casas e Inácio de Loyola);

- o frente-a-frente místico com Deus (Teresa de Ávila, os místicos do Oriente e os contemplativos do Ocidente);

- a tensão entre a fé em Deus e o primado da consciência individual (Lutero e Calvino);

- o confronto com as ideias liberais, o positivismo, a modernidade (Lamennais, Renan, Loisy, para não considerar senão o caso de França);

- a inserção da mensagem evangélica num século XX que, ao mesmo tempo que *matava* Deus, *matou* o homem, nos campos de concentração nazis e no *gulag*

A ambição desta obra é propor ao leitor, crente ou não, um livre cavalgar por vinte séculos de cristianismo, num cruzamento de géneros e de épocas, de páginas soberbas e trágicas, num jogo de espelhos em que a religião cristã se reflecte no seu tempo, na sua actualidade de hoje e noutras formas de crença, projectando-se no futuro.

Jesus, um *terno sonhador* da Galileia
que quer revolucionar o mundo

Foi preciso esperarmos o século das Luzes para nos interrogarmos sobre a historicidade dos Evangelhos. Sobre a vida de Jesus, a exegese crítica fez a triagem do autêntico e da lenda. A partir da Shonh, impõe-se o retrato de um judeu próximo dos rabinos liberais do seu tempo, que rompeu com o judaísmo farisaico nas questões de pureza e piedade, incapaz de ter rejeitado um povo de Israel ao qual está ligado por todas as fibras do seu ser.

Um homem incomparável.

Três palavras que provocam escândalo. A 22 de Fevereiro de 1862, num anfiteatro repleto do Colégio de França, a lição inaugural de Ernest Renan, o autor do crime, vai ser também a última. Na França do Segundo Império, qualificar Jesus de *homem incomparável* -- e nada mais -- equivale a renegar a divindade. Dois anos mais tarde, o escritor é afastado da cadeira de Hebraico que, sob influência de uma amiga de infância, Napoleão III lhe tinha oferecido. Entretanto, fora publicada a sua *Vida de Jesus*. O sucesso é enorme, tal como a cabala. Doze edições vão seguir-se até 1868. A *grande diocese* -- assim lhe chamará o crítico Saint-Beuve -- dos deístas, dos positivistas, dos panteístas, dos discípulos da religião natural, dos prosélitos da ciência pura esfrega as mãos e rejubila.

Na outra trincheira, a imprensa ultraclerical perde a cabeça. Renan, o renegado. Antigo seminarista menor de Saint-Nicolas-du-Chardonet, educado depois pelos padres de São Sulpício, há muito que mandou o hábito às malvas. A sua *Vida de Jesus* é o maior crime de imprensa cometido desde Voltaire, clama o abade Cognat, um antigo condiscípulo. No *Monde*, jornal dos católicos intransigentes, o futuro bispo Freppel dá o toque de carga contra este espírito soberbo que só usa a sua falsa ciência para desorientar as massas e enganar os simples. Está-se na véspera da guerra de 1870 [contra o Reich alemão], e o alsaciano Freppel pressente uma nova máquina de guerra alemã. Bem visto. Renan nunca escondeu a sua inclinação por Hegel e pela filosofia alemã.

Mais tarde, Renan autojustificar-se-á. Como falar de uma civilização semítica sem falar de Jesus? *Seria o mesmo que autorizar um botânico a falar da raiz, mas não da flor e do fruto*, responde o professor de Hebraico. *Tinha de nomear Jesus. Devê-lo-ia fazer usando fórmulas teológicas que pressupunham a divindade? Não o penso. Não abordei o meu tema como teólogo, mas enquanto historiador. Tal como para o físico e o químico, também para o historiador não há milagres. Há factos, causas e leis* (1868). Renan não é o primeiro a contestar a historicidade da Bíblia, a negar o sobrenatural e os milagres dos Evangelhos, reduzidos a puras narrativas lendárias. Mas ninguém o havia feito antes com esta pena calorosa e mágica, nem para um tal público. Ninguém tinha dito, como ele, que Jesus é uma personagem excepcional, sublime, mas que Jesus não é Deus.

O debate dura desde há 2000 anos! Não tinha sido Jesus o primeiro a testar os seus discípulos? *Quem dizem os homens que eu sou?*, perguntou um dia no caminho para Cesareia. à sua volta, os amigos especulam: *Para uns, és João Baptista. Para outros, Elias. Para outros, ainda, Jeremias ou um dos profetas.* Jesus replica com esta pergunta que está no coração da singularidade cristã: *E vós, quem dizeis que eu sou?* Pedro, o primeiro dos discípulos, responde à queimadura: *Tu és o Cristo, o filho do Deus vivo.* Jesus encerra a conversa: *Bem-aventurado és tu,*

Simão, porque não foram a carne e o sangue que te revelaram isto, mas o meu Pai que está nos céus. Passa-se assim do Jesus da História -- o homem incomparável, caro a Renan -- para o Cristo da fé. Da ordem do acontecimento à do mistério.

O historiador judeu Flávio Josefo, no fim do século I, refere Jesus em duas ocasiões. A primeira a propósito da lapidação, em 62, em Jerusalém, do discípulo Tiago, o irmão de Jesus, chamado «Cristo». A segunda menção, também nas *Antiguidades Judaicas*, é mais longa: Nesta época, escreve Josefo, viveu Jesus, um homem excepcional, porque realizava coisas prodigiosas. Conquistou muitos adeptos entre os judeus e até entre os helenos. Quando, por denúncia dos notáveis, Pilatos o condenou à cruz, os que lhe tinham dado a sua afeição não deixaram de o amar, porque ele apareceu-lhes ao terceiro dia, de novo vivo, como os divinos profetas o haviam declarado. Nos nossos dias ainda não acabou a

linhagem dos que, por causa dele, se chamam cristãos. Belo de mais para ser verdadeiro. Este texto foi provavelmente retocado por mãos cristãs.

Menos contestado, o historiador romano Tácito relata no século seguinte, nos *Anais*, as acusações de Nero após o incêndio que devastou Roma em 64: Nero procurou os culpados e infligiu refinados tormentos àqueles que eram detestados pelas suas abominações e a que a multidão chamava «cristãos». Este nome vem de Cristo, que o procurador Pôncio Pilatos entregou ao suplício.

Plínio, o Jovem, descreve numa carta a Trajano os ritos cristãos: Reúnem-se numa data fixa, antes do nascer do Sol, e cantam entre eles um hino ao Cristo como a um deus. Comprometem-se sob juramento a não cometer roubos, assaltos ou adultério, e a nunca abdicarem da fé.

São as únicas provas não cristãs da existência de Jesus e da sua infamante execução numa cruz. É tudo e é pouco. Jesus não deixou nenhum escrito. Do seu nascimento, da sua infância, da sua pregação, do seu processo, do seu suplício, dos seus discípulos, só se conhecem testemunhos fragmentários e tardios, redigidos duas ou três gerações depois dos acontecimentos, compilados sob o nome de Evangelhos e dos quais apenas quatro são reconhecidos pelas Igrejas. Muita obscuridade atravessa estas narrativas, que são testemunhos de fé e de catequese. Do Jesus da História, pouco se sabe. Renan quis extraí-lo da sua ganga dogmática. Mas já ninguém pretende hoje reconstituir uma história quimicamente pura. A coerência da vida de Jesus tal como foi transmitida e as consequências dos seus ensinamentos já não podem ser afastadas como factos que não dizem respeito à História.

Que pode vir de bom de Nazaré?

Um homem incomparável. Quando Jesus nasceu, não havia registo civil. Os humildes da Palestina não conhecem a sua data de nascimento. Assim, estamos mais seguros da data da sua morte (Abril, 30 ou 31), do que do ano e lugar onde Jesus viu a luz do dia. A única certeza é que o seu nascimento ocorreu no reinado de Herodes, o Grande, que teria sido o autor do massacre dos inocentes -- o assassinio decretado de todas as crianças até aos dois de idade -- e que morreu no ano 4 antes da nossa era. Jesus teria assim, nascido entre quatro e seis anos... antes de Jesus Cristo!

Este Jesus, Yeshua em hebraico, é um homem do Norte. Um galileu de Nazaré, a aldeia de que os cépticos troçarão mais tarde ao escutar Jesus: *Que pode vir de bom de Nazaré?* Esta terra perdida é ignorada no Antigo Testamento e em toda a literatura profética. A ideia de fazer nascer na cidade real de Belém (Judeia) o Filho de David -- assim chamado pela longínqua ascendência davidica de seu pai, José -- teria si-

do um golpe de génio de Lucas e Mateus, os dois únicos evangelistas que falam disto, preocupados em encontrar para Jesus um local de nascimento mais conveniente do que Nazaré. Sob pena de destruir o *maravilhoso* que envolve o nascimento em Belém, esta versão vale o que valem muitas outras.

Da boa educação judaica recebida por Yeshua é que ninguém duvida. É circuncidado ao oitavo dia. Ao quadragésimo, a mãe, Maria, dirige-se ao banho de purificação ritual que se segue ao parto. O pai oferece por ele o sacrifício de resgate do primogénito. Ele próprio é apresentado no Templo de Jerusalém. Na família, recita-se todas as manhãs o famoso Shema: *Escuta, Israel, o Senhor nosso Deus é Uno. E tu amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, com todas as tuas forças...* A infância de Yeshua corre assim entre a oficina de carpinteiro do pai, José, e a sinagoga da aldeia, aonde, desde os cinco anos, vai piedosamente escutar o rabino.

Este conta, sem nunca se cansar, que o seu povo foi *eleito* por Deus desde tempos remotos. Repete-lhe a narrativa da libertação da escravidão do Faraó no Egipto, da aliança no Sinai entre Deus e Moisés, do cativoiro na Babilónia, da ocupação persa, da ocupação grega, da vitória dos Macabeus e da nova ocupação romana -- desde que Pompeu entrou em Jerusalém, menos de um século antes --, que continua a desesperar Israel. Como outras crianças judias, o jovem Yeshua vibra com a promessa do *reino* de Deus. Aprende de cor a lei de Moisés, lê a Bíblia em hebraico, escuta os comentários em aramaico. Não diz o rabi que *é preciso engordar a criança com a Torah, como se engorda um boi no estábulo?*

Um delicado fio de água escorre preguiçosamente entre os arbustos. É o Jordão à saída do lago Tiberíades, a caminho do Mar Morto. Aí, um homem despojado, coberto por uma pele de animal à altura dos rins e que se alimenta de gafanhotos e mel selvagem, convoca os homens de Israel a aspergirem-se com a água do *baptismo*. É João, o *Baptista*. É um desses pregadores itinerantes que *surfam* na vaga apocalíptica. Note-se que, desde Zacarias, cinco séculos antes, nenhum profeta se ergue em Israel. Ora, a população impacienta-se, cerra os dentes contra o ocupante e o imperador pagão de Roma, a quem paga pesados impostos. Tem a nostalgia dos bons tempos de outrora e o sonho de um rei-messias, um novo e glorioso David.

Todos os dias os judeus recitam a Deus as 18 bênçãos: *Vê a nossa miséria, defende a nossa causa e apressa a nossa salvação*. Afogam as mágoas no Templo, pelo qual vela um exército de sacerdotes, devotos ou parasitas, de fariseus e saduceus que gostam de manter querelas entre si sobre a lei de Moisés. Vêem agitar-se indivíduos que querem a *revolução já* -- os futuros zelotas --, enquanto a seita dos essénios, retirada para o deserto, como em Qumran, se impõe uma feroz disciplina, denigre os grandes sacerdotes de Jerusalém e prega o retorno de Messias, o *Príncipe da Luz* que deve vir esmagar o *Anjo das Trevas*.

Como os essénios, João Baptista anuncia que o fim dos tempos está iminente e que a ameaça do julgamento final é para amanhã. E urgente que os homens se reconciliem com os inimigos, peçam o baptismo de perdão dos pecados e se convertam. Jesus, vindo de Nazaré, até então próximo dos fariseus, junta-se à fila dos candidatos ao baptismo. Na prisão, sabendo que tem os dias contados, João interroga-se se Jesus é mesmo o Messias: *És tu aquele que deve vir ou devemos esperar outro?* Na prisão, porque João vai acabar mal. O poder aprecia pouco estes pregadores de belas frases que perturbam a paz civil. Herodes Antipas lança os seus bufos na rota do Baptista, manda prendê-lo e depois executá-lo. Corre que João teria criticado o casamento de Herodes com a sua cunhada Herodiades que, para se vingar, teria pedido a sua cabeça. Uma vida acaba, outra começa. Yeshua retira-se para o deserto. Foi no deserto que Deus celebrou a sua aliança com Israel, é ao deserto que

qualquer judeu piedoso vai preparar-se para o seu regresso. Jesus isola-se 40 dias. Afasta as três perversões que o *diabo* lhe propõe. Oferece-lhe transformar em pães as pedras do deserto quando o povo morre à fome; replica Jesus que *nem só de pão vive o homem, mas da palavra que sai da boca de Deus*. Desafia-o a atirar-se do alto do Templo para provar que é o Messias; Jesus responde com uma outra citação das Escrituras: *Não tentarás o Senhor teu Deus*. Propõe-lhe, enfim, tomar o poder sobre os *reinos do mundo*; Jesus não quer uma coroa de rei e afasta o diabo de uma vez por todas: *Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a ele prestarás culto*. Não tem alma de revolucionário que promete arrasar tudo, nem de mago que dita a lei ao Templo, nem de libertador político.

Tanto em Nazaré como nas margens do Tiberíades, onde começa a pregar, nunca Jesus abandona o seu modesto meio de origem. Está à vontade entre os pequenos artesãos, os camponeses, os jornaleiros, os pescadores, os publicanos colectores de impostos, os pastores que percorrem os montes da Galileia. *Trabalhos, sementeiras, colheitas*. ele fala a sua linguagem manual, rudimentar, cheia de imagens. É também neste meio que recruta os seus melhores amigos, Simão/Pedro, Tiago, João e os outros, que, se não são *amhaarez* (os da gleba), também não são eruditos ou devotos.

Eles abandonam os campos e as redes de pesca, mas não compreendem o que lhes acontece. Yeshua não é um rabino vulgar. Fascina os discípulos que se acotovela à sua volta. Afirma que todos são iguais e *irmãos*, enquanto os essênios de Qumran obedecem a um comando hierarquizado e preciso. Nem melhores nem piores do que os outros, estes discípulos vão fraquejar. Judas, principalmente. Mas também Pedro, que, na própria noite da execução, vai renegar Jesus. Antes de compreender e de, no dia do Shavuot (Pentecostes), se reassumir.

Eles não são os únicos a espantarem-se ou, até, a escandalizarem-se. Em Nazaré, Jesus pratica exorcismos e medicina. Expulsa os demónios e cura doentes. Na época, isto não é original. Todas as doenças têm alguma coisa que ver com os maus espíritos. E há uma multidão destes magos que se dizem dotados do poder de curar, de interpretar os sonhos, de predizer o futuro. Como eles, Jesus profetiza, mas -- já o vimos com João Baptista -- o tempo é fecundo em *profetas* que pregam a vinda do Messias, verdadeiros ou falsos, homens de bom senso ou charlatães. Jesus prega não o paraíso na terra, uma libertação temporal, uma apólice de seguro para o céu, mas o *reino de Deus*, ou seja, a antecipação duma felicidade futura a que ele chama a vida eterna. Prega a compaixão pelos doentes e pelos aleijados? É também a prática de todo o bom judeu, a quem a caridade não é interdita.

Mas Jesus tem palavras e gestos explosivos. Não fala por mandamentos mas por parábolas. E sobretudo afirma que os marginais e os estropiados simples de espírito, leprosos, vagabundos, viúvas, estrangeiros, cobradores de impostos, samaritanos -- têm, aos olhos de Deus, tanto valor como os que respeitam escrupulosamente os seus mandamentos, recitam diariamente as suas preces e fazem oferendas ao Templo. Não é a vulgar compaixão, mas uma maneira de proclamar, contra todos os estereótipos, que o amor de Deus se dirige também aos pecadores, aos ímpios, aos párias, àqueles que os judeus piedosos não podem acolher à sua mesa por medo de serem conspurcados.

É uma inversão da pirâmide: *Aquele que queira tornar-se grande entre vós será o vosso servidor, e o que quiser ser o primeiro será vosso escravo*. Nunca ninguém antes falara como ele. Ao judeu que todas as manhãs louva a Deus -- *porque Ele não me fez pagão, porque Ele não me fez mulher, porque Ele não me fez inculto* --

Jesus replica que Deus não veio pelos justos, mas pelos pecadores. E os pecadores arrependidos são justos aos olhos de Deus, não os que se pretendem como tal. Este discurso choca os fariseus escrupulosos, que

fazem da pureza a via de acesso à elite religiosa e um motivo de segregação moral. É toda uma lógica diferente que Jesus propõe. Uma lógica de provocação e ruptura.

O incidente do Templo

Bem-aventurados os pobres de coração, porque é deles o reino de Deus; bem-aventurados os que choram, porque serão consolados; bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados; bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus, bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus; bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque será deles o reino dos céus (...).

O Sermão da Montanha não saiu todo inteiro da imaginação de Jesus Cristo. O doce sonhador da Galileia, como lhe chamou Renan, vai beber o seu repertório nos salmos recitados na sinagoga. Afastados como ele duma prática formalista, outros rabinos surgem a afirmar que a lei do amor é superior à Tora e que o *sabbat* é feito para o homem e não o homem para o *sabbat*. Antes dele, o rabino Hillel, chefe dos fariseus, inclinava-se já para uma aplicação mais flexível da *halakhah*. Por outras palavras, Jesus não prega uma lei nova. A caricatura que durante muito tempo opôs um judaísmo regulamentar, puro e duro, e uma religião do coração, de que Jesus teria sido o importador, não resiste à análise.

Se o judaísmo é um mosaico de correntes, Jesus é perfeitamente judeu a cem por cento. Ele nunca rejeitou a autoridade da Tora. Está imerso na cultura do tempo, não é um extraterrestre. Mas a sua maneira de criticar a piedade ritualista e de pretender que a sua autoridade não é derivada, mas lhe vem, em linha directa, do próprio Deus, choca o seu tempo. Ele é judeu, mas ultrapassa o judaísmo, como explica Heinz Zahrnt, um dos seus mais penetrantes exegetas: Jesus muda a relação entre o dom gratuito de Deus, a que ele chama *graça*, e a acção humana. Deus tem uma definição da justiça que não é a dos homens. Não paga ele aos trabalhadores da última hora o mesmo salário que aos que trabalharam o dia todo? Os méritos para obter a salvação são uma coisa, a lógica de Jesus é outra. A *Lei já não é a de talião, mas a do perdão*, escreve Heinz Zahrnt.

O conflito estala no *santo dos santos* da tradição, isto é, no Templo de Jerusalém. Jesus acaba de fazer uma entrada triunfal na cidade. É seguido por uma multidão cada vez mais compacta de homens e mulheres que aplaudem os seus milagres. Mas ele já não se contenta com espicar os fariseus e outros funcionários da Lei judaica. Ele vem provocar as autoridades religiosas no seu próprio terreno. Ao entrar no Templo, põe-se a expulsar todos os que aí vendiam e compravam, vira as mesas dos cambistas e os bancos dos mercadores de pombas (Marcos 11, 15). E deixa-se arrastar para a imprecação: *Da casa de Deus fizestes uma caverna de ladrões*. Esta violência não parece própria do Nazareno, mas ela é mais do que um protesto contra a perversão dos ritos judaicos. Ao atacar directamente o Templo, inclusive antecipando a sua destruição (em 70, pelas tropas de Tito), não anuncia, como pensa um outro exegeta, Michel Quesnel, uma era nova, uma perspectiva messiânica sem precedente?

O episódio do Templo de Jerusalém marca a ruptura. Rompe o frágil equilíbrio entre um mundo judaico sempre pronto a ferver e o ocupante. A condenação à morte de Jesus está programada. Porque, em período de festa pascal, as forças de ordem romanas estão alerta. Temem o menor motim na cidade. Ora, vozes histéricas plebiscitam Jesus, declaram-no *rei dos judeus*. A sequência -- a última Ceia, o processo, a condenação à morte, a execução numa cruz -- é conhecida. A responsabilidade dos judeus é aí assinalada pesadamente, e por longo tempo. Pois os redactores dos Evangelhos não fazem distinção entre os grandes sacerdotes,

Anás, Caifás, os seus homens de mão -- que o historiador Jules Isaac qualificou de *polícias do Templo* ou mesmo a escória --, que entregaram Jesus à justiça romana, e o conjunto do povo judeu.

Como explicar uma amálgama de tão funestas consequências? Os Evangelhos foram redigidos no fim do século I, numa época em que se tinha cavado um fosso entre os judeus fiéis à Lei de Moisés e os adeptos da nova. Um preconceito polémico marca a composição da narrativa da Paixão e a escolha das citações (*Que o seu sangue recaia sobre nós e sobre os nossos filhos!*, escreve Mateus), de que a tradição cristã fará *um abuso mortífero* (Jules Isaac). Polémica e incerteza histórica: os Evangelhos não concordam sequer sobre a reunião do Sinédrio (tribunal judaico) que teria entregue Jesus ao ocupante romano. Na sua época, a grande maioria do povo judaico não vivia já na Palestina. Nunca ouviu falar dele. A tese da rejeição de Jesus por Israel não tem fundamento. Nem a da rejeição de Israel por Jesus. Se ele denunciou os devotos hipócritas e os ricos, como teria ele rejeitado um povo judaico em que estava enraizado por todas as fibras do seu ser?

A opinião dos historiadores pende hoje noutra direcção. Ela inculpa o ocupante romano, desculpando quase todos os membros da casta sacerdotal que entregaram Jesus. Pilatos é o prefeito do imperador em Jerusalém. Tem o direito de vida ou morte sobre os habitantes que estão sob sua alçada. Deixa-se convencer, decide suprimir o agitador, quer fazer de Jesus um exemplo. É Pilatos quem pronuncia a sentença, quem o faz flagelar, quem o faz morrer numa cruz, suplício tipicamente romano, infligido por soldados romanos. Para os crentes, a história não acaba aqui. Ao terceiro dia, as testemunhas vêem o túmulo vazio e anunciam que Jesus *ressuscitou*.

É o símbolo de uma transfiguração num *além* dos limites e da morte. Uma lição de esperança para o homem, apesar das misérias da condição que Jesus quis assumir no mistério da sua *encarnação*.

Monopólio do clero e verdade da história

Após ter feito o balanço de dois séculos de trabalhos historiográficos na sua *História da Investigação sobre Jesus* (1906), Albert Schweitzer desesperava da possibilidade de um dia se poder escrever uma vida autêntica e completa do Nazareno. Dada a pobreza das fontes não cristãs e a parcialidade dos Evangelhos, hoje em dia já ninguém sustenta o contrário. Também cada época traça o seu próprio retrato de Jesus. Tivemos Jesus revolucionários, Jesus taumaturgos, Jesus feministas. Fizeram-no viajar pelo Egipto, pela Índia e, até, como Tintin, pelo Tibete. Depois da Shoah, a releitura da história do povo judeu varreu muitos fantasmas a propósito de Jesus. Provou quanto ele era próximo dos rabinos e profetas mais abertos do seu tempo e, ao mesmo tempo, diferente deles. Ela confirma a esmagadora responsabilidade do ensino cristão na tese da culpabilidade do povo judeu, injustamente acusado de ter mandado matar Jesus.

Mas todas estas questões estão longe de poder ser elucidadas. O homem de Nazaré nasceu de uma virgem, como afirmam os textos evangélicos? Teve irmãos, meios-irmãos ou primos? O termo grego *adelphos* não distingue entre *irmão* e *primo* e presta-se a todas as interpretações. As primeiras comunidades cristãs, em que viviam os redactores dos Evangelhos, não se preocupavam com o rigor histórico nem com a precisão cronológica. Elas evoluem num universo mental em que categorias como o real e o sobrenatural não são distintas como hoje.

As Igrejas recompuseram-se do cientismo, hoje ultrapassado, dum David Strauss [*Vida de Jesus*, 1835] na Alemanha ou de um Renan em França. A par da leitura literal dos textos, que recupera terreno nos fundamentalistas cristãos, impôs-se uma leitura dos Evangelhos iluminada pela história, pela arqueologia e pela exegese. Esta leitura foi tão longe

que as Igrejas passam a alarmar-se perante um cristianismo á *la carte*, em que o fiel deixa de acreditar de olhos fechados nos Evangelhos, faz a triagem entre os dogmas e as *verdades*, humaniza Jesus ao ponto de, por vezes, dele fazer um novo Sócrates ou um novo Buda, um sábio, um mago.

Tremem quando autores não *autorizados* (como o jornalista Jacques Duquesne ou os realizadores de *Corpus Christi*) tentam integrar, com maior ou menor felicidade, as mais recentes descobertas exegéticas, dirigindo-se a um público menos *preparado*, mas tanto mais curioso quanto tem a noção de que lhe escondem a verdade. Não é vão o temor de se chegar a uma história *diminuída* de Jesus ou a uma visão redutora dos Evangelhos. Como conciliar uma interpretação mais científica de textos sagrados com a adesão a uma fé que transcende a ciência?

Paulo de Tarso, sem o qual o cristianismo não passaria de uma seita judaica

É ao mesmo tempo judeu, grego e romano. Perseguidor dos cristãos, torna-se depois o seu mais zeloso missionário. Converte os pagãos de Antioquia a Corinto e a Roma. É o primeiro a dizer que é possível ser-se cristão sem se submeter às práticas judaicas. É preciso fazer dele o pai

de um cisma judeo-cristão com consequências tão trágicas? Ele próprio não cessa de lembrar aos convertidos que a força da sua fé é judaica.

Um poeta e um filósofo, Charles Péguy e Jacques Maritain, interrogaram-se ambos sobre o mistério do povo judeu, sobre o seu destino singular e trágico, sobre a ruptura do cristianismo com a sua origem judaica. No *Mistério da Caridade de Jeanne d'Arc* (1910), Péguy interpela Deus: *O que é que vos faz, afinal, esse povo para que o tenhais preferido a todos os outros povos, eleito de que eleição, a que preço, meu Deus, mesmo que ao preço desta dispersão? Vós escolhestes, vós triastes de entre eles a longa linhagem dos profetas e, como a sumidade, o último de todos, o último dos profetas, o primeiro dos santos, Jesus, que foi judeu, um judeu entre os judeus.*

A 5 de Janeiro de 1944, Jacques Maritain transmite de Nova Iorque uma mensagem radiofónica: *Como é possível que tantos cristãos fechem os olhos ao significado sobrenatural de um drama que apenas eles estão em condições de decifrar? Não se trata apenas de uma questão de humanidade: há outras e inumeráveis vítimas, é verdade, mas os judeus são as primeiras vítimas e os únicos que se quer exterminar da face da Terra como raça e como povo. E o nosso Deus que está em causa, é ele que é esbofeteado, batido, insultado, escarrado pela perseguição anti-semita. A partir de agora, Cristo já não separa mas, pelo contrário, une judeus e cristãos.*

Regresso a 51 depois de Jesus Cristo. Em Salonica, na província romana da Macedónia, rebentam confrontos entre judeus e cristãos prosélitos, acusados de violar decretos do imperador e levados a tribunal. Numa carta endereçada de Corinto, Paulo espuma de raiva contra os chefes da comunidade judaica: *Eles mataram o Senhor Jesus e os profetas, e perseguiram-nos também a nós. Eles não agradam a Deus. Eles impedem-nos de pregar aos gentios para salvá-los. E com isto enchem a medida dos seus pecados, até que a cólera de Deus acabe por cair sobre eles.* (Primeira Epístola aos Tessalonicenses 2, 15 e 16). É terrível este apelo ao julgamento de Deus sobre o povo eleito, apresentado como infiel! Julga-se voltar a ouvir o grito -- *Que o seu sangue recaia sobre nós e sobre os nossos filhos!* --, lançado vinte anos antes pela plebe de Jerusalém junto a uma cruz romana. Pila os dera-lhes a escolher entre o criminoso Barrabás e esse Jesus, o Nazareno, que queria libertar os judeus do ocupante romano. Ela tinha-o deixado morrer penosamente numa cruz de madeira.

Mas quem é o verdadeiro Paulo? Esse provocador genial cujas imprecações sem fim põem os seus irmãos judeus fora de si? Ou o santo apóstolo que advinha o drama prestes a instalar-se entre o povo de Israel e a Igreja nascente? Porque é o mesmo homem que pressente que, um dia, serão os cristãos a não querer dever mais nada aos seus pais na fé, judeus como ele, e a separar-se das suas raízes. Na Epístola aos Romanos, uma das páginas mais sumptuosas da literatura cristã, ele compara o povo judeu à *oliveira mansa*. E lança aos *goyim* (não judeus), aos gentios convertidos ao cristianismo, esta advertência: *Tu, oliveira brava [...] não te vanglories contra os teus ramos. Não és tu que sustentas a raiz, é a raiz que te sustenta a ti!* (Romanos 11, 18).

Não se terá tudo decidido nesta metade do primeiro século? A nova religião propaga-se num império romano ainda povoado de ídolos e num mundo judeu profundamente dividido, em véspera do desastre que, em 70, arrasará o Templo em Jerusalém. Ela afirma a sua superioridade sobre a Lei de Moisés, opõe a sua concepção da *liberdade* a um judaísmo rígido, de estrita observância, pretende *realizar, ou melhor, abolir* a Lei, prega por uma *nova aliança* que supere a *velha*, tornada *caduca*: todos os elementos da tragédia judaico-cristã estão presentes. A oposição fixa-se entre o *particularismo* de Israel e o *universalismo* cristão, representado, desde 57, por este mesmo Paulo na sua Epístola aos Gálatas: a partir de agora, *não há judeu nem grego; não há escravo nem livre, não há homem nem mulher: pois todos vós sois um só em Jesus Cristo* (3, 28). Nas suas palavras nasce o cristianismo. Sem Paulo, teria ele alguma vez passado de uma seita judaica?

Judeu, grego e romano

Fisicamente, Paulo de Tarso não tinha grande aparência. As histórias que correm sobre ele descrevem-no como um homenzinho de traços ascéticos, de sobrancelhas pronunciadas, careca e de pernas arqueadas. Um dia, surge com os traços de um homem, no seguinte com a face de um anjo. Toda a sua vida de aventureiro, eterno fugitivo da morte, torturado, flagelado, lapidado, naufragado, mas proclamando em toda a parte a sua inocência e a sua liberdade, Paulo de Tarso foi um ser so redor, atingido por um mal crónico e misterioso. Epilepsia, malária, cegueira? Ninguém sabe, mas uma época plena de fúria e de crime, de sonhos e de visões, teria sempre de desfigurar o corpo e a mente desta personagem fora de série.

Paulo de Tarso, um agitador, um louco de Deus. Um traidor à pátria para os judeus que, muito antes da Epístola aos Tessalonicenses, o perseguiram com ódio. O protótipo do missionário zeloso para os cristãos, arengando as multidões sob gracejos e vaias, arriscando a pele em cada dia pelo anúncio louco de uma salvação em Jesus Cristo. Mas Paulo é, em primeiro lugar, um meteco, simultaneamente judeu, romano e grego. Judeu de Tarso, o que já não é pouco. Tarso é a capital da Cilícia, na costa da Ásia Menor (actual Turquia), quatro vezes milenar, jóia da margem oriental do Mediterrâneo. Povoada de anatólios, de gregos, de judeus, de romanos, Tarso é o exemplo de cidade cosmopolita e civilizada.

É neste *melting-pot* que nasce Paulo, apenas alguns anos depois desse Jesus que ele não conheceu -- mas nada ignora sobre as circunstâncias da sua morte na cruz. Filho de fariseu, ele é primeiro chamado de Saulo [ou Saul], do nome do primeiro rei de Israel. Os seus pais sonham fazer dele um poço de saber rabínico. Instalam-se em Jerusalém, frequentam a melhor sinagoga e enviam-no para estudar, suprema honra, junto do rabino Gamaliel, o Antigo, um dos maiores mestres do judaísmo do seu tempo. Mas Paulo também é grego. Em Tarso, em tempos ocupada por Alexandre, o Grande, toda a gente fala grego. Paulo frequenta a Academia, os ginásios, os templos, não para se sujeitar aos ritos pagãos mas para se convencer de que a Tora é superior aos deuses locais.

Ele é, finalmente, cidadão romano, título herdado do pai ou adquirido pelo avô, ninguém sabe ao certo. Daí o seu segundo nome, Paulo. Orgulhoso de ser romano, absorve tudo o que chega da capital. Perseguido pelos judeus, evoca o seu *direito de sangue*, beneficiando de extraordinárias cumplicidades quando das suas fugas, reclamando a arbitragem do imperador para escapar ao cárcere e à morte, depois da sua prisão no Templo de Jerusalém. É à cidadania romana que deve o facto de ter escapado ao suplício da cruz, o de Jesus e de Pedro, e de morrer decapitado, provavelmente no ano de 66.

Este homem é um lacerado por fora e por dentro. Fariseu zeloso, animado de uma fé ardente na Sinagoga, transformado em propagandista cristão, recusa sempre as rupturas definitivas e os compromissos obscuros. A sua formação rabínica torna-o rebelde a esse eclectismo da sociedade judaica, inflamada pela expectativa de uma libertação e de um messias, mas onde as capelas nascem como cogumelos à chuva. Se Paulo prefere os fariseus aos saduceus e aos zelotas, mais radicais, é porque crê na perfeição interior pela escrupulosa aplicação da Lei judaica, mais do que na *grande noite da Revolução* sonhada contra o ocupante romano.

Paulo não é o último a ir oferecer apoio aos que perseguem os cristãos. *Ele devastava a Igreja*, testemunha o seu amigo Lucas, redactor dos Actos dos Apóstolos. *Ele entrava nas casas, arrastava homens e mulheres e lançava-os nas prisões*. Ele nunca tentará dissimular o seu zelo para *destruir o cristão* e defender a tradição dos seus avós. Ele estará na primeira linha do linchamento organizado contra Estêvão, que não era um fraco e que era excelente na provocação contra *esses judeus de cabeça rígida, circuncidados de coração e ouvidos, que receberam a Lei e não a souberam guardar*. As pregações inflamadas de Estêvão suscitam a ira dos grandes sacerdotes. Qualquer ataque contra Moisés, qualquer tentativa de pôr em causa o Templo é, então, uma blasfémia, passível de morte. Primeiro de uma longa série de mártires, Estêvão é condenado e apedrejado.

Os dirigentes do Templo enviam Paulo a Damasco para ajustar as suas contas com outros agitadores. Mas, por volta de 33-35, quando vai na estrada, é envolvido por uma luz projectada do céu e por vozes que o transtornam. *Paulo, Paulo, porque me persegues?*, ouve interpelá-lo. Fica esmagado, desvairado, mudo. Os companheiros de viagem não querem acreditar no que os seus olhos vêem, mas escutam as mesmas palavras: *Eu sou o Jesus que tu persegues*. Paulo fica cego. Retira-se durante três dias e três noites, em Damasco, sem beber nem comer, apenas socorrido por um novo convertido, Ananias, que apressa o seu baptismo e a sua entrada na seita cristã. Recupera então a vista e começa a anunciar que o Messias dos judeus já nasceu, que foi supliciado e crucificado.

é uma época propícia às lendas e às narrativas de *conversão*. A de Paulo é a mais espectacular porque transforma um perseguidor num arauto de Cristo. Vive-se uma época que se assemelha à New Age de hoje. Desde as conquistas de Alexandre, o Grande, e dos romanos, o império *mundializa-se*. De Roma à Ásia Menor, de Espanha à Palestina, as etnias, as culturas, as línguas, os deuses coabitam mais ou menos pacificamente. É o reino do sincretismo religioso. Os deuses permutam-se. Os gregos ou os romanos não detestam o *Deus único* dos judeus, que lhes parece mais próximo e mais humano do que Zeus ou Vulcano. Alguns destes pagãos, a que se chama *tementes a Deus*, vão ao ponto de frequentar as sinagogas, seguir a Lei de Moisés, mas recusam a circuncisão, que lhes parece um costume bárbaro e castrador. As próprias mulheres *judaizam-se*, provocando em Damasco, no ano 60, uma rebelião dos maridos!

Os judeus estão presentes em todo o império: 600 mil na Palestina; talvez seis ou sete milhões num total de 50 milhões de habitantes. Alexandria é, então, a primeira cidade judaica do mundo. E nos seus meios judeus helenizados e junto desses pagãos abertos ao monoteísmo que Paulo vai fazer as suas conversões. Por causa do seu passado mais do que suspeito, mantém-se um marginal na comunidade judaico-cristã primitiva de Jerusalém. Põe-se então a seguir Barnabé, um notável de Chipre que gosta dele, judeu da diáspora como ele. Juntos, fazem as primeiras conquistas na província romana da Síria, em Antioquia, no Oronte (a 300 km de Jerusalém). Todos os sábados invadem as sinagogas. Com argumentos rudes dirigidos aos judeus: *É a vós que a palavra de Jesus se deveria dirigir em primeiro lugar. Mas porque vós o rejeitais, nós somos obrigados a virar-nos para os pagãos*. Os seus proble-

mas começam. Um dia é preciso fazer descer Paulo num cesto ao longo de uma muralha. Noutro, em Icônio, é apedrejado, arrastado para fora da cidade, abandonado como morto. No dia seguinte, está de novo em pé e pronto para partir.

Jerusalém, a cidade santa, alarma-se com o proselitismo dos neocristãos da diáspora na Fenícia, em Chipre, na Síria. Para Pedro, Tiago e os outros discípulos que seguiram Jesus e mantêm a sua herança, a ideia de romper com o judaísmo é completamente estranha. Apesar de Jesus ter permitido que fosse feita a triagem na Lei de Moisés, eles continuam a ir diariamente ao Templo para as suas devoções, recitam os salmos de David e as Escrituras (ainda falta muito até que os Evangelhos sejam escritos), celebram anualmente a Páscoa judaica, praticam a circuncisão, rezam em hebreu e, mais frequentemente, na língua local aramaica (âmen, aleluia, hossana, marana-tha). Não deixam, no entanto, de praticar os gestos novos -- a repartição do pão ou o baptismo da água --, que dizem ter aprendido do seu fundador, mas é tudo quanto os distingue dos outros judeus. Não procuram recrutar fora das sinagogas, onde repetem que o Messias chegou, que a tradição judaica *está cumprida* num certo Jesus. E sobre a forma de observar as prescrições judaicas que vai rebentar o conflito entre os *judaico-cristãos* de Jerusalém, fiéis ao Templo e à Tora, e os que, como Paulo, vêm dessa cultura judaica da diáspora, helenizada, mais crítica da Lei e aberta à sua evolução.

O Concílio de Jerusalém

A querela vai decidir-se a propósito dos pagãos gregos e romanos que querem converter-se ao cristianismo (os pagano-cristãos). É preciso submetê-los a todas as obrigações impostas pela Lei judaica, nomeadamente a circuncisão, ou devem ser dispensados? É tolerável admitir na nova Igreja circuncidados e não-circuncidados e fazê-los coabitar? Abre-se o primeiro grande debate sobre a coerência interna da nova fé, que a História registará com o nome de Concílio de Jerusalém. As suas consequências são incalculáveis.

A assembleia realiza-se na Cidade Santa, provavelmente no ano 52 depois de Cristo. Ali estão reunidos a maioria dos apóstolos e dos *antigos*. Para os que descendem do judaísmo farisaico, é uma heresia aceitar na nova comunidade adeptos não circuncidados. Eles evocam todo o rigor da Lei: *Se não vos fizerdes circuncidar segundo o costume de Moisés, não podereis ser salvos*. Delegados de Antioquia, Paulo e o seu amigo Barnabé, convencidos de que o futuro da nova fé está fora da atmosfera asfixiante que reina em Jerusalém, pronunciam-se num sentido mais liberal. É a fé em Jesus, e já não a Lei de Moisés, que se torna o princípio de salvação. Impor a circuncisão aos pagãos gregos e romanos seria o mesmo que erguer um obstáculo à propagação da mensagem cristã. Paulo e Barnabé pregam em nome do *amor* e da *liberdade*. E escandalizam o auditório: entre a obediência à Lei de Moisés e a nova fé em Jesus, não é esta última a mais importante? Se a origem judaica continua a ser um enraizamento espiritual, ela não pode continuar a implicar a dependência.

Pede-se a Pedro e a Tiago para decidir entre os dois campos. Ambos gozam de uma grande autoridade por terem convivido com aquele a que todos chamam o *Senhor*: Sobretudo Pedro, que encarna essa Igreja de Jerusalém que se mantém judaica. Mas ele recorda-se de ter convertido um pagão. E também Cornélio, um *temente a Deus*, que dava muito dinheiro à sinagoga. Para Pedro, Deus não estabelece qualquer diferença entre os homens, sejam eles de origem judaica ou pagã. Ele dá o *Espírito novo* tanto aos pagãos como aos judeus. Então, lança ele à assembleia de Jerusalém, *por quê provocar Deus impondo sobre a cabeça dos discípulos um jugo que nem os nossos pais nem nós próprios fomos capazes de su-
portar?*

Tiago toma, por sua vez, a palavra. Sobe a parada e cita as palavras do profeta Amós, anunciando que o Messias virá para reconstruir a *cabana arruinada de David*. *A minha opinião é que não se devem acumular os obstáculos diante daqueles pagãos que se viram para Deus*, diz. *Exijamo-lhes apenas que se abstenham dos pecados da idolatria, da imoralidade, da carne não sangrada e do sangue.*

Advogados dos pagãos convertidos, Paulo e Barnabé ganharam a partida. São enviados a Antioquia, portadores de uma espécie de regulamento mínimo que ficará na História como o único decreto do Concílio de Jerusalém: *Os apóstolos saúdam os seus irmãos de origem pagã que vivem em Antioquia, na Síria e em Chipre. Decidimos não vos impor nenhuma outra obrigação para além das exigências inevitáveis. abster-vos das carnes dos sacrifícios pagãos oferecidos aos ídolos, do sangue, dos animais proibidos, tal como da fornicção. Do que fareis bem em evitar conscienciosamente. Adeus.*

A fé contra a lei

É o primeiro gesto de independência da Igreja em relação à Lei judaica. Haverá muitos outros depois desta *cimeira* de Jerusalém. Vencidos quanto à circuncisão, os *judaico-cristãos* ortodoxos vão concentrar-se nas leis da pureza que interditam a um judeu partilhar a sua mesa com um nãojudeu. É uma vez mais Paulo quem vai enfrentar este famoso *tabu* da comunidade da mesa. A ideia de que podem vir a nascer duas Igrejas distintas -- os puros e os cristãos de segunda --, incapazes de celebrar juntas a última ceia do Senhor (a missa), é-lhe insuportável. Para não falar do afastamento entre judeus e cristãos.

Paulo vai ao ponto de provocar Pedro, admoestando-o no famoso *incidente de Antioquia*, que conta na sua Epístola aos Gálatas. Um dia, em visita à Síria, Pedro quer agradar a toda a gente e come à mesa de cristãos oriundos do paganismo. Eis que surgem alguns *duros, gente do círculo de Dago*, escreve Paulo, que o acusam de escândalo. E prossegue: *Vimos Pedro retirar-se furtivamente e afastar-se, por medo dos circuncidados*. Pedro agiu mal e Paulo ousa admoestar o primeiro discípulo de Jesus, criticando a sua cobardia. Não se conhece a reacção de Pedro, mas Paulo continua a sua advertência: *Como é que podes obrigar os pagãos a comportar-se como judeus? Nós somos judeus de nascimento e não pagãos. Mas sabemos que o homem não é justificado pelas provas da Lei mas apenas pela fé de Jesus Cristo.*

Dito de outro modo, o Antigo Testamento dos judeus -- isto é, a velha aliança estabelecida entre Deus e o seu povo -- apenas tem sentido quando Cristo cumpre as suas promessas e a graça libertadora suplanta a Lei judaica escravizante. Depois de uma tal provocação, cheio de temor, Paulo vai a Jerusalém, onde a multidão judaica reage mal. Expulsa-o do Templo, quer condená-lo à morte. Consegue escapar, mas estas ameaças vão reforçar ainda mais a sua vocação: é para as *nações ou os gentios* que deve agora voltar-se. Nas viagens que fará até ao fim da vida, até Atenas e Roma, nunca deixará de afirmar que recebeu por missão pregar primeiro aos pagãos, mesmo para escândalo dos judeus que se mantiveram judeus, que não reconhecem o Messias e continuam a viver no *velho mundo*.

Deve atribuir-se a Paulo a responsabilidade por uma separação judaico-cristã que imprimirá a sua marca na História durante dois mil anos? A resposta não é assim tão simples, porque o mesmo Paulo também nunca deixou de tentar limitar os estragos. Ele afirma que é o Deus de Israel que o envia a pregar Jesus: *Não digo nada a mais do que Moisés e os profetas disseram que deveria acontecer*. Nunca leva a cabo uma missão sem antes ir à sinagoga. Se correm com ele, como em Éfeso, instala-se numa escola judaica próxima. Quando chega finalmente a Roma, não se

esconde por trás da sua imagem de renegado, pelo contrário, reivindica a sua qualidade de judeu e responde a judeus e pagãos ao mesmo tempo: os judeus foram inféis, mas os pagãos continuaram a ser idólatras. Vê nascer entre os novos cristãos de Roma uma tendência para se afastarem da nascente judaica e adverte-os: do mesmo modo que os judeus não quiseram abrir as suas portas aos pagãos, também os *pagano-cristãos* fazem mal em esquecer que a origem da sua fé é judaica. Paulo nunca se mostrará tão judeu como num ambiente pagão e tão pagão como num ambiente judeu.

Ensinar o afecto em vez do desprezo

Seja como for, estão criados caminhos divergentes e vão ser precisos vinte séculos -- e inúmeras perseguições -- para que voltem a unir-se. Repousando largamente nesta querela de herança, não mais cessará de aumentar a distância entre judaísmo e cristianismo. O cristianismo rejeitou certas práticas do judaísmo mas guardou a fé num deus único, na história da salvação, nas Escrituras, na ética, na espera da plenitude. Ao privar-se do seu laço com o judaísmo -- esse perigo absoluto que Paulo tinha percebido e denunciado --, a comunidade cristã nascente esqueceu que a história da salvação passa pela história do povo eleito.

A vulgata cristã das origens espalhou uma imagem truncada, degradante, odiosa do povo de Israel. É então que nasce o *ensino do desprezo*, que o historiador Jules Isaac irá denunciar em Roma, diante do papa João XXIII, em 1961. Este *ensino* encontra os seus fundamentos nos Padres da Igreja, num Gregório de Nissa (331-394), que denunciava os *assassinos do Senhor*, um Jerónimo (347-419), que estigmatizava as *serpentes cuja imagem é Judas e a oração um zurrar de barro*, um João Crisóstomo (350-407), que chamava *bordéis* às sinagogas e não tinha palavras suficientemente cruas para vilipendiar *esses bandidos pérfidos, destruidores, debochados, iguais a porcos, mais ferozes que as bestas selvagens, que imolam as suas crianças ao diabo*. Estes venerandos Padres da Igreja gostavam da metáfora animal e tinham o verbo fácil.

Estamos no século IV. Desde o Édito de Milão, assinado por Constantino (313), a liberdade religiosa é tolerada. O cristianismo torna-se a religião do império. O judaísmo sobreviveu à destruição do Templo, em 70, e estendeu-se para longe de Jerusalém, continuando a atrair pagãos e cristãos. A controvérsia não pará de crescer. Estamos num contexto de pura polémica, que é também alimentada pelo Talmude. Os bispos e os teólogos defendem-se da concorrência recorrendo aos piores meios. O seu antijudaísmo vai transmitir-se de geração em geração, com as fases agudas das Cruzadas e da Inquisição.

Os direitos dos judeus são abolidos pouco a pouco. São expulsos da França de Filipe, o Belo, em 1306, da Espanha dos Reis Católicos, em 1492. O século XI inventa o gueto e medidas discriminatórias contra os judeus são decretadas em França e na Alemanha. Os judeus são acusados de roubo de hóstias, de assassinios rituais, de envenenamento dos poços. *Eles mataram Jesus*, por isso podem também degolar crianças ou espalhar a peste negra. Em Béziers, até 1160, o apedrejamento das casas dos judeus é permitido desde Sábado de Ramos até Sábado de Páscoa. Em Toulouse, em cada véspera de Páscoa, um judeu é esbofetado publicamente pelo senhor da cidade. Há apenas cinco séculos, quando da eleição de um papa em Roma, o chefe da comunidade judaica era obrigado a entregar-lhe o seu mais belo livro da Tora, a prosternar-se diante dele e receber um pontapé bem dirigido, antes de retirar-se por entre alas de gente que o insultava. Até 1959, uma oração pelos pérfidos ju-

deus, suprimida pelo papa João XXIII, faz parte da liturgia católica da Sexta-Feira Santa.

Foi o antijudaísmo das origens cristãs que abriu o caminho ao anti-semitismo moderno, pagão e racial dos nazis, que conduziu à tragédia de Auschwitz? O Vaticano publicou, a 15 de Março de 1998, um documento que contesta esta tese sem negar a responsabilidade de muitos cristãos nas aberrações do passado. Desde então, as Igrejas aceitaram reler os fundamentos da sua fé à luz desse acontecimento da Shoah que Elie Wiesel ou Emmanuel Levinas chamam *ausência ou eclipse* de Deus. Ao ensino do desprezo, substituíram o *ensino da estima* pelos judeus. Quando, no Concílio Vaticano II (1962-65), a Igreja Católica condenou os estereótipos, limpou o povo judeu da velha acusação de *deicida* e afirmou que o povo eleito não foi privado da aliança com Deus.

A 13 de Abril de 1986, em Roma, um papa vai pela primeira vez a uma sinagoga. Nesse dia, tal como Paulo na sua Epístola aos Romanos, João Paulo II afirma convictamente que os judeus *são os irmãos preferidos e, num certo sentido, os irmãos mais velhos* dos cristãos. Depois de quase dois mil anos, fecha-se o círculo. A reconciliação não está concluída, mas está aberta a via para um *arrependimento* perante o povo judeu, certamente tardio, mas que ganha todo o seu significado na véspera do ano 2000 e da entrada no terceiro milénio do cristianismo.

3

Agostinho de Hipona, um intelectual
comprometido que se tornou *doutor da graça*

É com os bárbaros acampados às portas de Roma que Agostinho (354-430) se converte ao cristianismo. Intelectual comprometido, tornado bispo nas terras africanas do Império, combate as heresias do seu tempo. Por ter inventado a fórmula do pecado original, fizeram dele o porta-voz de um cristianismo pessimista, culpabilizante, que recusa ao homem a autonomia e a liberdade, condenando-o à salvação ou à condenação. E, no entanto, a sua obra monumental é, toda ela, um cântico à graça de Deus.

Albert Camus e Agostinho... Que pode haver de comum entre o romancista do absurdo e o *doutor da graça*, entre o agnóstico entrincheirado na sua ética de *Homem Revoltado* e o convertido submisso que se abandona nos braços de Deus? Aurelius Augustinus e Albert Camus nasceram na Argélia com quase 16 séculos de intervalo, igualmente habitados pelas distâncias e pelo vento, pela luz e pelas sombras do Mediterrâneo, assombrados pelo mesmo mistério do mal e da morte, do destino e da salvação do homem. Agostinho mergulha num frente-a-frente lírico com Deus -- *mais profundo do que as profundezas de mim mesmo e mais alto que as alturas de mim mesmo* --, de que as *Confissões* são exemplo. Mas Camus não aceita este Deus, imperdoável por autorizar todo o mal que esmaga o mundo.

à primeira vista, nada aproxima o estudante de Cartago, nascido em 353 em Tagasto -- hoje Souk-Ahras, Oeste argelino, não longe da fronteira da Tunísia --, e o liceal de Argel, nascido em 1913 em Mondovi. Albert Camus, que foi baptizado e fez a comunhão solene, descobrirá, no entanto, o cristianismo nas *Confissões* do antepassado convertido. Na colectânea de ensaios *Les Noces* (1938), anotou estas palavras, que figuram ainda na estação arqueológica de Tipasa, vestígio argelino da Roma cristã: *Compreendo aqui o que se chama glória: o direito de amar sem medida*. Não é a réplica exacta da máxima de Agostinho: *A medida de*

amar Deus é amar sem medida?

Mas Camus nunca perdoará ao seu santo mais velho ter sido o pai do pecado original, da predestinação e do inferno, da *condenação dos inocentes mortos sem baptismo*. Em 1948, confrontado com uma reputação de estóico pessimista, Camus exclamará em Paris, perante uma assembleia de dominicanos: *Não fui eu quem inventou a miséria da criatura nem as terríveis fórmulas da maldição divina! Não fui eu quem disse que o homem era incapaz de se salvar por si mesmo e que, no fundo da sua degradação, não havia esperança senão na graça de Deus.*

Maldição de um agostinismo que em parte traiu o próprio Agostinho e o fossilizou em *teses escolásticas* na Idade Média. Albert Camus leu as *Confissões* e as suas admiráveis estrofes sobre a graça e o amor divinos. Mas é o agostinismo que ele ataca, ou seja, a posteridade de uma obra monumental e proteiforme: *predicações, confissões, meditações, correspondências e até retractações.*

Até à Reforma e às Luzes, os escritos de Agostinho sobre a humanidade pecadora (uma *massa de perdição*) desde o pecado original de Adão e Eva, sobre o resgate apenas possível pela graça de Deus, concretizada na fé e no baptismo, trabalharam as mentalidades ocidentais. Depois de Paulo -- e muito antes dos calvinistas e jansenistas --, Agostinho foi transformado no porta-voz de um cristianismo pessimista que recusa ao homem a sua soberania e a sua liberdade e que, pela predestinação, o condena à graça -- a promessa de salvação -- ou ao inferno da danação. Um debate que atravessa a História inteira.

No jardim de Milão

Eu chorava nos mais amargos quebrantos do meu coração. E eis que ouço na casa vizinha uma voz -- um rapazinho ou uma menina -- cantarolar por várias vezes: «Toma e lê, toma e lê.» (...) Ergui-me, interpretando isto como uma injunção divina: tudo o que tinha a fazer era abrir o livro e ler o primeiro capítulo que caísse sob os meus olhos (...) Voltei rapidamente ao lugar onde tinha pousado o livro do apóstolo Paulo. Agarrei-o, abri-o e li em silêncio o primeiro capítulo sobre o qual me caíram os olhos: «Não mais comezainas e bebedeiras; não mais luxúrias e imprudências; não mais disputas e ciúmes; revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não façais de provedores da carne nos desejos.» Não quis ler mais e não valia a pena. Terminada a frase, ela foi como uma luz de segurança infundida no meu coração, dissipando todas as trevas da dúvida.

A doçura da luz de Agosto de 386 e esta célebre cena da conversão de Agostinho no jardim de Milão (Livro viii das *Confissões*) marcam o instante preciso em que, após anos de tormento interior, a vontade cede. É o epílogo de um combate longo e sem mercê que o jovem frívolo, concubino de uma mulher cujo nome permanecerá incógnito e pai de um filho ilegítimo, Deodato, trava contra os *desejos da carne*. Ávido de Deus, amante de mulheres: a modernidade de Agostinho aproxima-o da nossa sensibilidade. Foi um velho padre de Milão, Simplicianus, quem venceu as suas resistências através de testemunhos concretos da conversão. Aos 31 anos, Agostinho não teria chegado à fé em Cristo pela simples reflexão filosófica. A *moral* da sua conversão é que Deus é uma questão de coração, não de especulação.

Agostinho deixa a sua cátedra de reitor da Universidade de Milão, na época cidade imperial, onde o antigo pequeno bolseiro tinha procurado saciar a sua sede de carreira no alto funcionalismo. Tudo abandonando, refugia-se em Cassiciacum (hoje Cassago di Brianza, perto do lago Como), reúne-se com os íntimos e sua mãe, Mónica, cristã fervorosa. Aí, faz o balanço de toda a sua vida. Conservou na memória aquela sabedoria pagã descoberta aos 19 anos no *Hortensius* de Cícero, que estava incluído no seu programa de Retórica e que -- mais do que os ameaçado-

res sermões da mãe -- o tinha convencido a renunciar a uma vida dissoluta. Depois, há a passagem pelos maniqueus, uma seita cristã que divide o mundo em forças do Bem e do Mal, e de que demorará nove anos a livrar-se. Por fim, começou a devorar os filósofos neoplatônicos (Plotino, Porfírio), que o puseram no caminho da *absoluta verdade*.

Verdade que se torna deslumbrante nos encontros com Ambrósio, antigo prefeito tornado bispo de Milão. Agostinho escuta-o, não por ser cristão, mas pelos seus talentos de orador. Através dele, passa a ler a Bíblia de uma forma completamente diferente, mais mística e menos literal. Atormentado pela sua culpabilidade, descobre que o mal não é uma *substância* em si -- como pretendiam os maniqueus --, mas uma privação do bem. Deixa-se convencer de que o *que está acima de tudo* de que fala Platão é o Deus de que lhe falaram na infância, o Deus que tomou forma e encarnou em Cristo. É ao aceitar a ideia de encarnação que Agostinho se afasta duma herança platônica que exclui qualquer ideia de imanência divina. Enfim -- fulminante revelação --, lê com Ambrósio as Epístolas de São Paulo. É aí que descobre que a *graça*, a *verdade*, é um dom gratuito de Deus, em relação ao qual os homens nada podem.

No seu retiro em Cassiciacum, Agostinho encontra o fio condutor: este Cristo, cujo rasto em vão procurara em Cícero, estará doravante no centro da sua vida. Sente-se livre das dúvidas e angústias e tudo abandona: as suas ambições sociais na administração imperial, as coisas mundanas, o belo casamento sonhado pela mãe para regularizar a sua situação familiar. Destina a sua vida à comunidade e à castidade. Ao fim de seis meses, em Março de 387, Agostinho retoma a estrada para Milão e na noite pascal, de 24 para 25 de Abril, recebe o baptismo, tal como seu filho, Deodato, das mãos do bispo Ambrósio.

Que um intelectual, membro da alta sociedade romana, se fizesse assim baptizar não era então um acontecimento banal. A conversão de Agostinho é uma das mais célebres da história cristã. Na sua obra-prima, as *Confissões*, ele revela-nos todos os detalhes e segredos. Pela primeira vez, um escritor da Antiguidade fala-nos na primeira pessoa. Conhecemos o aproveitamento filosófico ou literário que Descartes (com o seu *Cogito, eu penso logo existo*), Montaigne, Rousseau ou Gide fizeram deste procedimento de autobiografia espiritual. A subjectividade é então uma ideia nova: em breve se tornará uma marca do Ocidente. Os jansenistas dirão a Descartes que o seu *Cogito* já se encontrava, 1200 anos antes, em Agostinho!

Os bárbaros às portas de Roma

A cena do jardim de Milão e o retiro em Cassiciacum têm um perfume surrealista num Império Romano em decomposição interna, corrompido, à beira da anarquia e ameaçado do exterior pelos bárbaros. Desde 313 que, graças a Constantino, o cristianismo se tornou a religião imperial. O século IV é o da liberdade para a jovem Igreja. O Édito de Milão pôs termo a três séculos de perseguições. As comunidades cristãs saíram das catacumbas. Mas para o império é uma era de crepúsculo dourado. Os bárbaros acampam às portas de uma Roma que brilha nas suas derradeiras luzes. Em 410, Alarico conquista a cidade dita eterna, mas o imperador Valentiniano há muito que se retirou para Milão. Sinal dos tempos, Agostinho morrerá em 430, na sua diocese de Hipona, cercado pelos vândalos.

A África do Norte, no entanto, será poupada até tarde. Permanece um oásis de paz no império, refúgio da boa sociedade romana. Capital bis, Cartago está afinal a dois ou três dias de viagem de Óstia. É lá, na doçura das noites de Verão africanas, que a elite intelectual disserta até ao infinito sobre os méritos comparados da filosofia grega e da crença no Deus único. Os neoplatônicos e os cristãos remetem-se reci-

procamente para Plotino e para os Evangelhos. Diga-se que o paganismo está quase esgotado, mas que a religião cristã, apesar de oficial, tem dificuldade em se impor. Por um lado, os pagãos admitem que um tal Jesus possa ter existido, mas continuam a sacrificar aos cultos tradicionais. Por outro, entre os próprios cristãos, a ideia de encarnação passa mal. Que Deus tenha podido nascer de uma mulher e encarnado num homem é mais do que estranho. Contudo, pagãos e cristãos coincidem na ideia de uma superação do homem, de um Deus concebido como uma espécie de Ser Supremo.

Surpreenderá o facto de estas disputas filosóficas ocorrerem numa época em que todo o sistema romano apodrece por dentro? A Antiguidade latina, tal como antes a grega, teve sempre um gosto por estas escolas em que se vem discutir as questões do tempo, saciar a vontade de saber filosofar por prazer especulativo, mas também procurar as lições da vida. Ora, no clima de decadência do regime, perante os sobressaltos que anunciam o fim do império e, de certa forma, o apocalipse, a questão da salvação e dos fins últimos do homem é de longe a questão primordial.

A própria ortodoxia cristã está longe de estar fixada, e as seitas pululam -- donatistas, maniqueus, depois os pelagianos. Todos estão convencidos de serem os únicos detentores da verdade e de ensinarem a via real para a salvação. O cristianismo está, então, mais ocupado a resolver as suas dissidências internas e em pôr termo às heresias do que a anunciar o Evangelho.

Agostinho, que bebeu o nome de Cristo no leite materno e recebeu o sacramento de catecúmeno, também frequentou desde muito cedo o maniqueísmo que prosperava no fervilhar especulativo da época. Com as suas regras estritas, a sua doutrina, a sua hierarquia, *os perfeitos, os maniqueus* -- que tanto recrutavam nos meios cristãos como nos pagãos e nas camadas cultas cansadas da atmosfera teocrática do império -- formavam uma espécie de sociedade secreta perseguida e implantada em todo o império. Mas é sobretudo na luta contra os pelagianos que Agostinho vai mostrar a potência do seu génio.

A luta contra Pelágio

Dois anos após o seu baptismo, em 387, em Milão, Agostinho está de regresso à África, onde pretende fazer frutificar a sua experiência religiosa. Já é lido e consultado, e vem gente de longe para o escutar. A quem quer ouvir, repete a lição da sua conversão: se fazemos da verdade um puro objecto de pesquisa intelectual, arriscamo-nos a nunca a encontrar. É no fundo de nós mesmos que a devemos procurar, depois lil á-la à experiência de Deus narrada nas Escrituras. *Conhecer-me, conhecer-Te*, dirá Agostinho num dos seus axiomas mais célebres.

Mas os fiéis, cada vez mais numerosos neste ambiente de fim dos tempos, não só fazem dele seu mestre, como chefe da comunidade cristã. Agostinho dirige-se um dia à cidade de Hipona (Bône, actualmente Annaba, na Argélia) para procurar um amigo. Lá, é literalmente *agarrado*, feito padre à queima-roupa e, pouco depois, elevado à dignidade de bispo por sufrágio popular. Na época, a democracia na Igreja não era uma palavra vã. De início reticente, Agostinho acaba por se deixar seduzir. Torna-se o *especialista* número um do episcopado africano, participa nos concílios locais, dedica-se sem limite à unidade da sua comunidade ainda frágil e ameaçada de estilhaçamento por todas as here-sias.

A mais temível de todas é então o pelagismo, termo forjado a partir do nome de Pelágio, monge de origem britânica, baptizado em Roma em 380 e que, após o saque de Roma por Alarico, parte para África -- provavelmente para falar com Agostinho -- e depois para a Palestina. Pe-

lágio recusa a ideia de transmissão automática do pecado original, herdada da narrativa de Adão e Eva no Gênesis e, ao contrário, põe o acento tônico na liberdade, a *graça*, que Deus deu ao homem. Nas suas predicções e escritos, através dos seus porta-vozes, como o advogado Celestins ou o bispo Julião de Eclane, sustenta que o homem é livre e responsável pelos seus actos. E que, nesta vida, ele pode ser isento do pecado. Que, pelas suas próprias forças e méritos, ele pode tornar-se a *imagem* de Deus. Pelágio rejeita a ideia de que o pecado de Adão é hereditário e pensa que o baptismo das crianças é desnecessário.

Este caso lança a contusão na jovem Igreja. O papa e todos os bispos estão em alerta, mas é Agostinho, bispo de Hipona, quem se encarrega de refutar as teses de Pelágio e de Celestins. Pois tudo o que o monge britânico e o seu advogado dizem está em contradição com a sua experiência profunda da conversão. Em 412, o Concílio de Cartago condena as teses pelagianas. Quatro anos mais tarde, Agostinho obtém do papa Inocêncio I a condenação do herético [que resumira as suas teses em *De libero arbitrio*, 416]. *Negar o pecado original*, explica Agostinho, é *negar a salvação de Cristo*, isto é, a graça que é o dom de Deus ao homem. Ele não põe em causa a liberdade do homem e da natureza, mas mostra que, reduzida a si própria, esta liberdade não vale grande coisa. Por outras palavras, a obra de Deus, no plano da salvação, é original e central. Foi ao ler o apóstolo Paulo que Agostinho teve esta revelação da primazia absoluta da graça sobre toda a iniciativa humana.

Assim se fez de Agostinho o pai do pecado original, expressão que designa tudo o que teria entrado no mundo com o pecado de Adão e continuaria a transmitir-se pela carne, o desejo e a concupiscência. O homem seria pecador desde a nascença, de um pecado que é de todos os tempos e universal. Mas, aqui, Agostinho limita-se a retomar as narrativas do Gênesis sobre a falta de Adão e a sua transmissão à descendência, que caíra numa escravatura espiritual. Ele limita-se a copiar fielmente o apóstolo São Paulo. O verdadeiro fundamento da doutrina do pecado original não está nos seus escritos, mas no paralelo estabelecido por Paulo entre Adão e Cristo. Para pôr em relevo o papel de Jesus como fonte de vida e justiça, Paulo acabrunha Adão, que teria feito mergulhar a humanidade no pecado e na morte. Daí o baptismo da criança, inventado pela Igreja para a libertar de um pecado que não cometeu mas que lhe foi transmitido.

Devido à violência da polémica pelagiana, Agostinho dramatizou e sistematizou este ponto de vista. Fez do baptismo a *indispensável condição de uma regeneração que permite escapar ao suplício da morte eterna, que apaga a culpabilidade, sem por isso livrar da concupiscência e da ignorância iniciadas pela desobediência de Adão*. Deste modo, as crianças não baptizadas sofrerão os efeitos da sentença pronunciada contra aqueles que não creram e estão condenados.

Foi assim que, na sequência de Paulo e Agostinho, a queda original se tornou, na teologia cristã do Ocidente, o *princípio da História* -- como escreve Jean Delumeau no seu livro sobre *O Pecado e o Medo no Ocidente* --, ao contrário da teologia judaica, que nunca fez do pecado de Adão uma *catástrofe primordial*. Diferença também em relação à tradição cristã do Oriente, para quem o pecado não é uma categoria maior da salvação.

A maldição das crianças sem baptismo

Antes de Albert Camus, Dostoievski tinha-se horrorizado com a perspectiva de *uma danação das crianças sem baptismo*. Ivan Karamazov lança o grito de revolta ao seu irmão Aliocha: *Se todo o mundo deve sofrer para ganhar a eterna harmonia, que tem as crianças que ver com isso? Compreendo a solidariedade dos homens no pecado, mas não a solidariedade das crianças no pecado dos homens. Se é verdade que são solidá-*

rias de todos os crimes dos seus pais, tal verdade é-me incompreensível. Dir-se-ia, com mau gosto, que a criança crescerá e terá tempo para pecar. Mas aquela criança que foi atirada aos cães e devorada aos oito anos, ela não chegou a crescer.

É verdade que o pecado de Adão, resgatado pelo sacrifício de Cristo na cruz, foi transmitido de geração em geração? Que Deus destinou uns (os eleitos) à felicidade e os outros (os danados) ao inferno? É imaginável que Deus tenha criado os homens pelo prazer de condenar uma parte deles? Este debate, que estalou desde a Igreja primitiva, atravessou toda a filosofia ocidental e a teologia cristã até aos dias de hoje.

Com razão ou sem ela, Agostinho foi metido em todas as representações, mesmo as mais arcaicas, sobre o inferno, a existência do mal e a *predestinação*, a estação de triagem que Deus teria inventado entre os bons e os excluídos, entre os perfeitos e os malditos. O verdadeiro nó do debate entre católicos e protestantes também reside aqui: pode o homem ganhar a salvação pelos seus esforços e méritos, o que seria, em grosseiro resumo, o ponto de vista católico? Ou ele é radicalmente pecador, não podendo esperar salvação senão da graça de Deus, justificada pela fé, atestada pelo baptismo? Esta última tese de Lutero, Calvino e outros reformadores assemelha-se como uma gota de água à de Agostinho. Após Calvino, numerosos protestantes vão comparar o seu combate à oposição estabelecida por Agostinho na sua outra obra maior, escrita quando das invasões bárbaras, entre a *Cidade de Deus* e a Cidade dos Homens, confundida esta com o anti-Cristo.

Para o bem ou para o mal, a posteridade é considerável. Primeiro no monaquismo ocidental: a regra de Santo Agostinho vai inspirar as ordens propriamente agostinianas (cónegos regulares, Ordem de Santo Agostinho), os irmãos pregadores, Santo Anselmo, etc. Depois, na Idade Média, a sua mística especulativa, a sua ascese, o seu gosto de busca interior e a sua contemplação vão impor-se. Mas a escolástica medieval, pela sua pretensão de separar a filosofia da teologia, de mostrar a fé como fruto da razão, vai fazer desviar a obra dum Agostinho que, no fundo -- diz o especialista Goulven Madec -- não era senão um *pastor de almas, um comentador das Escrituras, um teólogo se se quisesse, mas nunca um dogmático.*

Não se pode compreender a evolução das mentalidades e da cultura do Ocidente sem restituir ao pensamento de Agostinho o lugar que ele concede ao pecado e à culpabilidade. É ele que terá concebido um *Deus déspota, inaugurando uma lógica de medo e de terror para melhor impressionar as almas.* Ele teria sido o *promotor desta moral que identifica o sexo com o pecado e a concupiscência,* escreve a teóloga alemã Uta

Ranke-Heinemann.

Todas estas imagens vão perdurar da Idade Média ao nascimento do Humanismo, na Reforma e no jansenismo de Pascal (o *nada do homem sem Deus*), no pessimismo dum Kierkegaard ou de um Bernanos, cujas personagens atormentadas testemunham um agostinismo sem misericórdia.

Por causa da interioridade e da subjectividade que o bispo de Hipona inscreveu na história do pensamento, o cardeal Newman, no século XIX, fazia de Agostinho o *grande farol do mundo ocidental.* Se ele pertence a todos os tempos, não é pelos *tratados* de filosofia ou teologia... que nunca escreveu, mas pelas suas confissões, meditações, correspondências, pelos seus manuais simples em prol duma boa vida cristã, ditados pelas tarefas pastorais ou pelas controvérsias da época.

Para lá das polémicas que nunca deixou de suscitar, impõe-se sobretudo o itinerário de um convertido, de um padre, de um bispo, de um intelectual comprometido, que comenta a Bíblia e forja temas que, observa um outro especialista, Marcel Neusch, passaram realmente para a posteridade: a relação entre Deus e o ser, entre o tempo e o sujeito,

entre a graça e a liberdade.

Já no seu tempo, ao falarem de Agostinho, chamavam-lhe os comentadores a *abelha de Deus* e saboreavam o *néctar do seu pensamento*. A rica tradição árabe e muçulmana que sucederá ao império cristão na África do Norte fará dele uma espécie de *marabuto*, antes de ele se tornar um dos grandes clássicos da literatura europeia. Muito novo, Aurelius Augustinus sabia de cor as melhores páginas de Virgílio, Terêncio, Cícero e Salústio. Os seus escritos estão, de resto, impregnados destes períodos bebidos de Cícero, jogos de palavras e sonoridades, citações clássicas e bíblicas que, mais tarde, farão dizer aos latinistas que só se pode *degustar* Agostinho, esse retórico de génio, lendo-o em voz alta e na versão original, isto é, em latim.

4

O Oriente dos confessores e dos mártires

Em 1054, o cisma entre Constantinopla e Roma separa o Oriente e o Ocidente, as culturas bizantina e latina, a ortodoxia e o catolicismo. Do saque de Constantinopla pelos cruzados e cinco séculos de ocupação otomana até aos gulags soviéticos, a identidade ortodoxa forja-se numa dialéctica de resistência e martírio única no mundo.

Numa véspera de Páscoa na Sibéria, no campo de trabalho onde se ocupam a cortar árvores, as camponesas de Voronej pedem para descansar no dia da festa religiosa. O episódio é contado por Evguenia Guinzburg no seu livro *A Vertigem. Nós recuperaremos; trabalharemos três vezes mais*, prometem as lenhadoras aos guardas do campo. Trabalho perdido. Ajudadas pelos cajados, elas arrastaram-se para fora dos seus barracões. Mas, uma vez chegadas à serração, arrumam as serras, os machados e começam a rezar. Então, executando as ordens, os guardas obrigam-nas a ficar de pé, descalças na água, ainda gelada pelo Inverno, de um miserável tanque. Aí, as camponesas de Voronej cantam os hinos de Páscoa.

Hinos à glória do Cristo ressuscitado, que Boris Pasternak também coloca na boca do seu Doutor Jivago:

*Porquê na terra esta grandeza
Este sofrimento e este poder
O mundo é demasiado parco em vidas, em almas
Em cidades, em florestas e em rios
Mas os três dias que eu tenho de viver
Lançar-me-ão na vida, Senhor
E eu aprenderei o peso da ausência
E o preço da Ressurreição.*

Russa, balcânica, bizantina ou árabe, **a ortodoxia é ao mesmo tempo** resistência e martírio. Esta *Ressurreição* para a qual se encaminha com todas as suas forças é sinónimo de um apocalipse entendido como a derrota do mal, o fim das perseguições e o triunfo da Igreja. A ortodoxia é originária da paz constantiniana do século IV, cheia de ambiguidades, entre o império e o cristianismo; e de uma sucessão de catástrofes abruptas que, das invasões árabes e mongóis ao saque de Constantinopla pelos cruzados, desde o domínio otomano durante cinco séculos ao Gulag soviético, legou aos fiéis ortodoxos esta mentalidade de vitimização que, de Atenas a Jerusalém, de Belgrado a Moscovo -- passando pelo Kosovo --, ainda causa tanto espanto aos ocidentais.

Os anátemas entre Roma e Constantinopla

Na manhã de 16 de Julho de 1054, em Constantinopla -- a *nova Roma* --, os clérigos e os fiéis preparam-se para a liturgia na Catedral de Santa Sofia. Três homens -- o impetuoso cardeal Humberto de Moyen-Moutier, o bispo Pedro d'Amalfi e o chanceler Frederico de Lorena -- fazem a sua entrada no santuário, apresentam-se como enviados do papa Leão IX (que acaba de morrer) e depõem solenemente sobre o altar, perante uma assistência petrificada, uma bula de excomunhão: *Nós, não podendo suportar as injúrias inauditas e os ultrajes dirigidos à Santa Sé, verificando que a fé católica é nisto grandemente atingida, assinamos o anátema contra [o patriarca] Miguel Cerulário e os seus auxiliares, se não vierem a arrepender-se.*

Num gesto bíblico, eles sacodem o pó das sandálias, proclamam *Que Deus veja e julgue!* e saem. Tinham chegado cinco semanas antes para tentar dissipar mal-entendidos menores entre as duas capitais da cristandade. Haviam sido cortesmente recebidos pelo imperador Constantino Monomaco, que pretendia contemporizar com o papa e fazer-se seu aliado contra os normandos na Sicília. Mas o patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário, tinha-os tratado com frieza e recusado recebê-los.

Ao tornar pública, deste modo teatral, a bula de excomunhão, os embaixadores do papa subestimaram a reacção do patriarca. Certo de que poderia contar com o seu povo, Miguel Cerulário desafia a cólera do imperador e fomenta um motim. A toda a pressa, convoca um concílio de cerca de vinte bispos e, por sua vez, excomunga os que redigiram ou *inspiraram a carta ímpia* deixada em Santa Sofia pelos delegados de Roma.

A cisão está selada. O império cristão de Constantino acaba de se cindir. Depois de dois séculos de discussão dogmática entre Roma e Constantinopla sobre a questão do Espírito Santo (o caso do *filioque*), as últimas discórdias não passavam de divergências de práticas e ritos. *Questões de barbas, óleos e untos*, como resume familiarmente o patriarca Pedro de Antioquia para desdramatizar a contenda.

A história do cristianismo é feita de cismas. O primeiro separou-o das suas raízes judaicas. O segundo cortou em dois o seu espaço. Não devemos empolar a importância desta ruptura de 1054. O patriarca Miguel Cerulário, que morreu três anos depois, não deixará qualquer outro vestígio na História a não ser este golpe de sangue. Pouco depois, perante a ameaça turca, Constantinopla irá reconciliar-se com o papa que lança, em 1095, a primeira cruzada. Os anátemas de Santa Sofia -- que só serão levantados nove séculos mais tarde, em 1965, por Paulo VI e pelo patriarca Atenágoras -- são fruto de uma deriva que há muito afastara, mediante uma misteriosa tectónica, os dois *continentes* do império: o oriental e o ocidental, o bizantino e o latino, o *ortodoxo* e o *católico*.

Não são apenas duas versões da mesma fé que vão deixar de se compreender antes de se odiarem e se dilacerarem, mas sobretudo duas áreas de cultura, de língua e de legitimidade. Por um lado, o Oriente, pátria dos *padres do deserto*, os primeiros monges de tradição cristã, e depois dos primeiros teólogos, dos sete *concílios ecuménicos* -- os únicos que as Igrejas ortodoxas reconhecem -- que, do século IV ao VII-I, em Niceia, Calcedónia, Éfeso e Constantinopla, condenaram as primeiras heresias, formularam os grandes dogmas do cristianismo e os princípios de organização que hoje continuam em vigor. Ou seja, um património considerável de que o Oriente cristão continua a orgulhar-se.

Por outro lado, um Ocidente latino, onde os interesses dos imperadores carolíngios coincidem cada vez mais com as pretensões teocráticas de um papado romano -- no apogeu do seu poder no século XI com Gregório VII (o papa da reforma gregoriana? -- que aspira a governar toda a

cristandade. Não contentes em reivindicar para eles próprios a *primazia*, justificada pela presença em Roma dos túmulos de Pedro e Paulo, os papas reclamam a submissão do Oriente, intervêm em Constantinopla como o fariam em Mogúncia ou em Colónia.

Desde o Concílio de Calcedónia, em 451, que condenou os *monofisitas* - os que crêem numa só natureza humana e divina de Cristo e não em duas, como pretende a doutrina oficial --, o Império do Oriente tinha perdido as suas florescentes comunidades cristãs do Egipto, da Arménia, da Etiópia e de uma grande parte da Síria. Ainda hoje, as Igrejas arménia, copta, etíope e síria formam um grupo à parte dentro do cristianismo. Depois do cisma de 1054, o Oriente afastou-se do mundo latino e ficou reduzido ao seu espaço helenótono. A maioria dos vizinhos eslavos foram evangelizados, quer por Roma (croatas, polacos, checos) quer por Constantinopla (moravos, russos, búlgaros). Os missionários gregos, como Cirilo e Metódio, conseguiram criar nessa zona um alfabeto e traduzir para eslavónico as obras bizantinas. Mas esses países eslavos fogem à tutela política do império.

As consequências desta ruptura são trágicas. Das discórdias permanentes entre hierarcas e teólogos, chega-se a um divórcio entre povos. E aquilo que, em 1054, não passava de uma discussão banal por motivos de disciplina eclesiástica vai transformar-se numa inimizade feroz. Os termos *latino* e *grego* passam, no Ocidente, a ser injuriosos, sinónimos de heresia. Bizâncio fechou-se na sua originalidade grega e numa identidade ortodoxa renovada já por reflexos antiocidentais. A selvajaria do saque de Constantinopla que se irá seguir é típica de uma evolução de mentalidades que se tornaram irreconciliáveis.

Anátemas sobre o altar

Em 1203, o exército da quarta cruzada quer chegar à Terra Santa por via marítima, evitando o Bósforo. Mas está dependente das exigências financeiras dos venezianos -- que sonham conquistar Constantinopla --, e de guerras de sucessão que fazem tremer o trono imperial. Em Junho, os cruzados chegam à cidade, devolvem o trono ao imperador Isaac e a seu filho Alexis IV, mas vêem-se envolvidos numa engrenagem de violência que nem as intervenções do papa Inocêncio III conseguem travar. A 12 de Abril de 1204, metade de Constantinopla está em chamas. Durante quatro dias, pilhagens e violências que servem de escape ao ódio secular acumulado pelos latinos contra os gregos. As igrejas e os conventos são revistados, roubados, saqueados, os altares e os ícones ultrajados e profanados.

Por toda a parte, só se ouviam lamentos, gritos de dor e de infelicidade, testemunha João Masarites, metropolita de Éfeso. Eles [os cruzados] proferiam palavras insensatas e blasfemas, arrancavam as crianças às mães, violavam sem vergonha as virgens nas igrejas consagradas. Eles massacravam os recém-nascidos, matavam as mulheres honestas, desnudavam as mulheres idosas e ultrajavam-nas. Eles torturavam os monges, davam-lhes murros, pisavam-lhes o ventre com os pés, moíam de pancada aqueles corpos veneráveis. Eles derramavam sangue mortal sobre os altares e arrastavam para cima deles, em vez do cordeiro de Deus sacrificado, as pessoas como carneiros para lhes cortarem as cabeças. Tal era o respeito pelas coisas de Deus daqueles que levavam aos ombros a Cruz de Cristo.

Estabelece-se em Constantinopla um Império latino do Oriente, antes de a cidade ser retomada pelos gregos, 60 anos depois. Mas as histórias destes assaltos ferozes dos venezianos, genoveses e catalães vão propagar-se por todo o Oriente, nos países eslavos, até à Rússia, e, durante muito tempo, ficará na memória colectiva de toda a ortodoxia. Para os gregos, a palavra *catalão* ficou sinónimo de *papão*.

Uma outra frente vai surgir: o islão. No Oriente cristão, o islão já é conhecido há muito tempo. Depois das invasões árabes do século VII, os patriarcas históricos de Jerusalém, Antioquia e Alexandria são submersos. A Palestina, a Síria, o Egito e o Norte de África tornam-se terras muçulmanas. Porém, no século XI, na Ásia Menor, é sob um sol grego que desembarcam, vindos dos confins da Ásia e convertidos ao islão sunita, os turcos seljucidas. No outro grande país ortodoxo, a Rússia de Kiev -- que se pretende igual a Bizâncio e se enche também de conventos e de igrejas, baptizadas por mimetismo Santa Sofia --, os mongóis fazem reinar um outro terror igualmente inspirado pelo islão.

Para retardar a ameaça, Constantinopla procura um compromisso com o papa, mas o povo protesta. O imperador Miguel VIII, Paleólogo, é excomungado pelo patriarca e privado de um funeral religioso por ter assinado a *união* proposta pelo Concílio de Lião (1274). Dois séculos mais tarde, os bispos gregos cedem, por sua vez, às exigências de Roma e, no Concílio de Florença (1438-39), capitulam perante o papa. Por pouco tempo: no regresso a Constantinopla, esses bispos são renegados pelo povo e repudiam a *união* que tinham acabado de assinar. Também em Kiev, o metropolita é derrubado do seu trono. Por outras palavras, uma barreira intransponível separará doravante a ortodoxia e o catolicismo. Pouco antes da queda de Constantinopla, ainda se murmurava que *mais vale ver reinar o turbante dos turcos do que a mitra latina*. O período bizantino da história da ortodoxia termina com este divórcio. A ortodoxia fica, daqui em diante, por conta própria. Ela está só sob o islão.

Santa Sofia, a nova mesquita do conquistador

Oh cidade, cabeça de todas as cidades! Oh cidade, centro das quatro partes do mundo! Oh cidade, glória dos cristãos e aniquilação dos bárbaros! Oh cidade, outrora paraíso voltado para o Ocidente. As lamentações do historiador Ducas, que assiste à queda de Constantinopla a 29 de Maio de 1453, exprimem o clima de humilhação que reina quando chegam as tropas do sultão Mehmet II. Os turcos havia muito que se tinham instalado no Kosovo, após a famosa batalha do Campo dos Melros (1389), e na Bulgária (1393). A sua chegada a Constantinopla é acolhida como uma doença mortífera, enviada por Deus para punir os bizantinos pelas suas lutas intestinas. Comparam-na a *uma peste que nos arrasta todos para a morte*. A palavra peste é bem fraca para definir o que representam no imaginário de Bizâncio estes turcos, de quem, no século anterior, o imperador João VI, Cantacuzeno, dizia: *Eles tem prazer em matar e o mais doce dos seus ganhos é a captura de prisioneiros e a sua venda como escravos*.

De joelhos na igreja de Santa Sofia, segundo o relato do historiador Alain Ducellier, a população inteira reza ao anjo, que a lenda descreve como estando armado de um grande sabre e que, com o gume da sua lâmina, salvará de novo o império. Ou suplica a Deus que envie, no seu cavalo branco, um outro imperador lendário, Constantino V, o único que poderá fazer recuar o inimigo muçulmano. Quando o exército turco chega às portas da cidade, espera encontrar uma resistência de dezenas de milhares de homens. Mas apenas se lhe depara uma cidade desamparada, resignada, abatida. Dois dias de combates, durante os quais morre o último imperador, Constantino XI, chegam para que a *nova Roma* seja devastada pelo cortejo de pilhagens, profanações de igrejas e relíquias, massacres episódicos.

Sensível à cultura grega, Mehmet II segura a mão de um dos seus homens, que, *em nome da fé*, destrói o pavimento da Basílica de Santa Sofia. O sultão dá-lhe um golpe com a espada, lança-o para fora meio morto e proclama que a cidade, a partir de agora, é sua, que todos os

monumentos lhe pertencem... Os homens também. Aos judeus e aos cristãos, anuncia que respeitará as suas crenças, que os deixará administrar as suas comunidades. Restabelece o patriarcado, apostrofando o primeiro titular do cargo, Gennadios Scholarios, com estas palavras: *Sê patriarca, preserva a nossa amizade e recebe todos os privilégios que possuíam os patriarcas teus predecessores.* Aproveitando a confusão,

o patriarca decide exercer o seu poder à maneira dos imperadores. Torna-se o *milet bachi*, o chefe da nação cristã (*etnarca* em grego). É o começo de um compromisso: o patriarca é manipulado e torna-se, de facto, o responsável pela liquidação de um império cada vez mais subjugado.

A islamização é progressiva, mas tenaz. A política do *milet* (comunidade) está longe de ser um modelo de tolerância. Apesar das promessas, Santa Sofia é confiscada e transformada em *Mesquita do Conquistador*, e a Igreja dos Santos Apóstolos, o panteão dos imperadores, é destruída. Como obriga o direito muçulmano, os cristãos, que constituem o *rayah*, ou seja, o *gado*, têm de pagar todos os anos um pesadíssimo tributo por cabeça (*haradj*). Todo o sistema assenta na corrupção e no arbítrio. *Os sultões esmifram os seus paxás, que por sua vez esmifram os cristãos*, diz Alexandre Schmemmann. Os patriarcas tornaram-se marionetas nas mãos da administração muçulmana. No século XVIII, em 73 anos, sucedem-se no trono 48 patriarcas, enquanto se multiplicam as levas de crianças para serem transformadas em janissários [guardas], ao serviço exclusivo do sultão, cujas revoltas fazem regularmente derramar sangue.

à excepção da Rússia, demasiado feliz por suceder a Bizâncio -- Moscovo autoproclama-se a *Terceira Roma*

--, todo o Oriente ortodoxo se encontra então sob o jugo islâmico. Atenas foi conquistada três anos depois de Constantinopla e o Pártenon, igreja cristã durante mil anos, foi igualmente transformado em mesquita. A Sérvia, desde 1459, a Bósnia, desde 1463, e o Egipto, desde 1517, estão ocupados pelos otomanos e defendem, como podem, a fé cristã. A ortodoxia balcânica conhece o seu maior eclipse. Durante meio milénio, na Grécia, Sérvia e Roménia, a cultura, a educação, a língua e os costumes destes países

são ignorados, apagados do mapa. *Imaginam que, de Villon a Lamartine, se tivesse apagado toda a cultura francesa*, observa Olivier Clément.

A Europa fecha os olhos e serão necessárias as explosões nacionais do século XIX para que a ortodoxia, instigada pelo seu clero, entre em resistência. A insurreição contra o império otomano rebenta primeiro na Grécia. Os cristãos da Turquia e de Constantinopla sofrem represálias e voltam a pagar o tributo do martírio. Em 1821, no dia de Páscoa, Gregório V, o patriarca de Constantinopla, é enforcado pelos turcos na porta das traseiras da sua residência. Aos juizes que lhe pedem que renuncie à sua fé e desautorize os seus correligionários, ele responde: *Os vossos esforços são vãos. O patriarca dos cristãos morre cristão.* Na manhã de Páscoa, celebra, uma última vez, a liturgia, exorta os cristãos à festa e à reconciliação e, segundo a tradição, distribui ovos aos fiéis. Antes de se deixar prender e conduzir perante os carrascos.

A paixão do metropolita Benjamim de Petrogrado

Eh! Camarada, não tenhas medo, pega na tua arma Disparemos uma bala na santa Rússia

*Na Rússia dos bosques, na terra das cabanas,
a terra dos traseiros*

grandes acabaram-se as cruzes, acabaram-se as cruces.

O poeta Alexandre Blok (1880-1921) canta assim o último calvário da

ortodoxia, o da Rússia.

Na noite de 12 para 13 de Agosto de 1922, Benjamim Kazanski, bispo de Petrogrado (São Petersburgo), morre fuzilado pelas balas de soldados soviéticos. O *concílio* que a Igreja Ortodoxa da Rússia convocou em 1917, mesmo antes de a revolução ter estalado, restabeleceu o patriarcado de Moscovo (que Pedro, o Grande, abolira) e a eleição popular dos bispos. Amado pelo povo, incluindo as camadas operárias, Benjamim foi reconduzido no seu cargo. Bispo da cidade da revolução, não reconhece o novo governo dos soviets, mas mostra-se leal, chegando a classificar os bolcheviques de *publicanos ou gentios* a quem, como São Paulo, ele quer anunciar o Evangelho!

No início de 1922, a guerra civil, a fome e a resistência dos camponeses à colectivização das terras provocam milhares de mortes. Nas vésperas da revolução, o patriarca Tikhon da Rússia excomungou os *inimigos da Verdade de Cristo*, mas recusou dar a bênção aos contrarrevolucionários e ao exército *branco*. Perante a catástrofe alimentar, ele oferece ao Estado os tesouros e riquezas de todas as igrejas -- à excepção dos objectos utilizados na liturgia -- para que o país possa comprar alimentos ao estrangeiro.

Novo senhor do país, Lenine inventa então um estratagema. Ordena a confiscação de todos os objectos de culto. O que provoca o protesto de todo o clero, mas também vai fazer chover sobre os bispos e os padres as acusações de que *fazem o povo passar fome*. De facto, estalam confrontos sangrentos entre o Exército Vermelho e a população hostil à confiscação das relíquias e outros objectos sagrados. São executados centenas de eclesiásticos e milhares são deportados para o campo de Solovki. Nesta altura, numa circular enviada ao Politburo (revelada 50 anos depois no relatório secreto do comité central sobre o estado da Igreja russa), Lenine ordena aos camaradas que *tirem partido da vaga de fome para fuzilar o maior número possível de padres, a fim de que lhes sirva de lição durante décadas!*

Em Julho de 1922, o metropolitano Benjamim de Petrogrado é preso e acusado por se opor à confiscação de objectos litúrgicos. Um argumento falacioso: a 10 de Abril, ele publicara um apelo, reproduzido pelo jornal... *Pravda*, onde pedia a todos os fiéis que entregassem os objectos às autoridades civis. A confiscação tinha-se passado sem incidentes! Num processo falseado, ele comparecia com mais 86 co-acusados. Em todas as audiências, mal chegava ao tribunal, os fiéis prostravam-se aos seus pés, apesar das brutalidades policiais, e o metropolitano benzia-os. É *um santo*, alega o seu advogado judeu, Gurovitch. No tribunal, ele força a admiração, procura desculpar os que estão no banco dos réus juntamente consigo, a ponto de o juiz-presidente se ver obrigado a gritar-lhe: *Está sempre a falar dos outros. O tribunal gostaria de ouvir o que tem a dizer de si.*

O bispo de Petrogrado dá-lhe a seguinte resposta: *Ignoro o que me reserva a sua sentença, a vida ou a morte. Mas seja qual for o veredicto, é com fervor que eu elevo os olhos ao Céu e que faço sobre mim o sinal da cruz, dizendo: «Glória a ti por tudo, Senhor nosso Deus.»* No dia 15 de Julho de 1922, Benjamim de Petrogrado é condenado à morte com outros nove acusados. Seis vêm a pena reduzida a prisão perpétua. Os restantes três -- incluindo o bispo -- são fuzilados na noite de 12 para 13 de Agosto.

Como Benjamim de Petrogrado, durante esse ano de 1922, cerca de 2700 padres e bispos, 2000 monges, 3400 religiosas foram executados. É uma das páginas mais negras da revolução bolchevique. Segundo relata Olivier Clément, nessa época os santuários são profanados, os ícones espezinhados, padres, bispos, fiéis são fuzilados, empalados, fervidos em água! *Que Deus vos perdoe!*, grita o bispo Vladimiro de Kiev no momento de ser fuzilado. A outro mártir, o professor do seminário de Voronej, Nectaire Ivanov, partiram-lhe as pernas e os braços, enfiaram-lhe no corpo bocados de madeira e obrigaram-no a *comungar* com chumbo

fundido na boca. Antes de morrer, arranjou forças para se lembrar da fórmula bíblica: *Senhor, deixa agora ir o teu servo em paz.*

De 1917 a 1941, foram liquidados 600 bispos, 40 mil padres, 120 mil monges e monjas. Pelo menos 75 mil locais de culto foram destruídos até aos anos 60, já com Khrutchov. É a maior perseguição anti-religiosa da História, todos os regimes incluídos. Em 70 anos, fez mais vítimas do que Nero, Diocleciano e outros imperadores sanguinários em três séculos.

No Império Romano transferido para Bizâncio, nos países eslavos, na Rússia de Ivan, o Terrível, bem como na dos *czares vermelhos*, no Próximo Oriente, berço dos três monoteísmos e teatro de todos os confrontos, a história do cristianismo é a de uma longa ladainha de sofrimentos. A memória ortodoxa guarda, como cal viva sobre uma chaga, a recordação de todos estes traumas.

Nas volutas de incenso destas igrejas, sob o ouro das suas cúpulas e das suas iconóstases, tomaríamos facilmente a ortodoxia como uma religião de museu. É verdade que, à força de ter sido maltratada pela História, acabou por lhe voltar as costas e por se refugiar na luz dos círios, na calorosa bondade dos seus cânticos e dos seus mosteiros. Ela sobreviveu graças à sua tradição mística e monástica, graças ao seu património litúrgico e filosófico.

Nenhuma outra religião está tão associada ao peso das consciências nacionais. Ainda hoje, na convulsão dos Balcãs, da Ásia Menor ou Central, no Médio Oriente, manipulada, instrumentalizada, ela é cúmplice de nacionalismos arcaicos, de nostalgias expansionistas ou de sonhos de restauração. Não se rompe assim tão facilmente com uma história que começou por três séculos de perseguições e por uma aliança entre a Igreja e um império que foi mais frequentemente sinónimo de escravidão.

Dever-se-ia ter aberto uma página nova depois da desagregação do império otomano ou, mais recentemente, do império soviético. Mas o resurgimento dos nacionalismos, a escalada dos islamismos, o enfraquecimento -- que o Ocidente avalia mal -- das igrejas perseguidas durante a longa ocupação muçulmana e as ditaduras comunistas despertaram tensões e utopias. Um recalçamento religioso serve, uma vez mais, de brasa para atear os confrontos étnicos. Na ortodoxia, tem-se muitas vezes uma grande tentação de opor as *trevas* do mundo exterior à luz interior. Mas uma tal visão apocalíptica é sempre fonte de perigos.

5

Quando o Papa Urbano e o eremita Pedro partem para a guerra santa

A partir de 1095, a primeira cruzada mobiliza as massas populares contra um inimigo desconhecido e precipita-as para a Jerusalém salvadora. A cruz e o crescente confrontam-se. Dois imaginários simbólicos vão erigir-se em dois sistemas de exclusão mútua e conduzir, até hoje, a mal-entendidos e provocações entre o islão e o Ocidente.

A cena passa-se numa fortaleza franca perto de Tripoli, na Síria. Um médico acode a um cavaleiro padecendo de um abcesso na perna e a uma mulher atingida por um desgosto que a consome. «O que é que preferes», pergunta ele ao cavaleiro, «viver com uma perna ou morrer com as duas?» o outro responde-lhe que prefere viver. O médico diz então que precisa de outro cavaleiro, robusto, e de um machado que corte bem. Eu assistia à cena: o nosso homem instala a perna do seu paciente em cima de um cepo e ordena ao cavaleiro que a corte de um só golpe. Mas ao

primeiro golpe a perna resiste; ao segundo, carne e ossos espalham-se um pouco por todo o lado, e o doente morre em seguida.

Sem hesitar um momento que seja, o médico vira-se agora para a mulher, analisa o seu caso: trata-se de um demónio que ela tem na cabeça. É preciso cortar-lhe o cabelo. A mulher não fica nem melhor nem pior, mas começa a comer, como os francos costumam fazer, alho e mostarda. O seu estado agrava-se. O outro declara, peremptório, que o demónio não habita à superfície da cabeça, mas mais profundamente do que ele tinha primeiro pensado. Mune-se de uma navalha e faz, directamente no crânio, uma incisão em forma de cruz, de tal maneira terrível que o osso aparece. Depois, tapa tudo com sal... e eis, quase logo a seguir, a sua segunda morte.

O autor deste relato é Usama Ibn Mounquid. André Miquel e Amin Maalouf chamam-lhe simplesmente Usama, príncipe de Chaysar, na Síria. Ele nasce no mesmo ano -- 1095 -- em que o papa Urbano II prega, em Clermont, pela primeira cruzada e morre em 1188, ou seja, um ano depois da reconquista de Jerusalém aos francos pelo seu herói preferido, Saladin. O seu livro, o *i.tibar (A Experiência)*, não é o discurso de um chefe de guerra, mas o de um observador, escrupuloso e distinto, dos estranhos usos e costumes cristãos. O seu testemunho sobre a medicina empírica -- e expeditiva dos cruzados é um monumento. Ele mostra o fosso que separa os bárbaros vindos do Ocidente e uma civilização muçulmana então no seu apogeu.

A 11 de Dezembro de 1098, o exército das cruzadas chega a Maara, igualmente na Síria, a três dias de marcha de Antioquia. Bohémond, o chefe franco, promete poupar a vida aos habitantes se eles deixarem de combater. Tremendo, a população confia, abandonando os locais mais elevados da cidade onde se tinha refugiado e escondendo-se nos subterrâneos. Mas a promessa de Bohémond não passa de um logro. Ao amanhecer, os francos forçam as portas de Maara e é a carnificina. Durante três dias, homens, mulheres, crianças e velhos são passados pelas espadas. O cronista franco Raul de Caen acrescenta este episódio menos banal: *Os nossos coziavam os pagãos adultos em caldeirões, empalavam depois as crianças em espetos e devoravam-nas grelhadas.* Uma outra testemunha, Alberto de Aix, confirma: *Os nossos não tinham qualquer repugnância em comer não apenas os turcos e sarracenos mortos, mas também os cães.*

Assim sendo, os cruzados eram canibais. Canibais por necessidade ou por fanatismo? Para Amin Maalouf, não há qualquer dúvida na resposta. Autor, em 1983, da obra *As Cruzadas Vistas pelos árabes*, o escritor franco-libanês conta as expedições punitivas dos francos nos campos da Síria e descreve o seu prazer em *rasgar a carne dos sarracenos*. É à noite, reunidos à volta de uma fogueira, que eles devoram as suas presas. Com a sua elegante pena, Usama, o príncipe cronista, comenta: *Todos os que recolheram informações sobre os francos viram neles animais selvagens que têm a superioridade da coragem e do ardor no combate, mas nenhuma outra, tal como os animais têm a superioridade da força e da agressão.*

Os bárbaros que vieram do Ocidente

Para os muçulmanos, a barbárie está no campo que defrontam: o da cristandade e do Ocidente. A conquista de Antioquia (1098), a de Jerusalém (1099) pelos francos são, para eles, cataclismos. Como o testemunha este outro relato de Maalouf. Depois de três semanas de marcha sob um sol de chumbo, o venerável cádi de Damasco desembarca no califado de Bagdad, informando o califa sobre os acontecimentos e suplicando-lhe que intervenha, em nome da solidariedade muçulmana. *Como vos atreveis a dormir*, pergunta ele, *enquanto os vossos irmãos na Síria*

não têm por morada senão as selas dos camelos ou as entranhas dos abutres? Quanto sangue derramado! Quantas jovens tiveram, com vergonha, de tapar a sua doce face! Os valorosos árabes acomodam-se com a ofensa e os valentes persas aceitam a desonra?

A Umma [comunidade] muçulmana é humilhada como nunca tinha sido desde a morte do Profeta, havia quatro séculos e meio (632). A Batalha de Jerusalém durou apenas dois dias. A visão dos guerreiros francos, cabelos louros, cobertos de armaduras, degolando pelas ruelas homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas, obcecar; por muito tempo os muçulmanos. Os que não puderam escapar à sua fúria, conta um cronista, *jaziam aos milhares em lagos de sangue em redor das mesquitas. Um grande número de imãs, de ulemas e de ascetas sufis tinham deixado os seus países para virem viver uma piedosa reforma nos lugares santos. Os últimos sobreviventes foram obrigados à pior das tarefas: transportar às costas os cadáveres dos seus, deitá-los em terrenos baldios, queimando-os de seguida, antes de serem eles próprios massacrados ou vendidos como escravos* (Amin Maalouf).

A reconquista de Jerusalém pelos cruzados marca o fim de uma idade de ouro que enchia todos os muçulmanos de orgulho e arrogância. Dos Pireneus ao Indo, o islão era vivido como uma epopeia. O império de Maomé não era o maior, desde Alexandre? Com a reconquista de Espanha e de Portugal, a da Sicília pelos normandos e as cruzadas na Palestina e na Síria, a sua expansão acabou de vez. *O milagre árabe* está ameaçado. Havia muito que a língua do Corão se tinha imposto como língua de cultura. À sombra das cortes principescas -- umaíade em Damasco, abássida em Bagdad -- em cidades refinadas como Samarcanda, Cairo, Kairuan, Tlemcen ou Granada, tinha-se afirmado um humanismo árabe único no mundo, integrando as tradições persa, grega, indiana e explorando todos os campos do saber.

Acima de tudo, a filosofia, com um Ghazali (1058-1111) e um Averróis (1126-1198), que não é o ímpio descrito pela Idade Média cristã, mas o homem de um regresso à fonte do Corão, em face das tendências fundamentalistas que ameaçam já o islão. Com as suas mesquitas, como a Cúpula do Rochedo, em Jerusalém, os seus palácios, as suas fortalezas, a sua universidade Al Azhar, do Cairo, a arquitectura árabe é também uma das pioneiras. Na medicina e na ciência -- química, álgebra, astronomia, matemática, física --, os árabes, os persas, os afegãos têm um grande avanço. O islão, que abraça as nações e as raças, encarna a promessa de um mundo novo, jovem, aberto ao Mediterrâneo, mas também às profundezas da Ásia e do Extremo Oriente.

Assim, no século XI, o primeiro das Cruzadas, a bússola do mundo parece por muito tempo paralisada: no Oriente, o humanismo e a civilização, cujo monopólio os árabes partilham com Bizâncio; no Ocidente, as guerras feudais que entretêm *os príncipes da Terra* (Foncher de Chartres) e suscitam, em toda a cristandade, desordens e violências. Acrescentemos o argumento da religião: o islão é a última Revelação, a que recapitula todas as outras. Se os judeus e os cristãos são igualmente depositários das escrituras sagradas, elas foram alteradas pelas suas mãos. O islão é a única versão autêntica e definitiva. O seu direito, que protege os não-muçulmanos (com o estatuto de *dhimmi*), é igualmente sagrado e intangível, dada a sua origem divina.

Imbuídos de um tal sentimento de superioridade, como é que fiéis da qualidade de um príncipe Usama não haviam de ver nos cruzados, com a sua brutalidade guerreira e os seus usos e costumes rudimentares, apesar da nobreza das suas ordens de cavalaria e templárias, os herdeiros dos bárbaros, vindos em hordas do Ocidente para saquear os mundos de refinamento, competência e tolerância? Como não teriam já eles interpretado este acontecimento das cruzadas como um confronto entre guerra santa e *jihad* a que, dez séculos mais tarde, chamaríamos *choque de ci-*

vilizações?

Uma expedição de pobres e visionários

Quando Urbano II, um papa francês que foi monge de Cluny, lança, a 27 de Novembro de 1095, durante uma ronda missionária no Sul do seu país, o apelo a uma cruzada armada, a surpresa é total. Ele escolheu, para anunciar este acontecimento, o concílio de bispos que no mesmo momento se reunia em Clermont para tratar de assuntos relacionados com a disciplina eclesiástica e regular a excomunhão do rei de França, Filipe I, pela sua ligação adúltera com Bertrande de Montfort. O imperador de Constantinopla acaba de pedir reforços armados para responder aos turcos que, em 1085, conquistaram Antioquia e estão acampados às portas do império bizantino. Ao mesmo tempo, os peregrinos cristãos de regresso da Terra Santa vêm cheios de relatos de perseguições e pilhagens. Daí até se imaginar um tal cenário de guerra santa...

De uma cajadada, Urbano II mata dois coelhos: socorrendo os seus cor-religionários do Oriente, retoma a liderança de uma cristandade dividida desde o cisma de 1054 entre Roma e Constantinopla. Fixando como objectivo a reconquista de Jerusalém, nas mãos dos muçulmanos desde 638, ele conta refazer a unidade dos seus príncipes e barões feudais, empenhando-os numa mesma guerra contra os infiéis. Não falta a Urbano II talento político e comunicacional. Não é o papa que convoca esta cruzada, é o próprio Deus. *Cristo vo-lo ordena*, insiste várias vezes. Encarrega o bispo de Puy, Ademar de Monteil, de conduzir a expedição como seu legado. É contra o inimigo muçulmano caricaturado, diabolizado -- os *infiéis*, os *bárbaros* --, que ele incita à partida para combater nas suas próprias terras. *Que vergonha*, invectiva ele, *se um povo tão desprezível, tão degradado, escravo dos demónios, triunfa sobre uma nação que se honra de se chamar cristã!*

é a vontade de Deus, respondem os cavaleiros, a quem se dirige o apelo do papa em Clermont. Urbano II não ignora o fervor deles pelas peregrinações, a necessidade que têm de sossegar uma consciência alterada pela cupidez e violência. Receiam que a porta da Terra Santa se lhes feche para sempre. São ricos, estão bem equipados, são peritos no manuseamento das armas, são acompanhados pelos seus senhores, de cujo empenhamento nos ideais cristãos e na vontade de morrer por eles o papa não duvida. Os *cavaleiros de Cristo* vêm garantida a protecção de todos os seus bens, sob controlo episcopal enquanto durar a expedição, e -- suprema recompensa -- a remissão de todos os seus pecados e a promessa do paraíso se morrerem mártires às mãos do infiel.

Mas o primeiro *exército* que é organizado -- vindo do Leste de França, da Renania, da Provença, da Aquitania, da Bretanha, da Borgonha, mas também da Lombardia e da Europa Central -- recolhe camponeses, artesãos, pequenos nobres em desgraça ou sem fortuna. Entre eles, pedintes, acompanhados de uma caterva de mulheres e crianças, fanatizados por pregadores itinerantes, eremitas ou penitentes. São acompanhados por padres ou monges exaltados, em ruptura de voto, e por uma boa dose de ladrões, de bandidos e **assaltantes** de estrada. Numa atmosfera de grande confusão, alegre e entusiasta, uma *cruzada popular* põe-se em marcha, sem qualquer plano de acção, sem missão bem definida, sem organização, sem um comando que não seja o de chefes de ocasião, de marginais, de aventureiros iluminados, cujos nomes são, só por si, autênticos programas, verdadeiras bandeiras: Pedro, o Eremita, Gauthier sem Haveres, Guilherme, o Camerlengo, ou Gouttshalc -- para Oriente.

Uma personagem, este Pedro, o Eremita. Tal como um Godofredo de Builhão, futuro rei de Jerusalém, ele é uma das vedetas desta primeira cruzada. Guilherme de Tiro descreve-o como uma pequena figura, insignificante, mas *com coração grande, clareza de espírito, de bom enten-*

dimento e falando muito bem. Nascido em meados do século em Amiens, leva, montada na sua mula, uma vida de erradica e de solidão, coberto, dos pés nus até à cabeça, por uma túnica de lã e por uma capa de peregrino, com capuz. Alimenta-se apenas de pão e peixe, distribui aos pobres a esmola recebida pelas suas pregações, perdoa aos pecadores, reconduz à *honestidade* as prostitutas e põe de bem as famílias desavindas. Com palavras simples, deixa por onde passa um rasto de homens e mulheres com cruces milagrosas. *Tudo o que ele dizia e fazia tinha qualquer coisa de misterioso e de divino e, como tal, chegavam a arrancar pelos da sua mula para deles fazerem relíquias,* conta Guibert de Nogent.

Peregrino em Jerusalém, o eremita Pedro, adormecido na Igreja do Santo Sepulcro, terá escutado, em sonhos, Cristo a ordenar-lhe que se dirigisse a Roma, para convencer o papa a reconquistar a Terra Santa. A partir dessa lenda, os cronistas vão fazer de Pedro o verdadeiro inspirador das Cruzadas. A história, mais tarde, restabeleceu a verdade e fez justiça ao papa de Clermont. Tenha sido ele quem fosse, Pedro, o Eremita é um dos primeiros a atrever-se pelas rotas do Oriente. Seguido de *tropas* calculadas em 15 mil homens e mulheres (os cronistas da Idade Média eram mais generosos), ele é a guarda avançada do exército dos barões e chega, a 1 de Agosto de 1096, junto dos muros de Constantinopla. A própria filha do imperador bizantino Alexis I, Ana Comena, que tem um gostinho pela escrita, descreve Pedro, o Louco -- é esse o nome que os gregos dão a Pedro -- e os seus amigos *inflamados como que por um fogo sagrado. (...) O seu número ultrapassava o dos grãos de areia à beira-mar e as estrelas do céu.*

Esta cruzada popular acaba em sangue. Os fiéis de Pedro, o Eremita, caem numa emboscada, em Outubro de 1096, no campo de Civitot, na estrada para Niceia, e são dizimados pelos turcos. Gauthier sem Haveres morre. Pedro foge, junta-se a Godofredo de Bulhão e participa na última batalha pela *libertação* de Jerusalém. No regresso, vai fundar nas margens do Mosa o Mosteiro de Huy (perto de Liège), onde morre em 1115. Mas, na exaltação dos primeiros tempos de cruzada, esquecer-se-ão as patifarias e as pilhagens que acompanharam o caminho desta primeira vaga popular. Sob as ordens de chefes como Emich de Flonheim, em particular, os judeus foram massacrados como *inimigos de Cristo* em Mogúncia, Colónia, Metz. Não são Pedro e o seu bando de maltrapilhos, os que antes das vitórias militares dos Raymond de SaintGilles, dos Bohémond e Godofredos de Bulhão tinham associado a cruzada ao espírito de penitência e pobreza, quem ficará com os louros.

Penitência em Jerusalém

Já muito se escreveu sobre a pressão demográfica, as más colheitas, a necessidade de aventura e de ouro como as razões que empurraram os cruzados para as rotas do Oriente. Mas a cruzada é também uma mobilização dos pobres que não têm outro futuro senão a vida eterna. Foram os primeiros a partir porque não tinham nada a perder. O século XI é um dos piores da História. Os anos de fome, de seca ou de inundação, de calamidades e de desventuras. Nas suas erupções brutais, o *mal dos ardentes* -- essa doença misteriosa de origem mal definida, aparentada com uma espécie de gangrena que invade o corpo e o queima pouco a pouco -- aterroriza e dizima os campos. São os países mais devastados e atacados por este mal identificado como um castigo divino -- nas fronteiras do Reno, na França Oriental ou na Europa Central --, que fornecerão o grosso das primeiras tropas das Cruzadas.

Para estes desvalidos da sorte, atormentados pela obsessão de salvação, Jerusalém é o sonho mítico, o porto de chegada messiânico. Guibert de Nogent conta como as crianças da primeira cruzada, entrando nas cidades e vilas, batem à porta dos castelos, estendendo frouxamen-

te a mão e perguntando se Jerusalém era *já ali*. No inconsciente colectivo, a Terra Santa polariza os *medos* e as aspirações do ano 1000. É de Jerusalém que vem a *boa nova* do Evangelho e todo um património de imagens, de lendas, de orações de santidade e de cura. Jerusalém é um dos últimos traços de união entre cristãos do Ocidente e do Oriente, separados por séculos de controvérsia. É a terra sagrada que os peregrinos enchem há sete séculos, sem descontinuidade, apesar das guerras, das invasões, das epidemias e das calamidades.

A tradição da peregrinação nunca fora tão viva. Seguindo os passos de São Tiago, em Compostela, ou de São Pedro, em Roma, mais modestamente de Santa Madalena em Vézelay, da Virgem em **Puy ou de São** João em Angély, os peregrinos inclinam-se em penitências e devoções. Os primeiros caminhos na Europa, as basílicas surgidas nas cidades-encruzilhada, são os dos peregrinos de todos os países, de todas as idades e de todas as condições. Jerusalém é a *capital*. É lá que o noviço, se pode, vai tomar os hábitos monásticos ou que, à imagem de Jesus e de São João Baptista, o peregrino mergulha e se purifica nas águas do Jordão, antes de se dirigir ao Santo Sepulcro, onde, segundo a tradição, o Cristo morto foi embalsamado e depositado. Aí, ele revive as estações da Paixão, disputa uma participação na glória dos eleitos no dia do Juízo Final.

Com a cruzada, a *peregrinação* é militar, mas o espírito é o mesmo: o cumprimento de um sacrifício. Morrer nos locais santos é um motivo de orgulho para o militar que quer ser perdoado por ter morto um inimigo, para o enfermo em busca de uma derradeira oportunidade. Os *pobres* da primeira cruzada partiram para Jerusalém sem bilhete de regresso. Que destino mais belo se pode imaginar do que o de morrer de arma na mão contra os pagãos ou os infiéis, esperando, no local exacto da glória divina, a promessa da ressurreição! Daí a grande popularidade do compromisso assumido pelo papa de que os cruzados mortos na Terra Santa seriam lavados de todos os pecados. O sangue vertido contra os turcos torna-se mártir e há a promessa da salvação eterna.

Nesta atmosfera de exaltação, o menor sinal ou prodígio assume significado. O da cruz, aparecido num manto ou num uniforme, rasgado na própria carne. O das chuvas de estrelas, que dão no céu o sinal de partida das expedições. Da figura de Estêvão, o primeiro dos mártires em Jerusalém. Do apóstolo André, que aparece aos cruzados para anunciar o regresso de Cristo. Santo André, que revela a um camponês vindo da Provença, de nome Pedro Bartolomeu, o local onde está escondida em Antioquia a Santa Lança, relíquia da que trespassou Cristo no Calvário.

As cruzadas seguintes terão menos este carácter de expedição de salvação colectiva. A organização sucede à pia aventura. É a época dos ordens hospitalares e das *milícias* do Templo, de que São Bernardo, o fundador de Cister, pregador da segunda cruzada (1147), dirá que aliam a *doçura do monge à coragem do cavaleiro*. Falta dizer que, entre a primeira e a segunda cruzada, a vida religiosa da Idade Média mudou. Os eremitas dão o seu lugar aos monges, que fazem voto de estabilidade. Novas formas de vida comunitária nascem nos mosteiros, abadias e catedrais, que surgem da terra como *orações petrificadas*. As igrejas e as capelas transformam-se em imensos relicários. É a *cruzada monumental* de que fala Louis Réau.

Cruzada e jihad vão a par

A leitura que acaba de ser feita das Cruzadas tem mais em conta a psicologia colectiva do que a análise dos dados políticos, económicos ou militares que marcaram a história das oito expedições à Terra Santa. O poder épico das massas populares, o temor escatológico que as

mobiliza contra um inimigo mal conhecido e as precipita em direcção à Jerusalém celeste foram postos à luz do dia nos anos 50 por historiadores como Paul Alphandéry e Alphonse Dupront. Uma tal versão do acontecimento explica a construção de

dois imaginários simbólicos que nunca mais deixarão de se fecundar -- o humanismo da Renascença e a idade de ouro árabe equivalem-se -- e de se erguer em dois sistemas de exclusão mútua para erigir, entre o Islão e o Ocidente, mal-entendidos e fricções que duram até hoje.

Os principados e os reinos latinos, onde os *barões* cristãos tentam reconstruir e copiar o modelo feudal, vão cair um a um sob os golpes das suas divisões. A vitória de Saladino em Hattin, em 1187, reabre aos muçulmanos a porta de Jerusalém. Este **século de ocupação** cristã das terras da Palestina e da Síria vai fazer cair, como o testemunham as obras de Usama e de Maalouf, um sem-número de barreiras e de estereótipos. Pela primeira vez, os muçulmanos vêem a vida dos cristãos de rito latino, e o Ocidente descobre muçulmanos com hábitos e costumes mais policiados, coisa que os seus bispos, príncipes e pregadores não lhes tinham dito nos seus discursos inflamados.

Apesar deste contacto, o islão continua a ser uma realidade desconcertante para o mundo cristão. Apoiado na ignorância: 400 anos depois da morte de Maomé, apesar da presença muçulmana na Sicília e em Espanha, o islão continua praticamente desconhecido na Europa. O primeiro a estudá-lo de perto -- para o refutar -- será um abade de Cluny, Pedro, o Venerável, que, depois de uma visita ao Sul de Espanha, publica, em 1142, a primeira tradução em latim do Corão. A desconfiança reaparece uma vez mais na Renascença, onde tudo é bom para desqualificar o árabe e o muçulmano. Durante o cerco de Viena pelos turcos (1529), o papa manda queimar exemplares do Corão.

No Concílio de Florença, em 1442, a Igreja reafirma a sua posição mais tradicional e hostil a qualquer sistema religioso concorrente -- *Extra ecclesiam nulla salus: A santa Igreja romana confessa e proclama que fora da Igreja ninguém alcançará a vida eterna, seja pagão, judeu, incrêdo ou separado da Igreja. Ele será o pasto do fogo eterno destinado ao diabo e aos seus anjos se não se lhe juntar [à Igreja] antes da morte.* A Reforma não espalha uma imagem mais famosa do islão. Lutero apelidará o Corão de livro maldito, vergonhoso, prenhe de fábulas, de mentiras e de montanhas de horror.

Desde então, não se deixará de opor um Ocidente das luzes a um Oriente supersticioso e tenebroso. Inclusive depois da conquista do Egipto por Bonaparte ou do período entre as duas guerras: os trabalhos históricos de um René Grousset demonstram o fio condutor que liga as Cruzadas, a conquista da Argélia, o desfile de crianças em uniforme de cruzado durante o congresso encarástico de Cartago (1930) e a expedição franco-inglesa do Suez contra Nasser. A colonização reactivou este par *cruzada-jihad*. Encontra-se aí a mesma mobilização de emoções e de nacionalismos, a mesma retórica que, a coberto da civilização, legitima uma agressão e uma ocupação.

Mais recentemente, os conflitos israelo-árabes e a guerra do Golfo reanimam os imaginários religiosos que julgávamos desaparecidos. François Mitterrand qualifica a intervenção dos aliados contra o Iraque de *guerra justa*, conceito que foi tratado por Santo Agostinho, enquanto Saddam Hussein exalta, nos discursos e na propaganda, a personagem de Saladino, figura heróica de um Islão mitificado, por ser oposto ao Ocidente e à modernidade. A *cruzada* e a *jihad* tornam-se paradigmas universais. A sacralização de Jerusalém pelo mundo muçulmano não é estranha à recordação da resistência militar e religiosa aos cruzados. E a *guerra santa* em que estão empenhados os militantes islâmicos, no Egipto ou na Argélia, traduz não tanto um recuperar de fé quanto a reacção de um imaginário ainda ferido de morte pelas recordações das cruzadas e das reconquistas.

A cruzada e a *jihad* assentam a sua legitimidade, segundo Mohamed Ar-

kun, nas *teologias de acção armada* que atravessaram toda a história das relações Oriente/Ocidente, as lutas entre o império otomano e a Europa cristã, as guerras de libertação colonial e as violências fundamentalistas. Violência, sagrado e verdade estão frequentemente ligados entre si. Com o regresso de um religioso não refreado, o choque (*clash*) de civilizações (como diz Samuel Huntington) poderá assumir, no século XXI, dimensões catastróficas. Como superar a estrutura potencialmente totalitária que é, afinal, toda a verdade religiosa?

6

Francisco de Assis ou a subversão da pobreza

Um louco ou um santo? O Poverello de Assis vive nu como Cristo nu. Pretende inverter a ordem cósmica e religiosa da Idade Média, sonha com um mundo em que todas as criaturas -- o pobre, a terra -- são sagradas e têm direito ao mesmo respeito. Nasce a utopia franciscana. A eclosão das ordens mendicantes -- os frades menores, os irmãos pregadores -- abre caminho a um cristianismo mais despojado, a um profetismo que desafia o poder dos clérigos. A teologia da libertação, mas também a caridade radical de Madre Teresa, está em germe.

Alguna coisa distingue o louco do santo? *à partida*, escreve o romancista Christian Bobin, *o louco e o santo assemelham-se como dois irmãos gémeos. à partida, ambos dizem a verdade. O louco é o que, ao enunciar a verdade, a restringe a si, a capta em seu proveito. O santo é o que, ao enunciar a verdade, a remete de imediato ao seu verdadeiro destinatário. Digo o que é verdade, logo não sou louco -- diz o louco. Digo o que é verdade, mas não sou verdadeiro -- diz o santo. Não sou santo, diz o santo, só Deus o é. Os loucos e os santos caminham lado a lado na História. Quase se tocam, procuram-se e encontram-se para grande infelicidade do louco (...). O louco está na companhia dos mortos. Tem o rosto voltado para a sombra. Nada do que lhe acontece é senão passado. Não pode ligar-se a nada nem a ninguém, não pode estabelecer qualquer laço vital com nenhum ser vivo. O santo tem o rosto voltado como uma presa para o que vem do futuro fecundar o presente, pólen de Deus transportado por todo o tipo de anjos. O santo não cessa de reunir o próximo ao longínquo, o humano ao divino, o que vive ao que é vivo (em *Le Très-Bas*, François d.Ássise, 1996).*

Francisco de Assis, um louco ou um santo? O argumento que se segue poderia intitular-se *O Papa e o mendigo. Ou, para sorrir, O maior e o menor*. Em tom mais ousado, *O déspota e o bobo de Deus*. Está-se em 1209. Poder-se-ia imaginar frente-a-frente mais irreal, por entre os dourados e mármore do Palácio de Latrão, do que o de duas personagens tão diferentes como Inocêncio III e Francisco de Assis?

Do seu trono pontifício, o primeiro faz a Europa tremer. Eleito papa em 1198, aos 38 anos de idade, Lotario di Segni expulsou da Península Itálica o imperador e estabeleceu a sua tutela sobre a Sicília. É ele quem controla a coroa germânica e rege a dança das monarquias de Inglaterra, da Hungria, de Aragão e de Castela. No auge do seu poder temporal, a Igreja é corroída por dentro pelas heresias valdense e cátara, do Sul de França. Modelo de papa teocrata, orgulhoso e batalhador, Inocêncio III trata os inimigos por *burros fedorentos, suínos que chafurdam na lama*, e os seus bispos, mais preocupados em acumular fortuna do que em anunciar o

Evangelho, por *cães mudos, já nem sequer capazes de ladrar.*

Diante deste monarca absoluto, deste papa que foi o primeiro a fazer-se intitular *vigário de Deus*, está Francisco Bernardone, de 27 anos, um farroupilha coberto de uma túnica cinzenta de tecido grosseiro e remendada, uma corda atada à cintura, os pés nus enfiados em sandálias. Imagine-se qual não terá sido a cara dos importantes e ricos prelados da Cúria! Cimabue e Giotto imortalizarão a cena, pintarão o jovem Francisco de olhos negros febris, os lábios envoltos por um delicado sorriso, tão delicado como um fio de água pura. Em frente de Inocêncio III, encontra-se ao meio de um bando de 12 *irmãos* andrajosos, a auréola já sobre a cabeça, precedido do chilrear de pássaros e de farândolas de flores.

Francisco não é nem clérigo nem sábio. Os seus estudos foram modestos, na escola de São Rufino de Assis, na Umbria, **onde nasceu**. Apenas o bastante para herdar o negócio do pai, comerciante de panos e tecidos, que corre tudo quanto é feira em Itália, até Troyes, na Champanha, e que amava a França ao ponto de ter decidido dar ao filho o nome -- na altura invulgar em Itália -- de Francesco. Durante toda a sua adolescência, Francisco sonhou poder ser soldado e tornar-se cavaleiro. Em 1202, participou na revolta da sua *comuna* contra Perúsia, passou pelo cativo, quis juntar-se aos cruzados, até que em Espoleto -- como Paulo em Damasco -- uma visão o deteve, pedindo-lhe que regressasse a Assis. Mais tarde, em 1205, novo prodígio -- na igreja de São Damião, verá um crucifixo tremer e intimá-lo a cumprir uma ordem: *Vai, Francisco, e reconstrói a minha casa, que está em ruínas!*

Nessa noite de Junho de 1209 em Latrão, o filho Bernardone vem pois pedir ao papa -- ao qual teve acesso graças à ajuda do céu e ao *empenho* de Guido, o padre de Assis -- autorização para prosseguir a modesta obra de penitentes, pregadores de rua e mendigos que acaba de fundar. Nem sequer redigiu uma regra, os cardeais da Cúria riem-se a bom rir. Reteve tão-só três pequenos excertos de citações de Jesus, tirados à sorte de um evangeliário: *Vai, vende tudo o que possuis, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; Não levem nada convosco para o caminho...; O que me quiser seguir terá antes de renunciar a si próprio.*

Com eloquência ingénua e poética, Francisco resume o seu projecto, não vá o papa não o ter compreendido: *Esta é a nossa vida e a nossa obra*. Aquilo a que mais tarde se chamará utopia franciscana está contida nestas poucas palavras do Evangelho. Surpresa das surpresas, Inocêncio III escuta o farroupilha, de quem se conta em Assis que, depois de ter gasto toda a fortuna, vivido uma juventude dourada e esbanjadora, sido soldado, adorado raparigas, cantado com os trovadores, se converteu ao abraçar um leproso e ao acariciar as suas chagas.

Lenda por lenda: na noite anterior, o papa é despertado por um pesadelo. Sobre os ombros debilitados, um mendigo suportava um Palácio de Latrão cheio de rachas! A mensagem é clara. Debaixo de todo o seu esplendor, a Igreja ameaça ruir. O êxito das heresias fica a dever-se, em larga medida, à falência de um clero secular que trafica armas e bens eclesiásticos, apregoa curiosidade científica e faz dela ponto de honra, e não hesita perante o fausto, quando não mesmo a devassidão.

O papa ergue-se do seu trono, vai abraçar o jovem Francisco, aprova a sua intuição e profetiza: *Será por intermédio deste jovem que a Igreja será restabelecida nos seus fundamentos*. De facto, é este papa rezingão e belicoso, que em 1219 dará o sinal de partida à quarta cruzada, quem também abrirá o caminho a uma das mais importantes reformas morais do cristianismo. As suas bulas visam a embriaguez dos padres, o estilo de vida nos meios episcopais, a acumulação de terras e benefí-

cios. O IV Concílio de Latrão (1215) é o da reforma do clero secular e das ordens religiosas.

Este papa genial compreendeu que para lutar contra as heresias, para *misturar de novo o fermento na massa cristã*, como escreverá Daniel Rops, é preciso romper com os velhos hábitos, fazer emergir homens de uma têmpera diferente, mais próximos do povo, mais capazes de irem ao encontro dos desfavorecidos que fazem reinar a miséria nos *subúrbios* em formação, de os recuperar por meio de uma prédica mais simples, de os convencer tanto pelo exemplo da sua vida como pelo seu discurso. Em Francisco, este papa visionário encontrou o homem à altura da tarefa. Tomará atitude idêntica com o espanhol Domingos de Gusmão, futuro patrono dos irmãos pregadores (dominicanos). Nascem as ordens mendicantes.

Claro que os movimentos de despertar religioso e de evangelismo não tinham estado à espera de Francisco, Domingos ou Inocêncio III. A Idade Média é fecunda em papas energeticamente reformadores, como Gregório VII

(o da reforma *gregoriana*) ou Urbano II, em pregadores urbanos, em eremitas, em grupos de penitentes que renunciavam por completo à vida mundana. Por seu lado, nem todas as ordens religiosas estavam tão contaminadas como Inocêncio III dava a entender. As ordens beneditinas reformadas por São Bernardo em Cister e os cónegos regrantes de Santo Agostinho eram já testemunho de novas formas de vida religiosa, mais austeras, mais próximas do povo. Na Lombardia, grupos de almas piedosas, designados os *humilhantes* ou os *humilhados*, enveredavam por uma vida subordinada à pobreza e castidade. Havia muito que os valdenses e os cátaros pregavam o regresso a um apostolado purificado de clérigos e de laicos, a fim de restaurar a imagem da Igreja.

Uma outra relação com a propriedade

Terreno novo já existia, mas a relação com a pobreza, com a cultura da época, com os poderes económico e político estava longe de estar regulada. A Igreja encontrava-se presa na *cilada* do seu sistema feudal, das suas grandes propriedades, dos seus arcebispados e dos seus mosteiros. O comportamento de bispos e abades não era diverso do dos grandes senhores feudais. Não era sua intenção abdicarem dos seus direitos, que se estendiam a regiões inteiras, nem prescindirem -- embora os monges fizessem voto de pobreza individual -- dos seus direitos de propriedade colectiva e dos seus privilégios. Negociante abastado da região de Lião, Pedro Valdo -- pai dos *valdenses* -- fora declarado herege e condenado pela Igreja precisamente por se haver despojado dos seus bens para ir anunciar o Evangelho. Não fosse Inocêncio III, e o Poverello de Assis teria tido o mesmo destino: a sua pobreza voluntária roçava a heresia.

Daí a surpresa quando as ordens mendicantes propõem não só tornar comuns os bens dos seus irmãos, entregando-se nas mãos da Providência no que respeita a morada e sustento, recusando todo o tipo de segurança material, aceitando um qualquer trapo como vestuário -- uma túnica, ceroulas e uma corda --, mas também renunciar a todo o título de propriedade e a trabalhar com as suas próprias mãos. Francisco zangava-se quando os seus irmãos se limitavam a mendigar. Queria que trabalhassem, não para ganharem

um salário, mas para não precisarem de estar a cargo de ninguém. A propósito desta recusa de todo o tipo de propriedade, que tanto chocou o clero e os abades do seu tempo, foi esta a expressão -- imbuída, no entanto, de bom senso -- com que ele escandalizou: *Senhor bispo, se tivéssemos possessões, precisaríamos de armas para as defender*. Desarmante, este Francisco!

é de outra natureza a relação com o dinheiro por ele idealizada -- dinheiro tão dominante numa época de pré-capitalismo, em que florescem as feiras e os mercadores; em que nas cidades uma nova classe social -- a burguesia -- ombreia com os senhores; em que as cidades francas rompem com o sistema feudal e reivindicam autonomia; em que os bancos nascem e prosperam, as facções e os clãs se multiplicam; em que nos bairros engrossam os cortejos de leprosos, de malfeitores, de vagabundos e de mendigos, brutalmente perseguidos. O mais escandaloso é que ele vive esta pobreza, se imiscui com esta escória da sociedade. Tomando o Evangelho à letra, quer *seguir nu o Cristo nu, ou seja, imitar Jesus na sua pobreza e humildade.*

é nu que ele prega na sua cidade. Tinha sido nu, também, que em 1206 enfrentara o bispo de Assis, quando do julgamento que marca o epílogo da querela com o pai, Pedro Bernardone, que processou o próprio filho. O filho que delapida a fortuna da família para a distribuir -- imagine-se!

-- pelos pobres. O filho que, para entoar o louvor ao Senhor e celebrar o santo ofício, prefere às igrejas as cabanas de Rivo Tonto, nos terrenos pantanosos das imediações de Assis. Aquele que em Greccio cria um presépio vivo com pastores

e animais para explicar à população ignorante o sentido da Natividade. *Pela primeira vez na história do cristianismo, escreve o historiador André Vauchez, a vida religiosa deixa de ser concebida como a contemplação do mistério de Deus, para passar a sê-lo como imitação de Cristo.*

é claro que Francisco será traído e deturpado. Desatam a construir grandes conventos em seu nome, quando ele fazia questão de enviar os companheiros para a estrada, numa errância sempre aos pares. O dos Frades Franciscanos, em Paris, foi durante muito tempo a maior igreja da capital francesa. Depois da sua morte, em 1226, são-lhe erigidas e consagradas grandes basílicas, justamente a ele que passou a vida, com os companheiros, a restaurar capelinhas. Os frescos de Giotto e os biógrafos dão-nos dele a imagens de um fundador de ordens religiosas e de um colaborador fervoroso do papado, ele, cujo único objectivo foi relançar modelos de fraternidade evangélica. Francisco de Assis foi recuperado pelo clero e pela hierarquia do seu tempo para colmatar as lacunas da prédica e da penitência. O próprio papa enviava frades menores em missão junto dos príncipes, dos prelados e dos capitulos das catedrais, provocando aqui e ali algumas faíscas. Os aspectos mais provocadores da espiritualidade franciscana foram em grande medida rasurados.

O padroeiro dos ecologistas

Louvado sejas, meu senhor, com todas as tuas criaturas, muito especialmente o meu senhor irmão Sol. Ele é o dia, e é através dele que nos ilumina. Ele é belo e irradia com grande esplendor. De Ti, Altíssimo, nos dá ele a imagem.

Louvado sejas, meu senhor, pela irmã Lua e as estrelas: no céu as acendeste, claras, preciosas e belas.

Louvado sejas, meu senhor, pelo irmão Vento e pelo ar e pelas nuvens e pelo céu sereno e por todos os tempos por que dás sustento às tuas criaturas.

Louvado sejas, meu senhor, pela irmã água. Ela é muito útil, humilde, preciosa e casta.

Louvado sejas, meu senhor, pelo irmão Fogo. Com ele, ilumina a noite. É belo e jucundo, robusto e forte.

Louvado sejas, meu senhor, pela nossa irmã a mãe Terra, que nos sus-

tenta e governa e produz frutos variados com flores coloridas e verdura.

Está-se em 1225, Francisco tem o estômago dilacerado e os olhos inflamados da febre causada pela doença. Há menos de um ano que transporta em si -- nas mãos, nos pés, no dorso -- os estigmas da Paixão. São eles que sustentarão a fama de *novo Cristo* que o acompanha e que tanto desagradará a Lutero. O fundador é praticamente excluído da própria ordem, cada vez menos mendicante e cada vez mais arrogante e poderosa. Reparte o seu tempo pela solidão dos eremitérios e a pregação na província úmbria ou nas Marche. E no entanto é a mesma personagem, em decadência e traída, que compõe este *Cântico das criaturas*, trauteado desde então em todas as línguas do mundo por homens ávidos de poesia e de liberdade. Este cântico é uma das peças magistrais da literatura italiana. Pela primeira vez, o louvor a Deus infiltra-se na linguagem de todos os dias. A cultura popular vem juntar-se à experiência religiosa. O italiano fica a par do latim.

Irmão Sol, irmã Lua, irmão Vento, irmã água, irmão Fogo... Perante tal candura e puerilidade, oscila-se entre o constrangimento e o sorriso. É aí que reside a utopia franciscana? O sonho mítico do regresso à inocência original e ao paraíso perdido? O mesmo se dirá, dois séculos mais tarde, a propósito dos monges que, depois de desembarcarem no Novo Mundo, vão querer converter os *bons selvagens*. Escrito no final da vida de Francisco, o *Cântico das criaturas* nada tem de infantil. Das provações por que passa, o santo extrai o desejo prodigioso de *fraternidade* entre todos os seres vivos, homens, astros, animais, vegetais e outras criaturas. Dito de outro modo, o cosmos deixa de ser identificado com um lugar de forças tenebrosas. Em Francisco, ele torna-se, como escreve o seu biógrafo Eloi Leclerc, *um livro aberto a todos os seres, [em que] todas as coisas assumem o valor de um sinal para o destino do homem*. Trata-se, numa Idade Média que ainda confunde natureza e ameaça obscura, de algo inovador!

De há muito que os ecologistas e os militantes da não-violência fizeram de Francisco de Assis o primeiro de entre eles. A sua opção pela pobreza abriu-o a uma compreensão nova dos seres e das coisas. A sua cosmogonia faz de todos os elementos da natureza *irmãos e irmãs* porque todos são seres vivos, ou seja, frutos de uma fonte única, a que ele chama Criador. *Esta fraternidade mais não é, afinal, do que a consequência da paternidade de Deus. E trata-se, também, de uma inovação na tradição cristã: a contemplação do Criador deixa de poder dissociar-se da comunhão com o conjunto das suas criaturas*. O Cântico... é uma *forma de afirmar* que a esperança de perdão e de reconciliação é *mais forte* do que a vontade de dominar, anexar e excluir.

Este apelo à unidade de *uma* ordem social e natural criada por Deus está longe do sentimentalismo rousseauniano ao qual Francisco foi muitas vezes associado. O que ele propõe -- e é revolucionário para o seu tempo -- é uma inversão da ordem cósmica, religiosa, política, que era então piramidal e hierárquica, para ir ao encontro de um conceito igualitarista em que toda a criação, porque sagrada -- do pobre ao inimigo e à terra --, merece o mesmo respeito. A autoridade eclesiástica e feudal é contestada em nome de uma ordem nova em que o homem se torna fonte de direitos. Sob a capa de ecologista ingénuo ou de *bobo de Deus*, como se qualificava a si próprio, Francisco de Assis é, de facto, a personagem-charneira entre uma Idade Média em que o homem procura sobreviver, enfrentando uma natureza que quase sempre lhe é hostil, e uma idade moderna em que se ergue como senhor absoluto, dono de uma natureza que vai utilizar com *fins* de rendimento e de poder.

Radicalismo evangélico e não-violência

Em Gubbio, na montanha próxima de Assis, um lobo anda a semear o terror entre os camponeses. Francisco é chamado em socorro. Mas em vez de procurar montar uma cilada ou eliminar o animal feroz, começa -- o louco! -- por o abordar cordialmente e saudar como *irmão Lobo*. Acaba, contra todas as expectativas, por se sair bem. As *Fioretti* (*Florinhas*, relatos dos milagres de Francisco) contam que, à força de paciência, de astúcia, de diplomacia, o santo converteu o lobo em cordeiro. Trata-se de uma fábula, a que não falta a *moral*: Francisco transforma o lobo, símbolo

da agressividade que existe em cada um de nós, em força de amor. O seu segredo reside sempre em despertar no outro o que nele há de melhor.

É o mesmo Francisco que um belo dia, em 1219, quando do cerco da cidade egípcia de Dumiât pelos cruzados, decide aproveitar um momento de tréguas e atravessar as linhas inimigas para pedir um encontro com o sultão Malek al-Kamil, príncipe do Egito e da Palestina. Um contacto de que não há exemplo. Tratar-se-á de um espião? Ou será um emissário? Talvez um trãnsfuga? -- interroga-se o acampamento dos *infiéis*. O sultão, surpreso, acaba por aceitar receber Francisco. É então que o monge, perante a estupefacção geral, se apresenta como um *servidor de Deus* que vem saudar uma outra criatura, esta muçulmana, do mesmo Deus altíssimo. O sultão fica sensibilizado.

Quer cumular o visitante de dinheiro e de presentes e conduzi-lo-á de regresso ao seu acampamento.

A simbologia destes episódios é deslumbrante. O nascimento das ordens mendicantes corresponde a uma viragem na história do cristianismo. Os monges saem dos seus conventos. Neste final da Idade Média, com Francisco

e com Domingos, que mendigam e pregam num meio urbano que começa a emergir, o claustro estende-se às dimensões do mundo, na sua pluralidade social, cultural, religiosa. E os pobres não são os únicos a seguir Francisco nesta via de despojamento. Ele tem consigo filhos de grandes famílias, que o acompanharão até à Alemanha, a França, à Hungria, a Inglaterra e mesmo Marrocos -- onde acabarão por ser massacrados.

Ora, 800 anos passados, este evangelismo radical permanece como indicador de contradição nas Igrejas, ainda marcadas por sinais de riqueza, ostentação

de poderio e deferência perante os poderes instituídos.

Este profetismo que desafia o poder dos clérigos e este carisma que se ergue contra a instituição nem por isso são raros nas comunidades cristãs do Terceiro Mundo, na América Latina, na Ásia, em África, que fizeram a *opção preferencial pelos pobres*, para utilizar a fórmula das conferências do Celam (Conselho dos Episcopados Latino-Americanos), na cidade colombiana de Medellín, em 1967, em Puebla, no México, em 1979, em Santo Domingo, em 1992. Apesar da desconfiança e da condenação do magistério romano, franciscanos teólogos da libertação como Leonardo Boff, ou cardeais como Paulo Arns, em São Paulo, propõem também eles, seguindo o exemplo do seu fundador, uma nova leitura do Evangelho feita a partir da realidade histórica, da subversão dos pobres, das classes exploradas, das raças desprezadas, das culturas marginalizadas.

Como Francisco, que vê no pobre e no leproso a figura de Cristo, como o dominicano Bartolomeu de las Casas, que compara os índios oprimidos da América a *Cristos flagelados*, estes cristãos comprometidos esforçam-se por encontrar o rosto de Jesus na pessoa do pobre, do humilhado, do negro, da mulher brutalizada. Como Francisco, decepcionados com todos os *paraísos na terra* do século XX, não concebem outra libertação que não seja *integral*, social e política, mas também com raízes na solidariedade com Cristo, que, segundo eles, deu

a vida pelos seus irmãos.

Francisco não canoniza a pobreza. Não faz dela um ídolo. Combate-a ao lutar contra o luxo e o supérfluo. Mas a escolha da pobreza absoluta é para ele o único meio de se juntar à humanidade sofredora e, por essa via, a Cristo. Não há em Francisco apenas um *agir por*. Há um *viver com* os pobres. Estamos longe da tradição de caridade que dá mas fecha os olhos à realidade social e política. Em Calcutá, Madre Teresa torna-se pobre entre os pobres. Cria leprosas e albergues para moribundos, penetra nas zonas de pobreza extrema. Mediáticas ou não, cristãs ou não, muitas pessoas vivem esta radicalidade. Serão loucos ou santos? São, sem dúvida, profetas, no sentido em que vão até ao fim nas suas palavras e nos seus actos.

A utopia franciscana permanece actual. Os frades menores criam uma sociedade paralela, um modelo alternativo, uma economia da pobreza que assenta na dádiva, na troca e na não-violência. Para os apóstolos, laicos ou cristãos, desta não-violência, o poder interior do homem é sempre superior ao que lhe querem impor do exterior. E a não-violência dos estudantes chineses da Praça de Tiananmen. É a não-violência das marchas das mães dos *desaparecidos* na América Latina. É a não-violência do pastor Martin Luther King, que exortava à construção de uma *comunidade de amor*, ou de um Gandhi. É esta não-violência que diz ao opressor: podes matar-me, mas não conseguirás destruir a minha liberdade, nem o ideal que guardo no mais fundo do meu ser e pelo qual decidi bater-me. É aí que começa a verdadeira subversão dos pobres o melhor da tradição cristã. Nessa força interior para dizer não reside a força de Deus e da liberdade humana.

7

António, mediador entre Portugal e o mundo ()

Menos de um ano depois da sua morte, o franciscano frei António era proclamado santo, na que foi a mais rápida canonização da história da Igreja, com direito a figurar no Guinness. Único doutor da Igreja de origem portuguesa, a qualidade dos seus sermões tornou popular o frade que criticou a impureza e a negligência de tantos religiosos do seu tempo. Ao longo dos séculos, essa popularidade retocou-lhe a imagem, poliu-o da austeridade e do saber teológico, transformando-o num curador de penas e cansaços do quotidiano ou num companheiro de festas e alegrias.

() Texto da autoria de António Marujo. *Ilustração*: Santo António pregando aos peixes. Azulejo do século XVII, Museu Antoniano, Lisboa.

No cartaz, vê-se a imagem de Santo António com o Menino, a açucena e o livro, e a legenda: *Para defender a saúde e o bem-estar dos seus, procure não deixar faltar em casa esta nobre «amiga e protectora» da família.* Ao lado, a caixa identificadora: *Aspirina*.

Santo António foi, é, para muitos, uma espécie de *creme curativo* -- como se pode ler num outro cartaz, com origem em Nova Iorque, de propaganda ao *mentholatum* (ambas as imagens se podem ver no Museu Municipal Santos Rocha, da Figueira da Foz, e estão reproduzidas no catálogo *Santo António -- Devoção e Festa*). Amigo sempre ao lado, protector para todos os momentos, companheiro de festas e folguedos, curador de dores e sofrimentos, de penas e cansaços.

Não temos dele nenhum retrato. As imagens falam-nos de uma personagem séria mas terna e piedosa, com um menino ao colo ou a falar aos pei-

xes. às vezes é quase piegas, traduzindo o desejo de proximidade das pessoas que o assumiam como seu.

Estas imagens, no entanto, não correspondem ao que foi Fernando de Bulhões, de seu nome de nascimento, hoje conhecido universalmente como Santo António de Pádua (por referência à cidade italiana onde morreu) e, em Portugal, como Santo António de Lisboa.

Num texto sobre o *Apóstolo e Defensor dos Humildes*, João Simões Raposo sintetiza o fenómeno que converteu o teólogo e o pregador exigente num santo quase despido de conhecimento: *O povo humilde, por cujos direitos afinal tanto lutou, poliu-o ao longo dos séculos dos exageros da austeridade e do saber teológico. Fê-lo, talvez, mais franciscano. Trata-o familiarmente por tu. Põe-lhe ao colo Jesus-Menino. Fá-lo padroeiro das coisas perdidas que se querem encontrar e dos pequenos problemas que se querem resolver. Assenta com ele praça nos exércitos. (...) Fá-lo -- podia lá deixar de ser -- santo dos amores infelizes, compreensivo, brincalhão, casamenteiro.*

E sobre a personalidade do santo, diz Simões Raposo: *Debaixo dum aspecto grave e melancólico e duma atitude sempre discreta e humilde, era, além de bem apessoado, comunicativo, de disposição bondosa e grande afabilidade. Dotado de uma profunda sensibilidade, afectivo, era igualmente imaginativo, desprendido e fatalista.*

Não é por acaso que a relação dos crentes com Santo António passa por momentos e episódios tão diferentes como a doença, os objectos perdidos, a morte, o desporto, a vida militar, o nascimento, a vida religiosa, a festa ou o casamento (como expressam iniciativas semelhantes às Noivas de Santo António). Tudo isso se traduz numa infinidade de objectos: quadros, fotografias, jarras, taças e medalhas (mesmo desportivas), alianças, ex-votos, canetas, objectos e fardas militares, alfaias litúrgicas, ramos ou vestidos de noiva, esculturas, *tronos* populares, *alminhas*, gravuras e propaganda.

Uma *presença constante e permanente* -- como escrevia o ex-bispo do Porto, Júlio Rebimbas, no *Roteiro do Culto Antoniano da Diocese do Porto* --, revelada também na toponímia, na invocação do santo para igrejas, capelas, quintas ou lugares, ou na arte erudita. Nesse *Roteiro...* são recenseadas 120 capelas, 800 esculturas e quase 300 pinturas (incluindo algumas contemporâneas), Vieira da Silva pintou uma *Pregação aos Peixes*, uma *Vida de Santo António* foi desenhada em Augsburg no século XVIII, José Régio fez do santo objecto de colecção.

Essa dimensão popular e taumatúrgica de Santo António, define Maria Cândida Pacheco (que presidiu às comemorações dos 800 anos do nascimento, em 1995), *como que ocultou a sua estatura de pensador, de teólogo e de místico*. Certamente por essa razão, a sua obra escrita é pouco conhecida e a sua figura não provoca, por exemplo, tantas referências literárias como São Francisco.

Os milagres clássicos que se contam de Santo António são muito tardios. A *Assídua*, a primeira biografia do santo, escrita logo após a sua morte, em 1232, para a canonização, não regista um único facto miraculoso. O mesmo aconteceu com a bula do papa Gregório IX a decretar a canonização: apenas fala em virtudes, nunca em feitos miraculosos.

Só no início do século XIV começaram a aparecer essas narrações. Como o episódio que contava que, no dia 30 de Maio de 1232, no mesmo momento em que Gregório IX canonizava Santo António, na Catedral de Espoleto, todos os sinos de Lisboa se puseram a tocar sem intervenção humana.

As errâncias

Um desassossegado. Ou não tivesse Fernando de Bulhões experimentado

conventos e caminhos diferentes antes de se descobrir como franciscano, teólogo, pregador e intelectual. Lisboa tinha sido recentemente conquistada aos mouros quando Fernando nasceu, numa família de pequena nobreza, numa casa à beira da Sé, onde hoje está a Igreja de Santo António. Era por volta de 1192 (apesar de a tradição apontar 1195).

Entre os 15 e os 18 anos, Fernando ingressou no Mosteiro de São Vicente de Fora, dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, situado às portas de Lisboa. Insatisfeito, mudou, dois anos depois, para Santa Cruz, de Coimbra, pertencente

à mesma ordem, mas cujo nível intelectual e de estudo era superior.

Na riquíssima biblioteca do mosteiro tinha frei Fernando de Bulhões à sua disposição as últimas novidades que o saber europeu da época produzia. E, além disso, chegavam periodicamente a Santa Cruz, vindos de Paris, mestres da filosofia e da teologia. Ali (como antes na escola da Sé de Lisboa e em São Vicente de Fora) bebeu o monge a maior parte da sua cultura. E foi no mosteiro de Coimbra que começou a escrever os seus sermões, reveladores de uma abordagem que hoje se definiria como interdisciplinar.

Mesmo rodeado de cultura, o jovem monge não sossegou. Em Santa Cruz começaram a aparecer, pedindo esmola, os primeiros franciscanos vindos de Assis, que se tinham estabelecido num eremitério, nos Olivais. Mais tarde, chegaram a Coimbra as relíquias dos mártires franciscanos de Marrocos.

Este acontecimento, aliado à decepção com o relaxamento de regras que existiria no mosteiro, marcou nova mudança. Fernando passou a chamar-se António. Trocou a tranquilidade e o estudo em Santa Cruz pela erância e pobreza dos companheiros de Francisco de Assis. No não seu íntimo, estaria o desejo de, mais uma vez, se desinstalar, indo para Marrocos anunciar o Evangelho e, eventualmente, ali sofrer o martírio. Mas não há certezas sobre isto. A tradição diz que o clima e a doença o inibiram de concretizar essa vontade. Meses depois, teria tentado de novo, mas o navio em que seguia foi forçado a acostar na Sicília.

Certa é a sua presença no Capítulo Geral dos franciscanos em Assis, em 1221. Aqui, conheceu o *Poverello* de Assis, que mais tarde lhe reconhecerá os dotes oratórios, incumbindo-o de ensinar, através de uma carta: *O irmão Francisco envia saudações. Tenho gosto em que ensines aos irmãos a sagrada teologia, desde que, com o estudo, não se extinga neles o espírito da santa oração e devoção, como está escrito na regra [franciscana]. Adeus.*

Francisco e António, a poesia e a cultura

É em Forlívio, numa ordenação conjunta de franciscanos e dominicanos, conta Cândida Pacheco, que, ocasionalmente, se revela a sua vocação de pregador, num improviso que desvela subitamente a profundidade dos seus conhecimentos bíblicos, os dons da sua inteligência, a riqueza contagiante do seu poder oratório. Foi esta revelação da estatura espiritual de frei António que levou São Francisco a rever a sua posição de recusa radical da cultura e do saber.

Francisco da Gama Caeiro, considerado o maior especialista antoniano português, que morreu em 1994, aponta outras divergências e semelhanças entre António e Francisco. A doutrina de ambos sobre o amor tem afinidades impressionantes, parecendo que na formulação feita pelo *Poverello* de Assis está implícita ou em germe uma importante parte da que foi formulada pelo português. No entanto, a síntese doutrinal de Santo António insere-se no pensamento e na construção filosófico-teológica medieval que deriva de Santo Agostinho, enquanto São Francisco traduz, acima de tudo, uma atitude humana global, um mo-

do de estar no mundo, resultando de uma determinada concepção de vida sob pressão de circunstâncias a que era urgente atender, sem qualquer preocupação de natureza teórica.

Da leitura dos sermões antonianos, o escritor italiano Guglielmo Zucconi retira que Francisco e António eram duas personalidades opostas: o primeiro conquistava os corações com a sua poesia; o fascínio do outro emanava da sua inteligência e cultura, condenado, talvez mesmo pela elevação do seu talento, a uma solidão aristocrática, sem seguidores.

No tema fundamental do franciscanismo, a pobreza, Gama Caeiro regista também uma acentuada diferença entre o fundador e o frade de origem portuguesa: sendo altas, para ambos, a pobreza e a humildade, a primeira é para São Francisco a fonte máxima de toda a perfeição espiritual e de todas as virtudes, enquanto, diversamente, a humildade é a que toma na arquitectura espiritual de Santo António esse mesmo lugar. Isto não impede, todavia, que, para ambos, a virtude seja plena e a sua prática exija um cumprimento total.

Sobre a atitude da Igreja em relação aos pobres e à pobreza, Santo António não poupava nas palavras e nas invectivas. No Sermão do 9.º Domingo de Pentecostes, escreve: *É sacrilégio dar a pertença dos pobres a quem*

o não é. Se dás a um parente, deves dar, não por ser parente mas por ser pobre. (...) Não dês, portanto, sangue ao sangue, mas dá ao peregrino e ao pobre. (...) Os bens

da Santa Igreja não pertencem aos ricos, mas aos pobres.

Apesar dessa divergência, o padre franciscano Henrique Pinto Rema considera, no entanto, que o conceito de pobreza que se expressa nos *Sermões Dominicais e Festivos* está na linha do Pai São Francisco, aliás na linha do Evangelho. E a proposta de Santo António, escreve, era a de desafiar à penitência e mudança: *Como teólogo prático (...), Santo António de Lisboa acha que o mundo medieval podia melhorar substancialmente se acreditasse no pressuposto da penitência, no mais alto e profundo significado do termo.*

Sobre a relação da Igreja com os pobres e a pobreza, Santo António não poupava nas palavras e nas invectivas. No sermão do 9.º Domingo de Pentecostes, escreve: *É sacrilégio dar a pertença dos pobres a quem o não é. Se*

dás a um parente, deves dar, não por ser parente mas por ser pobre. (...) Não dês portanto, sangue ao sangue, mas dá ao peregrino e ao pobre. (...) Os bens da Santa Igreja não pertencem aos ricos, mas aos pobres.

A sua atitude em relação à ordem social também não tem que ver com a imagética popular acerca de Santo António. No Sermão do 10.º Domingo de Pentecostes, diz ele sobre os ricos: *Os ricos e poderosos roubam aos pobres os seus haveres, adquiridos com suor e lágrimas. Ainda por cima, chamam-lhes seus vilãos, quando eles é que são vilãos do diabo. (...) O rico deste mundo perverte a justiça, roubando os pobres ou não lhes dando o que é seu.*

Reconhecida por todos a sua força de pregador, o frade de origem portuguesa passou algum tempo a pregar entre Itália e o Sul de França (Toulouse, Montpellier, Limoges). Acabou por se fixar em Pádua em 1230, depois de ter sido eleito legado à cúria pontifícia, já Francisco de Assis morrera e os franciscanos estavam dilacerados pelas divisões que marcariam o futuro da ordem.

Em Pádua, onde entretanto retomara a redacção dos sermões e o ensino da Teologia, viria a morrer, com cerca de 39 anos, a 13 de Junho de 1231. Menos de um ano depois, em 30 de Maio de 1232, Gregório IX proclamou-o santo, naquela que foi a mais rápida canonização da história da Igreja. E já neste século, em 1946, foi declarado doutor da Igreja

o único de origem portuguesa distinguido com tal título.

Os pecados dos clérigos

Pensador de transição, a sua época era, ela própria, de mudanças profundas. Tinha o futuro santo a convicção de que a fé não estava em perigo, mas os costumes sim. Importava, então, tratar dos costumes. Por isso, os sermões e os debates intelectuais de frei António evidenciam uma preocupação moralizante, de apontar aos que o ouviam as atitudes que, como cristãos e como cidadãos, se exigiam em ordem à mudança de pensamento, ao reencontro com a fraternidade perdida ou à afirmação da abertura à diferença. Isso era válido para todos os que, na época, fugiam às normas, desde as prostitutas aos que se consideravam como hereges, até aos bispos, padres ou religiosos.

A Igreja esquecera-se das suas origens, afogada na opulência e atingida por inúmeros movimentos renovadores, sectários ou heréticos. O diagnóstico do pregador era, sobre isso, muito claro. *Hoje não se fazem feiras, não se celebram reuniões seculares ou eclesiais em que não encontremos monges e religiosos*, escrevia ele no Sermão do 2.º Domingo da Quaresma. *Que direi ainda dos clérigos e prelados da Igreja? Se algum bispo ou prelado da Igreja proceder contra uma decretal de Alexandre ou de Inocêncio ou doutro papa, é imediatamente acusado, convocado e depois de convencido deposto. Se, porém, cometer algum pecado mortal contra o Evangelho de Jesus Cristo, que está obrigado a cumprir em primeiro lugar, não há ninguém que o acuse e ninguém que o corrija.*

Era necessário, então, testemunhar de outro modo o que a Igreja anunciava: *A linguagem é viva quando falam as obras. Cessem, pois, as palavras e falem as obras. Estamos cheios de palavras, mas vazios de obras*, desafiava ele no Sermão do Domingo de Pentecostes.

O que frei António viveu e viu dentro dos conventos também não era muito bonito, conforme descreveu no sermão do 23.º Domingo de Pentecostes: *Acontece algumas vezes tornarem-se gulosos no mosteiro os que tinham vivido sobriamente, antes da conversão, em sua casa. O deus ventre aplaca-se com vítimas de diversos pratos, inclina o ouvido a mexericos, excita-se com variedade de sabores, amolece-se com a conversa, agrada-lhe não a oração mas o ócio, deleita-se com a sonolência.*

Os sermões que escreveu e proclamou revelam as fontes que o antigo cônego regante bebera em Santa Cruz de Coimbra: a Bíblia, os Padres da Igreja (teólogos dos primeiros séculos do cristianismo), os sábios das ciências naturais como Ursulino e Plínio, ou ainda o *Tratado dos Animais*, de Aristóteles.

A natureza é, de resto, outro tema muito presente nos sermões antonianos. Maria Cândida Pacheco escreve que essa temática reflecte o franciscanismo de frei António: *Essa impregnação naturalística da simbólica, se por um lado pode representar a valorização literária de um naturalismo, por outro, reflecte a importância da circunstância terrena, numa perspectiva teológica e antropológica: o universo é, de facto, o lugar da Encarnação, de Paixão e da Ressurreição de Cristo e, para o homem, a via e o meio concretos de santificação. Por tudo isto, a temática da natureza, na sua positividade expressiva (...) é, em Santo António, um dos vestígios mais significativos da sua leitura dos sinais dos tempos, uma das marcas mais reveladoras do seu franciscanismo.*

É o primeiro mediador entre Portugal e o mundo, define Maria Cândida Pacheco. É o santo de todo o mundo, segundo o papa Leão XIII. E os ministros gerais das famílias franciscanas, na carta sobre as comemorações dos 800 anos do nascimento, sublinhavam a sua dimensão ecuménica

e inter-religiosa (a devoção antoniana está presente noutras confissões cristãs e em diversas religiões não cristãs), as suas atitudes de caridade e solidariedade com os mais pobres, bem como a sua perspectiva humanística.

O padre Pinto Rema diz que um santo assim pode ser considerado um utopista: *Queria uma Igreja e um mundo perfeitos, que não existem.*

8

As fogueiras da Inquisição semeiam o terror

A Idade Média queima os cátaros e os valdenses, a Espanha dos Reis Católicos, o judeu e o iluminado, a Florença dos Médicis o frade Savonarola. Outros dissidentes escaparam por pouco a estes ventos de loucura inquisitorial. A imposição autoritária de um dogma prevalece sobre a liberdade dos homens. O cristianismo purifica pelo fogo.

A acção passava-se em Sevilha, quando as fogueiras todos os dias se acendiam para glória de Deus e se queimavam os hereges em magníficos autos-da-fé. Ivan Karamazov dá vida ao cenário da velha Lenda do Grande Inquisidor, uma personagem que ele descreve a seu irmão Aliocha como um velho quase nonagenário, grande e direito, de rosto ressequido, os olhos cavados fundo nas órbitas, de onde brota um clarão incandescente, como

fogo. Sevilha, a bela andaluza colonizada pelos castelhanos depois da Reconquista, onde Cristóvão Colombo arma a sua expedição, onde Américo Vespúcio, o Florentino, sonha com o novo mundo. É em Sevilha, no século XVI, que Dostoievski resolve fazer Jesus Cristo regressar à terra. Jesus faz alguns milagres e outras tantas magias. A multidão reconhece-o, mas trai-o quando o cardeal grande inquisidor ordena à sua polícia que o prenda.

Então, no calabouço onde Jesus está aprisionado na véspera de ser condenado à fogueira, começa um longo monólogo que é, na pena do escritor russo, um dos mais belos pedaços da literatura anti-romana. Por que vieste inquietar-nos?, pergunta o grande inquisidor. Porque Tu vieste inquietar-nos, sabe-lo bem. Amanhã vou condenar-Te a arder na fogueira como pai dos hereges, e este povo que hoje beijou os teus pés precipitar-se-á, amanhã, ao menor sinal meu, para atear as chamas da tua fogueira, estás ciente disso? (...)

A liberdade da fé deles em Ti era o que, a Teus olhos, havia de mais precioso há quinze séculos. Não foste Tu quem disse: «Quero tornar-vos livres»? Ora aí está, já viste os homens livres (...) Sim, isso custou-nos caro, mas levámos essa obra até ao fim em Teu nome. Durante 15 séculos, esta liberdade deu-nos que fazer, mas agora acabou-se, acabou-se de vez. Não acreditas que se acabou de vez? Olhas-me com doçura e nem sequer te dignas insurgir-te? Mas fica sabendo que é agora, mais do que nunca, que os homens estão convencidos de que são totalmente livres, e no entanto foram eles próprios que nos entregaram a sua liberdade, depositando-a docilmente a nossos pés. Essa foi obra nossa, mas era esta a liberdade que Tu desejavas?

A moral da história é mais ou menos esta: os homens preferem estas certezas tranquilizadoras, e a disciplina cega, aos tormentos da liberdade, e é por compaixão por eles que a Igreja cumpre o ofício de esmagar toda a heresia, todo o pensamento heterodoxo, todo o comportamento desviante, e de impor o seu magistério e a sua verdade. Esta explicação vale, sem dúvida, para todas as ditaduras do mundo, mas a Santa Inquisição, lançada na Idade Média contra as heresias dos cátaros e dos valdenses, contra os judeus e os ilumina-

nados (alumbrados) na Espanha dos Reis Católicos, ou contra a república teocrática de Savonarola em Florença, foi uma das mais aterradoras.

Os autos-da-fé do monge Torquemada

Na procissão lúgubre conduzida pelas autoridades civis e o cabido da catedral, os monges e os penitentes transportam tochas acesas na procissão lúgubre encabeçada pelas autoridades civis e pelo cabido da catedral. No estandarte

da Santa Inquisição, o brasão negro e branco da ordem dominicana confunde-se, sobre damasco carmesim, com as armas reais bordadas a ouro. Ouvem-se já o murmúrio das preces e a ladainha dos cânticos entoados pela imensa multidão. Na praça principal, ergue-se o cadafalso. Pendurados estão já os barretes, as mordanças, as cogulas, as cordas, as efigies dos condenados à revelia. Os caixões estão expostos.

Os autos-da-fé são estas liturgias faustosas e macabras que evocam mais as teatrais perseguições de Nero do que a *modernidade* de Espanha. Do século XVI ao século XVIII, vão ser celebradas periodicamente, de dois em dois ou de três em três anos, às vezes com mais frequência, nas 14 cidades onde o Tribunal da Inquisição tem sede. A corte está em Madrid e há gente que vem de longe para assistir ao espectáculo.

Os tambores e as trombetas anunciam o início da cerimónia. à luz dos círios, o inquisidor-geral profere um longo sermão. Os de Melchior Cano atraem multidões. Depois, os hereges arrependidos vêm abjurar os seus *erros*. São expostos meio nus e vergastados. São também ditadas outras sentenças mais **pesadas: prisão perpétua**, confiscação dos bens, galera ou, para os mais felizes, peregrinação de penitência a Jerusalém. É desta forma que os *arrependidos* se *reconciliam* com a Igreja.

Quanto aos condenados à morte -- os *relapsos*, reincidentes ou hereges obstinados --, são entregues ao *braço secular*. Desde os tempos mais longínquos da Inquisição medieval que a Igreja não quer manchar as mãos de sangue. Deixa ao príncipe e aos seus executantes o ofício do carrasco. Os condenados, vivos ou em efígie, são então içados para uma fogueira, assediados por um capelão, que procura uma derradeira confissão ou arrependimento, e finalmente queimados. Diante dos corpos que se retorcem nas chamas, elevam-se, da multidão, litanias e gemidos.

Na peça que Victor Hugo consagra, em 1869, àquele que foi, de 1483 até à sua morte, em 1498, inquisidor-geral de Espanha, Tomás de Torquemada profere estas palavras terríveis:

Para que o inferno se feche e o céu se abra, é necessária esta fogueira.

Porque

*«O inferno de uma hora anula o inferno eterno
O pecado arde com o vil andrajo carnal
E a alma sai, esplêndida e para, da sua chama
Porque a água lava o corpo, mas o fogo lava a alma.*

A obsessão da purificação pelo fogo é tal que em Espanha, tal como na época do esmagamento dos cátaros na Idade Média, ou mesmo em terras protestantes (em Basileia), se desenterram os cadáveres, que são arrastados em cortejo antes de serem, também eles, queimados.

O monge Torquemada será o monstro que o romantismo de Hugo legou à História? Nascido em 1420, a sua competência teológica e a sua reputa-

ção de incorruptível valem-lhe a nomeação como superior do convento dominicano de Segóvia e confessor da corte. Faz a aprendizagem de inquisidor em Castela, antes de *reinar* sobre Aragão e a Catalunha, de abrir tribunais em Sevilha, Toledo, Córdoba, etc. É ele que cria a *Suprema*, a Inquisição suprema e geral, que aterroriza os tribunais de província, destitui os inquisidores demasiado brandos propostos por Roma e, ultrapassando o papa, se torna instrumento dócil da política régia. Torquemada impõe-se uma disciplina de ferro, ignora qualquer privilégio de classe, de sangue ou de estatuto.

Os seus autos-da-fé são a encenação mais refinada de um sistema de terror destinado a impressionar a imaginação e a *educar* a população. Os manuais dos inquisidores da Idade Média que inspiraram Torquemada admitiam já que o objectivo não era tanto salvar as almas como aterrorizar as multidões. De acordo com esta *pedagogia*, os culpados que escaparam à fogueira são condenados a usar o *sanbenito*, uma casula amarela enfeitada por uma cruz vermelha, encimada por um chapéu pontiagudo, uma espécie de mitra pintada de diabos e de chamas. O nome dos culpados é bordado em letras gordas no tecido do *sanbenito*, túnica de infamia imortalizada por Velázquez e Goya, cuja aplicação é impiedosamente controlada em cada aldeia, passada a pente fino pela polícia inquisitorial. Uma vez executada a pena, o *sanbenito* é retirado, mas continua pendurado na igreja do lugar de residência do condenado, para que os fiéis nunca esqueçam o seu crime.

Obsessivos em matéria de legislação, os inquisidores codificaram todos os procedimentos, inclusive o emprego habilmente doseado da tortura. A sua máquina judicial assenta na confissão e na delação. Em cada cidade por onde passa, o inquisidor proclama, numa missa solene, um *édito da fé*, um catálogo dos desvios religiosos, e estabelece um *período de graça* durante o qual os culpados devem apresentar-se e a população deve denunciar os suspeitos. Este período é obra piedosa. O delator beneficia de indulgências e até da garantia de salvação eterna. Se

o herege se entrega, goza do segredo da fase de instrução, enquanto os outros são perseguidos, presos, interrogados sem nunca conhecerem as acusações que impendem sobre eles nem os testemunhos que nunca poderão refutar.

É verdade que a justiça civil ordinária não é mais indulgente, mas esta forma de inquirir, de julgar, de torturar, de absolver ou de condenar faz da Inquisição espanhola um instrumento único no mundo. Michel Foucault confessava-se impressionado com a tortura inquisitorial, que julgava *cruel, mas não selvagem*, mais próxima dos ordálios medievais do que dos interrogatórios *musculados* da época moderna. Três tipos de suplícios tinham, então, a preferência das masmorras da Igreja: a *garrucha*, roldana que ergue e solta o corpo violentamente; o *porro*, cavalete sobre

o qual se amarra o supliciado por meio de cordas que lhe rasgam a carne; a *toca*, túnel para o afogar. Mas a espessura das cordas, o peso das roldanas, a intensidade do sofrimento obedecem a procedimentos determinados pela capacidade de resistência do *culpado* e pelo número de acusações que sobre ele recaem.

Os historiadores insistem no carácter excepcional destas práticas, salvo nos primeiros anos -- a partir de 1480 -- de loucura assassina. Mas elas não deixam, por isso, de ser indefensáveis, tendo em conta que se está perante delitos de opinião, de costumes, de religião. Esta catalogação criminal de todo o tipo de pensamento desviante *verga as vontades, esmaga os corações, extingue a chama das ideias, desespera uns para tranquilizar os outros*, escreve Bartolomeu Benassar. Uma tal inquisição de Estado tinha sido autorizada por Sisto IV, um papa gro-

tesco que, com uma bula de 1478, havia cedido uma parte dos seus poderes judiciais aos Reis Católicos, Fernando e Isabel.

Em três séculos, a Espanha terá mais de 45 inquisidores-gerais. Em 16 anos, sob o mandato do primeiro, Torquemada, são levantados cerca de 100 mil processos, seguidos de cerca de duas mil execuções. De acordo com os números do historiador Juan Llorente, foram queimados 297 condenados em Toledo, entre 1483 e 1501; 124 em Saragoça, entre 1485 e 1502. Antes de 1530, a Inquisição de Valência, uma das mais severas, tinha instruído 2354 processos, proferido perto de duas mil sentenças, queimado em efígie 155 condenados à revelia e entregue 54 ao braço secular para aplicação da pena capital.

Os judeus são as principais vítimas. Dizimados pela peste negra e pelos motins anti-semitas de Aragão ou de Sevilha, no século XIV muitos judeus apenas encontram salvação na conversão, pelo menos aparente, à fé cristã. Chama-se-lhes *conversos ou marranos* e continuam a praticar clandestinamente os seus ritos. Tidos por ricos e influentes, estes *criptojudeizantes* depressa serão acusados de ameaçar a integridade do reino. Para os soberanos católicos de Espanha e para Torquemada, que forçaram a mão do papa a fim de reorganizar a Inquisição, os judeus são as vítimas perfeitas. Calcula-se em pelo menos dois mil o número de *conversos* que terão morrido em Espanha pelo fogo, e em 15 mil os que sofreram outro castigo -- apreensão de bens ou prisão --, antes que, a 31 de Março de 1492, o poder régio considerasse mais eficaz expulsar de Espanha todos os judeus.

Doravante, a loucura não terá limites. A Inquisição submete os *mouriscos* a idêntico jugo -- primeiro, os mouros convertidos depois da queda de Granada (1492); depois, os místicos e os *iluminados* (Teresa de Ávila e Inácio de Loyola foram hostilizados); os fiéis suspeitos de pactuar com ideias da Reforma protestante. Em seguida, passa-se dos desvios religiosos aos simples desvios. A Inquisição pune a fornicação, o incesto, a sodomia, a bigamia, etc. Esta violência continuará em crescendo até 1550, data a partir da qual as condenações à fogueira se tornarão mais espaçadas. Mas os autos-da-fé prosseguem até ao século XVIII. Como se, prisioneira de uma engrenagem fatal, a Espanha não conseguisse parar de purgar a sua sociedade, mediante uma exclusão programada, e de defender a cidadela católica, cercada, simultaneamente, pelo início da Reforma -- na Alemanha, em França, na Inglaterra -- e pelo islão da Sublime Porta.

A cruzada contra os cátaros e os valdenses

Os soberanos de Castela e de Aragão tinham tido os melhores mestres. A Inquisição à moda espanhola não constitui uma excepção na História, nem é fruto de circunstâncias locais. Ela mergulha bem fundo as suas raízes nas práticas de uma Igreja que impõe pelo ferro e pelo fogo o seu dogma e a sua disciplina. Durante a Idade Média, as heresias alastram entre uma população exasperada com os privilégios e costumes do clero, pela cumplicidade entre a Igreja e os poderosos.

Evangelismo puro e duro, sonho de pobreza radical, divisão entre os *perfeitos* e os *impuros*: assim nascem as seitas que querem restaurar os primeiros tempos cristãos. Os valdenses são os discípulos de Pedro Valdo, rico comerciante francês do Delfinado (Leste de França) que, no século XII, dá todos os seus bens aos pobres e reúne os fiéis dispostos a lutar contra o luxo e a opulência do clero. Espalham-se na região de Lião, depois na Provença, até ao Norte de Itália e à Catalunha. Valdo e os *pobres de Lião*, que apenas reconhecem a autoridade dos Evangelhos, são excomungados em 1182.

Quanto aos cátaros -- também chamados *bons homens ou perfeitos* --, reivindicam uma filiação nos apóstolos e rejeitam todos os sacramentos da Igreja à excepção do baptismo. Como os valdenses, espalhar-se-ão

pelo Sul de França, na Toscana, na Lombardia. Os cátaros vão transformar-se na grande questão dos papas da Idade Média, que enviam para as regiões contaminadas as suas tropas de choque -- monges de Cister e dominicanos --, ultrapassam os bispos considerados demasiado indulgentes, solicitam os exércitos regulares do rei de França e, finalmente, erguem tribunais especiais que desafiam o bom senso cristão, mas também a mais elementar justiça. A Inquisição dará tão boas provas ao longo da Idade Média que bastará a todos os Torquemadas da terra copiar as receitas dos Guillaume Raymond, Pierre Durand, inquisidores em Narbonne; de Bernard Gui, geral dos dominicanos, inquisidor em Toulouse, cuja *Prática da Inquisição* é um *best-seller*, tal como o são *O Martelo das Bruxas*, de Sprenger e Instituris, em 1487.

É no século XI que se acendem as primeiras fogueiras, na Alemanha, em Itália, em França, mas a repressão das heresias assemelha-se ainda a ajustes de contas locais. Perante bispos de rigor desigual e um fanatismo popular que não recua diante das execuções em massa, os príncipes e os papas harmonizam os seus esforços. Mandam enviados e monges pregar a reconquista, mas depressa se revelam incapazes de colmatar as brechas. Em 1184, em Verona, o papa Lúcio III e o imperador Frederico Barba Ruiva definem princípios comuns de perseguição, investigação e condenação. Os *Decretais* de Lúcio III criam uma espécie de polícia internacional de combate à heresia.

As penas previstas vão da excomunhão até à morte.

No século XIII é contra os albigenses -- os cátaros implantados na região de Albi (Sul de França) -- que experimentam as suas disposições com um encarniçamento difícil de imaginar. O todo-poderoso papa Inocêncio III compara a heresia ao crime de lesa-majestade, que equivalia, desde o tempo dos romanos, à condenação à morte. Depois do assassinio de Pedro de Castelnau, um dos seus mandatários, o papa prega a cruzada de 1209 contra os albigenses. Raimundo VI de Toulouse, o protector dos cátaros, é esmagado por Simão de Monfort, chefe dos cruzados. Mais tarde, este será substituído pelo próprio rei de França, Luís VIII, que lança o seus exércitos contra os príncipes da Ocitânia. Mas depois de vinte anos de resistência, Raimundo VII de Toulouse submete-se. Como seu pai, é excomungado e deve penitenciar-se na nova catedral de Paris, onde é publicamente vergastado pelo cardeal legado do papa.

No plano religioso, a heresia está longe de ser vencida. O IV Concílio de Latrão, em 1215, abençoa a perseguição aos hereges, a delação e a suspeita, os interrogatórios sem audição de testemunhas, os processos sem defesa. As penas redobram de gravidade, indo do banimento à morte. É nesta data que são confiados poderes especiais a pregadores dominicanos reputados de mais seguros e rudes do que os bispos locais, incapazes de enfrentar a progressão da heresia. Tornam-se verdadeiros profissionais do arquivo e da informação. Em 1233, uma bula do papa Gregório IX consagra solenemente o nascimento da Inquisição pontifícia.

Já muito antes de prodigalizadas em Espanha as penas de infâmia que o uso da cruz nas roupas se tornara obrigatório para o recalcitrante. É na mesma altura que são inventadas as peregrinações expiatórias, cuja distância é proporcional à gravidade da falta. A confiscação dos bens faz parte do arsenal de penas mais vulgares e alimenta os cofres reais e feudais. Como mais tarde farão os tribunais de Sevilha e de Madrid, a sentença capital é proclamada e executada de acordo com um cerimonial destinado a impressionar. O herege obstinado ou o relapso é *entregue ao braço secular*, isto é, ao magistrado, que, sem outra forma de julgamento, o submete à pena do fogo. Os restos de um homem morto depois de ter recebido o *consolamentum* cátaro são exumados, arrastados ao som de trombetas pela cidade e depois queimados publicamente.

Na região de Toulouse, os primeiros tribunais da Inquisição são montados logo a seguir à publicação da bula papal de 1233. São numerosas as execuções e exumações de cadáveres. Robert le Bougre, ex-cátaro em funções na Charité-sur-Loire entre 1233 e 1239, envia para a fogueira 187 hereges. Depois, a força cega dá lugar à repressão metódica. De 930 condenações pronunciadas por Bernard Gui em Toulouse entre 1308 e 1323, 42 correspondem a penas de morte. Os tribunais revelam-se terrivelmente eficazes. A heresia cátara é erradicada em meados do século xiv nas províncias do Sul de França. Em Março de 1244, a tomada de Montségur, último bastião de resistência, decapita o movimento. Quanto aos valdenses do Languedoc, acabam por emigrar para a Europa Central, onde os seus descendentes irão engrossar as fileiras da Reforma.

De Galileu a Savonarola

Na *Lenda do Grande Inquisidor*, Dostoievski não se enganava: a escolha entre a liberdade do homem e a *verdade* do dogma acaba sempre por perverter o cristianismo, bem como outras confissões. O integrismo, de que a Espanha de Torquemada ou a cruzada contra os cátaros dão testemunho, esmaga qualquer pensamento dissidente, qualquer tipo de *infidelidade* (judeus, muçulmanos), de afastamento da regra social, de crítica da norma científica, de protesto contra o sistema eclesiástico. Galileu, Savonarola, Bruno, Lutero e Erasmo não são, em bom rigor, vítimas dos tribunais da Inquisição. Mas, através do Index, das excomunhões e, para alguns, das penas da fogueira (Savonarola e Giordano Bruno) também tiveram de pagar por esta concepção de uma *verdade* que, porque revelada, nunca pode adaptar-se ao tempo e à liberdade. Numa obra de 1543, contemporânea da Inquisição espanhola e da Contra-Reforma, o polaco Nicolau Copérnico destrói a concepção tradicional do mundo. Não é o Sol que gira em torno da Terra, mas a Terra que gira em torno do Sol. Esta tese contradiz a leitura à letra dos textos bíblicos, nomeadamente a descrição de Josué parando a rota do Sol: *Sol, pára sobre Gabaão, Lua, sobre o vale de Ayalon. E o Sol parou e a Lua imobilizou-se.*

Roma pôs a obra de Copérnico no Index em 1616 -- *até que seja corrigida*. Galileu, que a retoma, é também ele condenado em 1633. *E, contudo, ela move-se*, exclama ele quando do seu processo. Ser-lhe-á fixada residência até ao fim da vida, e hão-de passar três séculos até que seja reabilitado pelo Vaticano. Também próximo das teses de Copérnico, acusado de magia, o filósofo panteísta Giordano Bruno morre na fogueira em Roma, em 1600. Antes dele, ainda em 1533, Michel Servet, teólogo espanhol suspeito de negar o dogma da Santíssima Trindade, morrerá igualmente na fogueira, condenado não por Roma, mas pelo austero magistério calvinista de Genebra.

Obsessão do fogo. As pregações inflamadas do monge Jerónimo Savonarola contra o papado valem-lhe, em 1498, a mesma sorte. As suas imprecações visam o papa Alexandre VI, Bórgia, conhecido por levar uma vida dissoluta. *Tu profanaste os sacramentos pela simonia*, clama ele à sua Igreja. *A tua luxúria faz de ti uma prostituta. és um monstro abominável. Criaste uma casa de devassidão. Transformaste-te, de alto a baixo, em casa de infâmia. E o que faz a mulher pública? Acena a todos os que passam; quem tiver dinheiro pode entrar e fazer o que lhe apeteça. Mas quem quer o bem é expulso. Foi assim, Igreja prostituída, que desvendaste a tua vergonha aos olhos do universo inteiro e o teu hálito envenenado se elevou até ao céu.*

Superior do Convento de São Marcos de Florença desde 1491, a fé do irmão Jerónimo é ardente, e severa a sua doutrina. Depois do doce Francisco de Assis, que seduzira Inocêncio III, e antes de Martinho Lutero, que pôr a força do seu temperamento ao serviço da Reforma, também Savonarola se escandaliza com a decadência do papado. Em con-

traponto a uma Roma corrompida, ele quer fazer de Florença, a sua cidade, *uma nova Jerusalém*, uma contra-sociedade sem depravação, sem luxúria, sem crime, uma *monarquia* teocrática cujo rei, sem coroa, será Cristo. Tomam-no por profeta quando, antes da ocupação de Florença pelo rei de França, Carlos VIII, anuncia a chegada de um *novo Ciro* para reerguer a Itália. A sua popularidade cresce. Denuncia a tirania dos Médicis que governam a sua cidade, reclama uma reforma da Constituição, da justiça, da fiscalidade. O Palácio da Senhoria (governo) cede perante a sua intransigência.

Durante quatro anos (1494-98), Savonarola impõe em Florença um severo regime de austeridade, proíbe jogos e festas profanas. Mas esta ditadura moral depressa cansa a população, dividida entre *os arrabiati* (enraivecidos) que combatem Savonarola e os seus amigos, conhecidos por *piagnoni* (chorões). O vento muda. O seu confronto com o papa acaba mal. Em 1495, é acusado de insubordinação e proibido de pregar. Roma tenta ora afastá-lo ora comprar o seu silêncio com uma mitra de cardinal. Mas, com a sua habitual veemência, Savonarola replica ao papa. *Não quero nenhuma mitra, grande ou pequena. Apenas quero o que tu deste aos teus santos: a morte. Um chapéu vermelho, de sangue: é esse o meu desejo.*

A máquina infernal está lançada. Em Maio de 1497, Savonarola é excomungado por heresia. Em Fevereiro do ano seguinte, é preso com dois outros irmãos, Silvestre de Florença e Domenico de Pescia. A sua última carta ao papa, assina-a com as palavras *servo inútil de Jesus Cristo*. Prega pela última vez a 18 de Março, no zimbório de São Marcos. A 12 de Abril, a Senhoria recebe uma ordem papal que a autoriza a agir contra Savonarola e os dois companheiros. A 22 de Maio, juntamente com eles, é condenado à morte pelo tribunal civil, na presença de dois delegados eclesiásticos. Os irmãos Jerónimo, Silvestre e Domenico são torturados, estrangulados e, finalmente, queimados, a 23 de Maio de 1498.

A reabilitação de Jerónimo Savonarola pela Igreja Católica está em curso, o que mostra o caminho de arrependimento que o papa João Paulo II quer fazer a sua Igreja percorrer. Mas se as fogueiras fazem parte da história passada, a verdade é que a questão da liberdade de consciência, de pensamento e de crítica no interior da Igreja nunca deixou de ser debatida. Sobretudo no seio do catolicismo, onde no século XIX os papas *intransigentes* nunca deixam de combater aquelas que são, para eles, as novas *heresias* -- o cientismo, o liberalismo, o socialismo --, bem como os padres ou teólogos que a elas aderem. Voltaremos a este tema. Em pleno final do século XX, o mesmo João Paulo II sanciona toda e qualquer *dissidência* no sistema de ensino e de produção teológica da sua Igreja. Ao fazê-lo, pensa estar a defender uma *ortodoxia* católica ameaçada, segundo ele, pelos desafios da modernidade, a que chama subjectivismo, individualismo, relativismo ético, absolutismo de uma liberdade incapaz de impor limites a si própria.

A Igreja romana rompeu com as suas práticas de intolerância de antigamente, mas os teólogos suspeitos de desvio doutrinal são, ainda hoje, sancionados ou condenados. Eram muitos no tempo de Pio XII -- Henri de Lubac, Yves Congar, Marie-Dominique Chenu --, antes de serem reabilitados. Mais recentemente, os nomes de Hans Küng, de Leonardo Boff, de Eugen Drewerman fizeram correr muita tinta. A proibição do debate e da palavra e a penalização da *dissidência* teológica não têm, naturalmente, nada de comum com as épocas que precederam o Vaticano II (1962-65). Mas não deixam de parecer tanto mais estranhos quanto a Igreja Católica passou a fazer seu o combate pela afirmação dos direitos da consciência e da liberdade.

Os sermões de Lutero fazem tremer Roma e o Império

Em Wittenberg, no século XVI, as prédicas de um monge alemão fazem tremer o império e o papado. Martinho Lutero escapa à fogueira graças à protecção do príncipe da Saxónia. O seu combate contra o escândalo das indulgências é o início de uma Reforma da Igreja: o homem assegura a sua salvação apenas pela fé. Com Lutero e Calvino, a Europa troca os medos da Idade Média por uma modernidade inspirada nos valores do protestantismo: em primeiro plano, a afirmação da soberania da consciência.

De tanto percorrer os séculos, Michelet estava em posição privilegiada para descrever o fenómeno Lutero em toda a sua dimensão. Mais como poeta do que como teólogo, em *Renaissance et Réforme* (1855) escreve: *Lutero deitou- -nos, no seu copo gótico, o vinho para a viagem. Com esse vinho transmitiu ao homem a confiança que o reergueu e fez pôr-se a caminho. Vezes sem conta se dissera já ao infeliz povo, que tanto havia sofrido, que estava perdoado. Lutero jurou-o, fez que o acreditassem e o mundo, recomposto dos vãos terrores, lançou-se à acção.*

Como poderia o povo não acreditar naquela voz pura e forte, leal? Todos acreditam, estão alegres. Há beijos e abraços, como mais tarde, por toda a Europa, quando da tomada da Bastilha. Inicia-se um cântico de uma alegria fantástica, a «Marselhesa» de Lutero: «A minha fortaleza é o meu Deus.» Fez as músicas e as letras, andava de cidade em cidade. Todos o seguiam. É tal a força deste homem que até a própria morte teria cantado. A Alemanha, dilacerada, mutilada, dividida, a Alemanha pôs-se a cantar. E a França, desgraçadamente, esmagada sob a mó em que o sangue não cessa de jorrar, também canta como a Alemanha.

Quando, a 2 de Abril de 1521, munido de um salvo-conduto, Martinho Lutero se põe a caminho de Worms, não tem dúvidas de que o espera destino idêntico ao de Jan Hus. Havia um século que o teólogo checo, que antes dele provocara o escândalo das indulgências, fora queimado vivo, depois de ter sido excomungado e intimado a comparecer perante o Concílio de Constança. Martinho Lutero acaba, por seu turno, de ser excomungado. O novíssimo imperador Carlos V convocara-o para comparecer perante a Dieta de Worms. Mas, ao atravessar a Turíngia, e depois o Hesse, as pessoas acorrem à sua passagem. *Queimaram Jan Hus, não queimaram a Verdade*, clama o viajante, que não sente qualquer vocação para mártir. *Irei a Worms, mesmo que estejam todos contra mim.*

À chegada, a 16 de Abril, os dignitários do império e da Igreja aguardam-no, não na sessão solene da Dieta, como previsto, mas na residência do imperador. Desde o primeiro momento que não cessam de lhe suplicar que renegue os escritos que abalam a Alemanha e o papado. Lutero consegue que lhe concedam um prazo para reflectir. Na noite de 17 para 18 de Abril, recolhe-se em isolamento, mergulha na oração. A noite é de angústia. Dividido entre a lealdade que deve ao papa e a fidelidade à reforma que decidiu empreender, essas serão as horas mais penosas da sua vida.

De manhã, a decisão estava tomada. Perante um auditório de príncipes e de prelados, suspensos da resposta, Lutero declara não acreditar na infalibilidade dos papas nem dos concílios, *pois é certo que muitas vezes se enganaram e se contradisseram*. E sem nunca ceder, insiste tranquilamente na apóstrofe: *Enquanto a minha consciência es-*

tiver cativa da Palavra de Deus, nada há de que possa ou queira retractar-me, pois não é seguro nem salutar agirmos contra a nossa consciência. Que Deus me ajude. Ámen. Este acto de afirmação da soberania da consciência irá correr mundo. Perante uma assembleia petrificada, Lutero repete: *É assim que eu sou. Aqui me tendes.* Frente a ele, uma voz insiste: *Irmão Martinho, deixa lá a tua consciência...* Quando abandona a audiência, não contém um desabafo: *Acabo de atravessar a fornalha.*

Por convicção... ou por interesse político, Carlos V replica que tudo fará para *exterminar a heresia*. Mas entre os príncipes alemães não reina unanimidade. Lute o tem como seu defensor o príncipe-eleitor Frederico da Saxónia, o Sábio, e a Dieta procura chegar a um derradeiro compromisso com ele. Ela pede ao monge rebelde que se retracte pelos seus erros doutrinários e reserve os agravos contra o papado para apreciação em concílio geral. Mas Lutero não retira uma palavra sequer! A 26 de Abril, deverá deixar Worms e regressar a Wittenberg. No caminho, o príncipe seu protector, que havia pressentido o perigo, simula um rapto. Quatro cavaleiros agarram no monge e põem-no a salvo no Castelo de Varteburgo, onde permanecerá durante quase um ano.

A medida de precaução nada tinha de supérfluo. A 26 de Maio de 1521, Lutero é banido pelo império, isto é, são-lhe retirados todos os direitos, é privado das garantias devidas a qualquer súbdito -- por outras palavras, fica à mercê do primeiro fanático que apareça. É ainda ordenado que todos os seus escritos sejam queimados. Esta dupla sentença civil é a consequência lógica da pena de excomunhão pronunciada pelo papa semanas antes, a 5 de Janeiro. De facto, muito antes do imperador, já Roma e os superiores da ordem religiosa a que pertencia tinham multiplicado as embaixadas junto de Lutero. Todos os meios a que era possível recorrer para o fazer vergar se haviam esgotado.

A disputa com Caietano

No poder, em Roma, está Leão X, um Médicis, filho de Lourenço, o Magnífico. Eleito papa em 1513 sem sequer ser padre, são-lhe conferidos à pressa o sacerdócio e o episcopado. Dos papas do Renascimento, é ele o campeão do nepotismo -- nomeia cardeais o primo e o sobrinho -- e do mecenato da arte. No Vaticano, encarrega Rafael da decoração das Lógias, de trabalhos de arquitectura na Basílica de São Pedro, e a Miguel ângelo confia o túmulo dos Médicis. Mais à vontade na companhia dos artistas, cortesãos e amantes do que entre os teólogos, na negociação política do que nas cizânias dogmáticas, Leão X está longe de levar a sério esta revolta vinda de um obscuro monge alemão.

Receando ser apanhado pelos tribunais da Inquisição, Lutero recusa-se a comparecer em Roma e, graças aos apoios políticos de que dispõe na Saxónia, consegue que o julguem na Alemanha. Mas Leão X nomeia delegado à Dieta de Augsburg o seu melhor teólogo, o cardeal Tomás de Vio, conhecido por *Caietano* [por ser originário de Caieta, no Tirreno], geral da ordem dos dominicanos, personagem inflexível, intransigente, um tomista de nomeada que ensina Escolástica em Pavia. Tem por missão trazer o acusado de volta a Roma se este não aceitar retractar-se. A disputa entre Lutero e Caietano terá início a 12 de Outubro de 1518. Prolonga-se por quatro dias e merece figurar nos anais dos maiores processos da Igreja.

O monge alemão começa por repetir ao legado do papa a repulsa que lhe inspira o tráfico de indulgências, mediante o qual o fiel ingénuo compra, a preço de ouro, a salvação eterna. Quando jovem estudante universitário em Wittenberg, indignara-se com a campanha de um certo Jean Tetzel, um monge dominicano que se tinha tornado comerciante de indulgências na Alemanha, negociando graças divinas para cobrir as despesas do arcebispado de Mogúncia. Andava de cidade em cidade, onde abordava

os clientes cantando um refrão que se tornou célebre em todo o país:

*Mal na caixa das esmolas o dinheiro ressoa
Logo do purgatório em chamas a alma voa.*

Têm ao menos os fiéis a garantia de que ganharão o céu? O dinheiro permite, antes de mais, à corte de Roma e aos papas estetas decorarem a nova basílica de São Pedro. As indulgências são um veneno espiritual, defende, exaltado, o monge Lutero perante Caietano. Já fez soar o alarme junto de teólogos e bispos, mas deparou com um muro de silêncio. O assunto é tabu. E foi em desespero de causa que, em Outubro de 1517, redigiu as suas 95 teses -- o rastilho reformador --, ainda hoje afixadas à porta da igreja de Wittenberg. Podem resumir-se assim: só Deus tem poder para perdoar aos arrependidos, e as obras humanas são impotentes para assegurar a salvação eterna. Nascia assim o escândalo Lutero.

O monge não se fica nas meias-tintas. No confronto com Caietano, quer saber o que é que no Evangelho justifica o disparate das indulgências. O cardeal romano sabe que o assunto não passa de mero pretexto. Quando se puxa um fio à meada, logo todos os outros vêm atrás, e às indulgências seguem-se: os meios de garantir a salvação, o estatuto das Escrituras, a autoridade do papa, etc. O legado de Leão X responde que Jesus não proíbe que o homem acumule um tesouro e o faça frutificar. E cita duas parábolas: *O Reino dos Céus é semelhante a um tesouro escondido no campo* (Mateus, 13, 44). Este tesouro, garante Caietano, foi confiado a Pedro, logo ao papa, mas o povo pode dispor dele para a sua salvação. E confirma a tese oficial: as indulgências não libertam apenas dos castigos *canónicos*, infligidos pela Igreja, mas também das penas divinas.

Mas, replica Lutero, o tesouro de que fala o Evangelho não é o próprio Cristo? E o exemplo dos santos que conformam a sua vida ao ensinamento dele? Nada nas Escrituras, insiste, fundamenta a prática escandalosa das indulgências. Caietano contrapõe que o papa é o magistério supremo, o guardião infalível das Santas Escrituras, não pode, por isso, transmitir ensinamentos erróneos. Lutero deixa então escapar uma outra frase que se tornou célebre: *A Verdade é mestra do próprio papa*. Por outras palavras, *a Verdade contida na Escritura impõe-se a todos os homens, inclusive ao papa*. Lutero está disposto a submeter-se-lhe, como a qualquer outro soberano legítimo; o que não pode é admitir que o seu poder de interpretação do Evangelho seja universal e infalível.

Aproveitando o facto de estar em vantagem, questiona o sacramento da penitência, que permite aos padres orientarem as consciências. Só Deus -- assegura -- é soberano para perdoar. O homem não precisa de multiplicar confissões, obras caridosas de redenção nem mortificações para se salvar. *Só a fé em Jesus Cristo justifica o pecador*. Agora é de mais. Caietano, com os argumentos já quase esgotados, não tem dúvidas: Lutero quer *edificar uma nova Igreja*. Em Novembro de 1518, Leão X de Médicis confirma, ponto por ponto, as teses de Caietano e recusa as do monge alemão. A 28, Lutero reclama um concílio geral, a exemplo do de Constança, que tinha posto fim ao grande cisma do Ocidente. Depois perde a paciência. Numa carta datada de 18 de Dezembro, considera que o papado é o *Anticristo* anunciado no Apocalipse, uma vez que se coloca acima das Escrituras. Frederico, o Sábio, vai precisar de toda a sua astúcia para impedir que Lutero seja preso e fique entregue à sua sorte.

Roma, por seu lado, não fica de braços cruzados. Os superiores das ordens mais importantes, os teólogos bem-vistos na corte de Roma, tipo Caietano ou João Eck, conspiram contra o monge alemão e o seu príncipe-eleitor. Sopram ao ouvido do papa a necessidade de uma bula que condene definitivamente Lutero. E a 15 de Junho de 1520, aí está ela. Leão X assina a bula *Exsurge Domine*, promulga-a e afixa-a em todas as

igrejas de Roma. Nela se condenam 41 preceitos do monge alemão, todos eles classificados como *heréticos ou escandaloso para as almas piedosas*. Na Faculdade de Teologia de Lovaina, primeiro, e depois em Liège, as suas obras são queimadas. Também a Sorbonne, mediante uma *Determinatio* de 1521, proíbe a propaganda das suas teses.

O professor de Wittenberg tem 60 dias para se submeter. A excomunhão está iminente, mas Lutero não é homem de desistir. A bula é, em seu entender, *execrável*. Exige que Leão X e os cardeais apresentem publicamente desculpas. E toma a iniciativa: *excomunga* o papa. Teimosia? Infantilidade? Há muito de lenda no relato da sua ruptura com Leão X. O seu biógrafo, Marc Lienhard, cita cartas em que Lutero assume a defesa do papa contra uma cúria dissoluta: *Estás [nela] como um cordeiro no meio dos lobos (...)*. A *impiedade da Cúria supera a dos turcos*. Mas Lutero não cederá em nada de mão beijada. Não é competência do homem, mesmo que seja o papa, interpretar a palavra de Deus a seu bel-prazer. Essa palavra é soberana. Ninguém pode apropriar-se dela porque, justamente, ela ensina a liberdade. O tom azeda.

A 10 de Dezembro de 1520, às portas da cidade de Wittenberg, Lutero queima solenemente a bula *Exsurge Domine*. A resposta de Roma não se faz esperar: a 5 de Janeiro de 1521, Leão X excomunga Lutero e os seus adeptos. Os dados estão lançados.

Jesus fala alemão

A excomunhão e o banimento pelo império contribuem tão-só para que Lutero se torne mais perigoso e imprevisível. Escravo do trabalho, o monge prega de dia e escreve à noite. Em Wittenberg as pessoas acorrem à missa para o ouvirem. Os seus sermões são vigorosos, objectivos, repletos de palavras cruas, mas também de citações bíblicas. Através dele, Jesus deixa de falar em latim e passa a falar em alemão, exprimindo-se não na língua dos eruditos, mas na do povo, que é, pela primeira vez, estimulado a participar em debates teológicos. Na Europa, a Reforma começou com a tradução dos sermões de Lutero, que atraem à cidade outros pregadores, e com os seus famosos livros de 1520: *Aos Fidalgos Cristãos da Nação Alemã*, *Do Cativo da Babilónia*, *A Liberdade do Cristão*. A sua obra maior continua a ser a tradução para alemão do Novo

Testamento, uma batalha *titânica* que trava com cada palavra e de que sai vencedor, até que, em 1534, é

publicada a sua Bíblia completa, que inclui o Antigo Testamento.

As ideias de Lutero propagam-se como fogo por toda a Alemanha, pela Áustria, pelos Países Baixos, pela Europa do Norte, conquistaram Basileia, Estrasburgo, Antuérpia, Londres, Paris. Razões culturais, associadas à índole alemã, ao êxito da impressão, que acaba de ver a luz do dia, à explosão do comércio, das universidades, dos bancos têm sido apontadas para justificar este rastilho de pólvora. E também razões políticas associadas ao chauvinismo alemão contra Roma. Mas são as razões de natureza estritamente religiosa as que mais se destacam.

Quando chega ao *mercado*, Lutero já tem clientela garantida. Há muito que a fiscalidade pontifícia, a conduta desregrada do clero, a acumulação de bens eclesiásticos do império e outros abusos da Igreja estão na mira de um Savonarola ou de um Jan Hus, que pagarão nas chamas pela sua ousadia.

No século XVI, as condições são mais favoráveis. Graças a Erasmo de Roterdão ou a Tomás Morus de Oxford, os círculos humanistas -- que Lutero frequenta em Erfurt quando jovem -- suscitam uma nova *Renascença*: um regresso às fontes das Escrituras, a novas formas de devoção, a uma piedade mais interior, a um recentrar na personagem de Jesus -- menos contestada do que o papa -- ou de Maria. Vinga a tradição das *vias sacras*. Miguel ângelo esculpe a *Pietà*. O *Angalus* é entoado nas aldeias

mais recônditas. Os fiéis rezam o terço, com a sua ladainha de ave-marias e pais-nossos.

Mas é a *economia* da salvação que acaba por empurrar Lutero para primeiro plano. É com ele que se transita de uma fé medieval para uma vivência da fé livre e moderna. Na Idade Média é ainda a figura do Deus-juiz que assombra

o homem até ao fim dos seus dias. O Juízo Final é comparado a um tribunal perante o qual o homem comparece a tremer, como testemunham os tímpanos das catedrais.

Cristo separa os homens de forma arbitrária. A uns entrega a chave dos verdes prados, aos outros os cárceres do inferno. Acrescente-se ainda, na época de Lutero, a lembrança da peste negra, que no século XIV deixou despovoado o Sul de França, subiu até Inglaterra, à Alemanha e à Polónia, dizimou toda a Europa, matando pelo menos 25 mil pessoas.

A morte torna-se um pensamento obsessivo. Seja qual for a doença, grave ou benigna, nunca os santos deixam de ser invocados. Jean Delumeau conta que, a partir do século XIII, na Alemanha, se reza a São Dionísio para afastar a raiva, a São Brás contra as doenças da garganta, a Santo Erasmo para os desarranjos intestinais, a São Guido por causa da epilepsia, a Santa Bárbara contra as trovoadas e a morte súbita, a São Gil para não se ser possuído pelo demónio, a Santo Eustáquio para que proteja do fogo, etc. A infelicidade, omnipresente, provoca uma corrida *stakhanovista* à salvação da alma: mediante a compra de indulgências, bem entendido, mas também de numerosos rituais de penitência, de preparação para a morte, pela confissão dos pecados, pela veneração das relíquias, procissões, peregrinações, correspondendo a outras tantas passagens reservadas para o céu.

A revelação

Com Lutero, a concepção traumatizante de salvação, que cabe a cada um conquistar com obras e pelo seu mérito, implode. Ele próprio experimentou esta angústia existencial e sabe do que fala. Recebe uma educação devota, severa, orientada por uma mãe apaixonada por narrativas povoadas de demónios e de bruxas, e por um pai que um dia o espanca até *[o deixar a] sangrar*. Até enveredar pelo ensino, a espiritualidade do jovem Lutero é feita de ansiedade, a alma atormentada. Deus contabiliza as boas e as más acções que pratica. *Empalidecíamos só de ouvir o nome de Cristo*, conta ele nas memórias de juventude, *pois era-nos sempre apresentado como um juiz severo, irritado connosco. Diziam-nos que no dia de Juízo Final nos iria pedir contas pelos nossos pecados, pelas nossas penitências e pelas nossas obras. E como não conseguíamos arrepender-nos*

o suficiente nem fazer obras bastantes, o que habitava em nós, infelizmente, era tão-só o terror e o medo atroz da sua cólera.

Um dia, em Stotterheim -- tem então 22 anos -- fica aterrorizado com uma tempestade e implora ao céu: *Salva-me, minha Santa Ana, quero tornar-me monge*. A morte inesperada de um amigo, a de dois irmãos, vítimas da peste, e um ferimento de espada convencem Lutero a entrar, em 1505, para o convento dos eremitas de Santo Agostinho em Erfurt, mais para preparar à sua salvação do que por ideal monástico. Escolhe um convento cuja regra é uma das mais rígidas, toma votos aos 23 anos, é ordenado padre no ano seguinte, doutora-se em Teologia, ensina a filosofia de Aristóteles, devora os Salmos, as Epístolas de São Paulo, os Padres da Igreja e Agostinho, seu mestre.

Como monge, nada há a apontar-lhe, mas continua sem sair das trevas. Quanto mais este *apaixonado de Deus* procura a santidade, mais a consciência da sua condição de pecador lhe mina o mais íntimo do seu ser.

Apesar de lutar contra a *concupiscência*, de redobrar as confissões, observância e penitências, não consegue ter tranquilidade. Se a minha salvação depende do que faço por Deus, algum dia virei a saber se Deus está satisfeito comigo? -- interroga-se. Se alcançarei a salvação ou, pelo contrário, serei condenado para toda a eternidade? Não há outro inferno que não seja o que se vive na terra.

Professor de Sagrada Escritura, é o convívio com a palavra de Deus que salva Lutero. Nas Epístolas de Paulo, descobre que o *homem é justificado pela fé, sem as obras da Lei* (Romanos 3, 28). Por outras palavras, é Deus quem tudo pode, o homem nada pode. As obras boas não tornam o homem necessariamente bom! A revelação está próxima. O *luteranismo* -- conceito que Lutero abomina -- é mais um princípio de submissão às Escrituras do que de livre-arbítrio. E o que dizem as Escrituras? Que Deus decerto que não consentiu que o homem chegasse a duvidar da sua própria capacidade para merecer a salvação. Que *sermos justos* aos olhos de Deus significa submetermo-nos ao veredicto da sua justiça.

Mas a justiça dele não é uma justiça como as outras. Ela não tem de ser merecida, e muito menos de ser comprada por indulgências. É uma justiça que Deus concede graciosamente e através da qual o justo vive, se tiver fé em Jesus Cristo. Toda a intuição de Lutero se resume nestas escassas palavras. Pouco a pouco, vai recuperando a paz interior. E transmite-a aos outros. Poder-se-á, no seu tempo, imaginar explosão mais libertadora? Deixa de ser preciso escalar o céu para alcançar a salvação. Do Deus juiz passa-se ao Deus-pai. Deus é oferecido aos homens através de Cristo. O homem continua a ser pecador, mas o arrependimento, se tiver fé, permite-lhe justificar-se.

Antes do monge de Erfurt -- que irá quebrar os votos e casar com Catarina de Bora --, todas as tentativas de reforma da Igreja tinham fracassado. Coube-lhe, a ele, desencadeá-la. Porque soube colocar o cursor no sítio certo: em Cristo, na palavra de Deus, na fé. A sua tripla convicção -- *só a Escritura, só Cristo, só a graça* -- está no centro da confissão luterana de Augsburgo (1530). No protestantismo, todos os baptizados são também padres (o sacerdócio universal), e o pastor apenas tem funções de culto e de prédica. O protestante, além disso, só reconhece os sacramentos do baptismo e da eucaristia, os únicos de que há testemunho no Novo Testamento.

Só a Escritura, só Jesus Cristo, só a graça: estes três pilares do protestantismo -- e que assim permaneceram apesar da variedade das suas designações -- condenam, no século XIV, uma Igreja romana que se faz passar por intérprete exclusiva dos meios para a salvação, mediadora entre Deus e os homens. Será preciso o Concílio da Contra-Reforma, cujas sessões se prolongaram durante quase 20 anos, em Trento (1545-63), para que o catolicismo recupere vigor espiritual e intelectual que lhe permita enfrentar os desafios do mundo moderno.

Ataquem, degolem!

Era inegável que o fruto estava maduro. Lutero gostava de dizer que a Igreja se reformou sozinha, enquanto ele fazia a *sesta e bebia à sua cerveja*. Mas a lenda do reformador que sabe tirar partido das coisas boas da vida tem também as suas páginas negras. A forma como Lutero condena as revoltas dos camponeses, trata os judeus no final da vida, aceita a submissão das Igrejas *evangélicas* aos príncipes do império e dos países ganhos para a Reforma define os contornos da sua obra.

A alma da revolta camponesa de 1525 na Alemanha será um outro monge, o agostinho Tomás Müntzer, um dos primeiros discípulos de Lutero e também o mais radical. Apóstolo de uma espécie de comunismo evangélico

co, Müntzer sonha com a concretização do reino de Deus na terra. Engels considerá-lo-á um dos primeiros revolucionários modernos. Lutero procura primeiro pacificar os espíritos, exorta os senhores e os príncipes a serem mais justos. Mas aos camponeses não se cansa de repetir que a liberdade cristã em nada legítima a revolta social e que é preciso reservar a quem manda o poder de pôr e dispor.

Os seus apelos à calma caem em saco roto. E Lutero perde o controlo. Num libelo de uma violência inaudita, invoca o julgamento de Deus e prega a repressão. *Ataca aqui quem pode atacar*, escreve ele dirigindo-se aos príncipes. *Quando um cão se enraivece, persegue-se e mata-se, sob pena de ser ele a matar-vos e, convosco, um país inteiro. Os camponeses cometem os seus crimes a coberto dos Evangelhos! Que quem manda cumpra o seu dever! Onde quer que o camponês se recuse a ouvir a razão, pegue-se na espada e faça-se uso dela. Os príncipes são servidores de Deus. Já passou o tempo da misericórdia, agora chegou o momento do gládio e da cólera (...). São muitas as almas que se sentem seduzidas, arrastadas à força. Custe o que custar, é preciso libertá-las e salvá-las. Por isso, ataquem, degolem.* A derrota dos camponeses é total. Müntzer é feito prisioneiro na batalha de Frankenhausen (1525) e posteriormente decapitado na Turíngia. Cem mil pessoas pagam com a vida um levantamento que tinham justificado com uma ideia tresloucada de liberdade cristã.

Se, por um lado, o antijudaísmo de Lutero é parte integrante de uma retórica antiga, o monge de Wittenberg permanece, por outro, figura simbólica de uma Idade Média que expulsa os judeus de Espanha ou do seu próprio país. Este portento de inteligência e de energia está convencido

de que um cristianismo reformado poderá atrair o judeu e convertê-lo. Em breve mudará de tom. Com a idade, torna-se vingativo, e os conflitos com os seus discípulos multiplicam-se -- com Müntzer a respeito dos camponeses, com Bucer em Estrasburgo e Zwingli em Zurique a propósito da verdadeira presença de Cristo na encarnistia --, os seus sermões constituem autênticos panfletos.

Mesmo antes de morrer, em 1546, chama aos judeus *animais venenosos, víboras, cancros e encarnações do diabo* e apela ao braço secular para que intervenha contra eles: *Imploro aos nossos magistrados que intervenham com severidade em relação a estes miseráveis. Que cuidem de incendiar as sinagogas (...). Que os obriguem a trabalhar. Se nada disto chegar, ver-nos-emos forçados a expulsá-los como a cães enraivecidos.* O que levará Jules Isaac, em *Jesus et Israel* (1948), a concluir: *Um pouco mais de paciência, Lutero, Hitler há-de vir. Os teus desejos serão então sobejamente atendidos.* Mesmo truncados e retirados do seu contexto histórico, os sermões de Lutero servirão de fruto envenenado, escreve Michel Leplay, a todos os anti-semitismos e racismos posteriores.

Lutero destrói, Calvino reconstrói. Lutero é o inspirador, Calvino o arquitecto. Lutero é o brotar espontâneo, Calvino a instituição. Para não fugir à regra, esta oposição entre as índoles alemã e francesa da Reforma nem por isso deixa de ser fecunda. Lutero deixou os príncipes alemães ou escandinavos organizarem, numa base nacional, as novas Igrejas evangélicas. Mas em toda a Europa, da Escócia à Hungria, passando pela França e pela América do Norte, com a emigração puritana, as minorias protestantes só sobreviveram à repressão e às guerras religiosas graças à independência tenaz de João Calvino (1509-64).

Jurista de formação, teólogo laico, a sua obra maior é a *Instituição da Religião Cristã* (1536), que reforça a concepção de Lutero sobre a soberania de Deus e formula o conceito de predestinação -- que se resume, substancialmente, em que todos deveríamos ser condenados, mas Deus salva os que eleger. Calvino transforma Genebra num laboratório do protestantismo. Aí, o poder eclesiástico é independente do poder

civil, e a vida da Igreja é controlada por um consistório de pastores e de anciãos. Desde então, todas as Igrejas reformadas do mundo passam a reger-se

pelo sistema *presbítero-sinodal*. Mas o poder calvinista também tem os seus limites: o mestre de Genebra condena à morte ou ao exílio todos os que se lhe opõem, como o teólogo Miguel Servet, que contestava o princípio da Trindade, queimado vivo em 1553.

A posteridade de Calvino e de Lutero é imensa. Michelet compreendeu-a bem ao escrever: *O mundo, recomposto dos vãos terrores, lançou-se à acção*. Seria impossível definir melhor a transição da Idade Média para uma modernidade inspirada nos valores protestantes, resumir melhor uma herança que é saudada tanto pelas Luzes do século XVIII como por Max Weber -- também ele

natural de Erturt -- no século seguinte. A crítica às autoridades eclesiásticas, a afirmação dos direitos da consciência abrem ao homem pistas completamente novas. Entre outras coisas, Calvino legitima o empréstimo a juros

e rompe com o mais tradicional dos ensinamentos da Igreja sobre a criação de riqueza. Da Alemanha dos príncipes-eleitores aos Estados Unidos dos *Pilgrims Fathers*, as zonas de expansão do protestantismo e as do investimento

na terra, na educação, no crescimento, no capitalismo interpenetram-se. A ligação ao dinheiro é aí menos culpabilizante do que no catolicismo.

A responsabilidade pessoal e a liberdade de consciência preparam outras formas de emancipação -- estas políticas --, inspiradoras dos princípios de 1789, das declarações dos direitos do homem nos Estados Unidos, em França, etc. E em todos os combates que se seguirão pela tolerância, pela democracia, pelos direitos do homem, das minorias étnicas e religiosas, será raro os protestantes não se encontrarem na primeira linha.

E a Europa pôs-se a cantar, acrescentava Michelet **no seu famoso** texto sobre o Reformador. É que Lutero, génio proteiforme, pregador, tradutor, professor, foi, também, nos seus raros momentos de lazer, músico e compositor. Inspirado pela nova liberdade cristã, o canto explode nas igrejas protestantes. Os corais, as oratórias da Paixão, as cantatas, como as de João Sebastião Bach, os Salmos postos em verso ou musicados por Clément Marot ou Théodor de Bèze são manifestações da nova mística luterana. *Jesus é nosso salvador* -- foi a única mensagem que quis deixar aos homens. De Wittenberg aos *negro spirituals*, o grito foi depois retomado, cantado, swingado ao longo dos séculos e por todas as culturas.

A Reforma é o cristianismo do canto e da música, compraz-se Michel Leplay em dizer. Na mesma medida em que o catolicismo é o cristianismo da estátua, e a ortodoxia o do ícone. Não são os corais protestantes verdadeiros ícones sonoros?

10

As milícias de Deus ao assalto
dos novos mundos

Na América, conquista e evangelização caminham a par. As relações incestuosas entre a cruz e a espada suscitam, no México, a indignação de Bartolomeu de las Casas ou de Montesinos. No Extremo Oriente, Inácio de Loyola exige aos jesuítas o respeito das culturas e das crenças locais. Francisco Xavier na Índia, Mateus Ricci na China experimentam um apostolado de adaptação que se tornará suspeito em Roma, durante três séculos. A querela dos ritos comprometeu, por muito tempo, as hipóteses do cristianismo na Ásia. A Igreja do século XX reconhecerá a ne-

cessidade de inculturar o Evangelho.

Em *O Patriarca de Deus* (1967), o escritor guatemalteco Miguel-Angel Asturias, Prémio Nobel da literatura, descreve Bartolomeu de las Casas, um profeta solitário, ao ser recebido pelo rei de Espanha: *Que quereis, Majestade, por mim nunca vi que a espada estivesse dissociada do crime. Sempre a vi associada à morte. Vi-a, com a sua linguagem de aço, trespassar, de um lado ao outro, crianças, mulheres e homens indefesos. Penso que devo dar disso testemunho para não ser cúmplice, com o meu silêncio, da forma como se serviram dela, e continuam a servir-se, contra estes povos indígenas, pacíficos e submissos, aquelas que não tem qualquer escrúpulo em derramar vagas de sangue e despovoar dos seus habitantes e naturais detentores territórios tão imensos. Tomai, Majestade, tomai nas vossas régias mãos este maldito instrumento de conquista, esta espada funesta, transplantada para as índias juntamente com a cruz. E quebrai-a, como Deus a quebrou. Não nos resta outro recurso que não seja suplicar-vos que ponhais fim a estas conquistas, a estas empresas de destruição e de massacre das populações. Talvez assim consigamos esconjurar a cólera divina e o castigo que está prestes a abater-se sobre nós por termos manchado a nossa verdadeira missão -- propagar o Reino de Deus -- por culpa de um punhado de aventureiros, piores do que piratas, mouros, turcos...*

Em 1524, doze religiosos desembarcam na Nova Espanha (México), na bagagem de Hernando Cortès, conquistador sem escrúpulos, ambicioso, que, três anos antes, com 600 homens e 16 cavalos, tinha conquistado a capital azteca, Tecnochtitlan, no futuro México. Os doze calcorreiam o país, pregam, baptizam, exorcizam, erguem capelas -- nos locais onde os pagãos tinham erguido os seus templos e veneravam as suas divindades. Apresentam-se aos caciques índios como embaixadores do papa, o grande Senhor com poder espiritual sobre o mundo, de grande santidade, sensatez e sabedoria. Pressionam-nos para que renunciem, sob pena de serem castigados, aos seus deuses e se juntem ao verdadeiro Deus, de uma bondade, rectidão e pureza infinitas, que derramou o seu sangue pela nossa redenção, para nos libertar dos demónios, nossos inimigos cruéis e amaldiçoados, aquelas que vocês tomam por deuses. São os vossos deuses que vos impelem ao ódio, à superstição, que vos incitam a fazer a guerra, a comer carne humana.

Anos mais tarde, numa carta de Junho de 1531 à ordem franciscana a que pertence, Juan de Zumarraga, bispo do México, traça um quadro de vitória. O trabalho de conversão dos índios compensou: *Pela graça de Deus e a mão dos nossos religiosos da ordem do seráfico São Francisco, mais de um milhão de pessoas foram baptizadas. Quinhentos templos e imagens foram deitados abaixo e mais de 20 mil imagens de demónios que eles adoravam foram quebradas e queimadas.* Toribio de Benavente, diz Molinea, um dos primeiros franciscanos a chegar ao México e futuro teórico -- contra Bartolomeu de las Casas -- de uma evangelização musculada (*Antes impor o bem à força do que consentir no mal perpetrado livremente*), toma a tarefa a peito: *Nove milhões de almas índias baptizadas e salvas em 16 anos (1524-40), um verdadeiro recorde.*

é longa a história das relações incestuosas da cruz com a espada. No Peru, Pizarro conquista o império dos incas. Em Cajamarca, a 15 de Novembro de 1532, acolitado por um padre, Vicente Valverde, honra com a sua visita, na praça principal da aldeia, o chefe consuetudinário, Atahualpa, transportado num trono dourado. Pizarro e o seu capelão começam por se apresentar como os representantes do papa, que concedeu ao rei de Espanha plena soberania sobre o território dos incas. Depois fazem ao chefe índio o relato da criação do mundo e da sua salvação

graças ao sacrifício de Cristo ressuscitado. Pedem-lhe, finalmente, que se submeta à lei do soberano pontífice, da Igreja, dona do universo, e se converta à religião cristã.

A audiência corre mal. Atahualpa mostra-se surpreendido por o papa poder atribuir terras que não possui, e o rei dos cristãos morrer numa cruz. Quer provas da superioridade do deus cristão sobre os seus próprios deuses, sobre a Lua e sobre o Sol. E quando o padre lhe estende a Bíblia, o chefe inca agarra nela, abre-a, folheia-a, deitando-a em seguida para o chão. Então o padre apanha-a e, diante do próprio Pizarro, denuncia a profanação: *Os Evangelhos no chão. Vingança cristã! Não estão interessados na nossa amizade nem na nossa religião.* O canhão começa a troar. Os arcabuzeiros atacam. Os índios caem às centenas.

Pizarro agarra Atahualpa pelos cabelos e arrasta-o atrás de si, *como se faz a um touro*, relata a crónica, e manda que o chefe inca seja feito prisioneiro. Nove meses mais tarde, em Agosto de 1533, na mesma praça de Cajamarca, Atahualpa, acorrentado, é condenado à morte pelo garrote. Anunciam-lhe que o seu corpo será queimado na fogueira, o que para o índio, que acredita na vida para lá da morte, constitui a pior das ignomínias. Atahualpa suplica que o poupem à fogueira. Obtém esse favor mas... em troca do baptismo, que lhe é ministrado *in extremis* por um padre Atahualpa morre asfixiado, atado a uma estaca. Os seus restos mortais serão sepultados na igreja.

O breviário de uma evangelização musculada

Mas quem são afinal estes soldados de Deus? Estes conquistadores e missionários intrépidos que partem para o fim do mundo, para pregarem que não há salvação possível fora da Igreja, que só o baptismo abre a porta do Céu e evita a maldição eterna? A guerra contra o islão, na Terra Santa ou em Espanha, já terminou. A cruzada destes homens é contra outros *pagãos*, no Novo Mundo Armados dos seus astrolábios, das suas bússolas, ao leme das suas caravelas que sulcam orgulhosamente mares infestados, tomam-se pelos apóstolos da modernidade. De facto, são produto das entranhas de uma Idade Média preocupada em perseguir a heresia, em remeter o judeu ao gueto, em expulsar o mouro.

Consigo levam o famoso *Requerimiento* (a *intimação*) de 1513, breviário da evangelização do Novo Mundo. Os missionários estão incumbidos do baptismo maciço dos índios, a fim de os pouparem às chamas do inferno. Depois, com a ajuda dos intérpretes, de explicar-lhes as vantagens da civilização cristã, a soberania do papa no mundo, o direito concedido aos espanhóis de governarem o universo. Preocupados com a eficácia, precisam primeiro de converter os chefes tradicionais, capazes de arrastar consigo toda uma aldeia ou tribo, depois, de ministrar-lhes os rudimentos de uma educação cristã e de os convencer a trocarem os seus deuses pelo verdadeiro Deus. Os pagãos bem podem resistir, que o *requerimiento* autoriza os funcionários a fazerem uso da violência.

Não foi o próprio papa em pessoa quem investiu a coroa de Espanha da missão de fazer chegar os Evangelhos às Américas? Em 1493, com a bula *Inter Caetera*, Alexandre VI, Bórgia, concede aos Reis Católicos, Fernando e Isabel, as terras descobertas pelos castelhanos a oeste de uma linha de fronteira a 100 léguas dos Açores. Em contrapartida, ficam incumbidos de enviar para essas terras pregadores, *para aí instruíram os nativos na fé católica e proceder à reforma dos costumes.* Em 1508, Roma transfere algumas das suas obrigações para a família de Espanha: o rei atende às necessidades do clero e manda construir as igrejas. Institui benefícios para todos, inclusive os bispos. Este sistema de

patronato tinha-se mantido desde o tempo da Reconquista. Mais uma prova, se ainda fosse necessária, de que a conversão dos índios é o prolongamento da luta antes travada contra os judeus e os muçulmanos. O *descobrimento* de Cristóvão Colombo coincide no tempo -- 1492 -- com a queda de Boabdil, o último rei mouro de Granada.

Conquista e evangelização caminham a par. A Igreja cobre o sistema dos *repartimientos* e das *encomiendas*. No primeiro caso, os colonizadores *repartem* entre si os índios, que utilizam como mão-de-obra nas minas de ouro, nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão. No segundo, tido como mais suave, herdado da Reconquista, que distribuía pelos feudais as terras reconquistadas aos mouros, os índios beneficiam de uma instrução cristã a troco de um tributo em trabalho e dinheiro. Os missionários são a caução moral deste sistema, mas em breve se tornarão seus cúmplices, ou serão ultrapassados pelos seus excessos. Os *repartimientos* e as *encomiendas* converter-se-ão no símbolo de décadas de punições e maus tratos, justificando a escravatura e o genocídio de milhões de índios.

Será que eles não têm alma?

A primeira manifestação de revolta parte de António Montesinos, um padre dominicano vindo de Salamanca alertado pela notícia das atrocidades praticadas na *ilha espanhola* (Santo Domingo e Haiti). Está-se em 1511 e o seu Sermão do Terceiro Domingo do Advento é um libelo inaudito contra os colonos: *Estais, todos vós, em estado de pecado mortal, pela vossa crueldade contra uma raça inocente. Que justiça vos dá o direito de manter os índios em tão terrível servidão? Com que direito haveis declarado guerra a populações que viviam pacificamente na sua terra? Por quê deixá-los neste estado de esgotamento, prostrados pelo trabalho que exigis deles? E que medidas tomais para os instruídes na nossa religião? Não são eles homens? E não tem eles raciocínio e uma alma?*

Bartolomeu de las Casas está entre a assistência, mas é um dos raros a aplaudir. Oriundo de uma família de mercadores de Sevilha, onde nasceu em 1484, cresceu no culto a Cristóvão Colombo. Dez anos depois do *descobrimento*, ele próprio embarcou para a *ilha espanhola*, herdando do pai uma fazenda em Santo Domingo. Bom *encomiendero*

-- não maltratava os seus escravos --, um belo dia descobre uma nova vocação. Decide regressar a Espanha e daí seguir para Roma, para se preparar para o sacerdócio, mas fica por lá pouco tempo: o seu primeiro *ministério* leva-o de novo a Cuba, onde, capelão militar, Las Casas se encontra em posição privilegiada. Assiste a exacções maciças contra os índios. Juntamente com o sermão de Montesinos, o massacre colectivo de Canao é decisivo na sua conversão.

Até à data da morte, em 1566, Las Casas será um inimigo confesso dos colonizadores espanhóis. A sua *História dos Índios*, a sua *Brevíssima (Relato Breve da Destruição dos Índios)* são documentos esmagadores. Colonialista na alma, convicto de que é possível uma evangelização pacífica, sonha com um poder teocrático capaz, só ele, de estancar os crimes dos *encomendieros*; bate-se pela causa dos índios junto dos grandes de Espanha -- corte e bispos --, fustiga os caçadores de escravos, que *pesam os escravos como vacas para vender no talho, ou porcos, ou qualquer outro animal*, publica um *Confesionario* (manual do confessor) que obriga os colonizadores a reconhecer antes de morrerem -- e na presença de tabelião -- os prejuízos e danos causados, comprometendo-se a repará-los! Em 1550, polemiza com o cónego Sepulveda -- a famosa controvérsia de Valladolid --, perante um Carlos V em crepúsculo de reinado, dividido entre as atrocidades e o realismo das conversões forçadas, as únicas capazes de salvar a honra de uma Igreja pos-

suída pelos demónios da Reforma.

A partir de então, dois conceitos de missão não mais deixarão de se afrontar na Igreja: de um lado, a missão da *tábua rasa*, de combate, que recusa todo o tipo de compromisso com o paganismo e a superstição; do outro, o apostolado da *adaptação*, que passa pela *indianização* dos missionários -- entendida mais tarde pelos franciscanos do México --, pela familiarização com as línguas e os costumes locais que Las Casas já praticava. Chegados à América Latina depois dos franciscanos, mas tendo sido os primeiros na Índia, no Japão, na China, os jesuítas de Inácio de Loyola vão ser campeões nesta forma de evangelização, que mais tarde será designada *inculturação* -- ou seja, a transmissão da fé cristã através das línguas, das culturas, dos rituais de origem --, torna-se norma oficial das Igrejas.

Um coxo pelos caminhos do mundo

Espanhol de sangue quente, filho de fidalgos de província bascos, Inigo Lopez de Loyola dirige-se a Jerusalém em 1523 -- terá pouco mais de trinta anos -- para venerar o túmulo de Cristo. E para converter -- quem diria -- os muçulmanos. No caminho, porém, nada há que não traga à lembrança a arrogância do *cruzado cujos relatos tinham* inflamado a juventude. O peregrino de Loyola embrulhado em serapilheira, mendiga o pão, distribui os ducados, dorme ao relento, finta a peste. A 4 de Setembro, depois de mês e meio de viagem, chega finalmente às portas da Cidade Santa, onde como bom devoto visita o Sepulcro, Jericó, Belém, Getsémani. Mas os franciscanos, tradicionais guardiões dos lugares sagrados não estão interessados neste fanático que, no Monte das Oliveiras, consegue iludir a vigilância para ir verificar a posição dos pés de Cristo no momento da Ascensão! Convencem-no a partir, sob pena de ser excomungado. Inácio atravessa então o Mediterrâneo no sentido contrário, quando a guerra contra os turcos está no auge. Está-se em pleno Inverno de 1524. Calçadas, apenas umas sapatas de ourelo que lhe deixam as pernas à mostra, e vestido, um gibão de tecido grosseiro preto rasgado nos ombros e um casaco curto coçado.

Há muito que o jovem basco se familiarizou com a ascese. Crê mesmo que a vida inteira não lhe chegará para expiar as *vaidades* de juventude: o gosto desmesurado pela briga, pelas cortesãs, pela música e pelas armas.

Em 1521, em Pamplona, ao combater pelo seu país contra os Albret, impacientes por recuperarem Navarra com o apoio de Francisco I, é atingido por uma bala numa perna. Na falta de anestesia, Inácio cerra os punhos antes da operação. O feito em combate valer-lhe-á uma perna mais curta do que a outra; é este homem coxo que enviará os companheiros para a *maior glória de Deus* pelas estradas do mundo.

Inácio martiriza o próprio corpo. Sofre por Deus, numa época em que o monge e o soldado são um só, o cilício (camisa de crina áspera) e a maceração fazem parte do arsenal de mortificações. Priva-se de comer, reza de joelhos durante a noite longas orações que impõe a si próprio, anda descalço, veste-se de *um tecido de cânhamo de trama pouco apertada e com muitos espinhos (Autobiografia)*. Possuído por Deus como outros pelo demónio, Inácio de Loyola redige, no seu retiro em Manresa, o primeiro esboço dos *Exercícios Espirituais*, o manual de ascese de que Roland Barthes dirá que *não é preciso ser-se jesuíta, nem católico, nem cristão, nem crente, nem humanista para encontrar nele interesse*. Os *Exercícios...* lembram a *devotio moderna* dos místicos flamengos, bem como as disciplinas de meditação búdicas.

Tem uma obsessão: *ajudar as almas*. Mas como? A decisão cabe a Deus, mas ao homem cabe procurar ir ao encontro da sua vontade. Trata-se do

famoso *discernimento* dos jesuítas. Aos 33 anos, o vagabundo iluminado decide estudar, aprende freneticamente latim, frequenta a Universidade de Salamanca -- a *pequena Roma* --, onde a Inquisição desconfia da sua proximidade a Erasmo e a Lutero e o condena ao silêncio. Depois parte para Paris, a cidade de Francisco I, do humanismo e do Renascimento. Inácio de Loyola é contemporâneo de Rabelais e de Calvino. Adivinha que o regresso às fontes do humanismo antigo e a crítica das autoridades ameaçam a fé e vão transformar o mundo.

Inácio já compreendeu que não se pode combater o erro **sozinho** e sem a inteligência da época. Em Paris, percorre todos os cantos do Quartier Latin, frequenta o colégio Montaigu e Sainte-Barbe, insere-se nos debates da

época, toma contacto com a filosofia, a filologia, a escolástica. É aí que agrega ao seu projecto sete companheiros com uma têmpera de aço igual à sua, a quem, a

15 de Agosto de 1534, obriga a pronunciar votos de pobreza e de castidade. São eles: Juan de la Peña, Pedro Favre, Francisco de Azpilcueta y Xavier, o futuro São Francisco Xavier, evangelizador da Índia e do Japão, morto às portas da China. Nasce a Companhia de Jesus.

O facto de não o quererem em Jerusalém não impediu que Inácio se apressasse a escolher Roma. Roma, que o mesmo é dizer o papa, a Igreja, o universal. Mas porquê Roma, numa altura em que os bárbaros estão de volta? Nas mãos dos Bórgia, dos Médicis, dos Farnese, o poder pontifício toca no fundo. As amantes e os bastardos cercam os papas mecenas ou luxuriosos. Os reinados de Alexandre VI, Bórgia, um cínico que ordena cardeal o próprio filho; de Júlio II, um guerreiro a quem chamavam *o papa das botas*; de Leão X de Médicis, esteta florentino com uma corte faustosa, mais preocupado em ampliar e alindar o seu palácio do que em anunciar o Evangelho, mergulham Roma numa atmosfera palaciana, de viciosidade e nepotismo que Jean Lacouture descreve na sua obra *Os Jesuítas*.

As teias da História farão que a Igreja avance até à América, ao Extremo Oriente, às costas de África no preciso momento em que se assiste à derrota moral do papado. Em que este une o seu destino à Espanha católica, engrandecida pela expulsão dos judeus e dos mouros. Em que combate o avanço dos turcos nos Balcãs e persegue os simpatizantes da Reforma protestante.

Inácio de Loyola quer limpar as *cavaliças* de Roma e empreender, a partir de dentro, a reforma da Igreja que Lutero quis fazer a partir de fora. Como Savonarola em Florença, vai querer lancear a parte mais purulenta do abcesso, devolver à Igreja dignidade e decência. Não é outra a razão da energia, a que o fundador dos jesuítas não se poupa até à sua morte, em 1556, para impor às suas tropas fidelidade cega ao papa, disciplina de ferro, obediência inabalável, *perinde ac cadaver* (como um cadáver), e a educação de uma elite seleccionada, formada nos melhores colégios. Em 1537, em Veneza, o basco assume votos de sacerdócio, bem como os seus companheiros, antes de seguir para Roma. Reconhecidos pouco depois pelo papa Paulo III, os jesuítas ambicionam, antes de mais, empreender a reforma do clero secular, reavivar o exemplo das virtudes sacerdotais. Ligam-nos votos religiosos. Ao **mesmo tempo**, não prescindem de inserir-se no mundo. É uma novidade absoluta!

Querela dos ritos no Extremo Oriente

Inácio de Loyola nasce um ano antes da expedição de Cristóvão Colombo. Está ciente do enorme desafio que representa o descobrimento da América, da rota do Cabo e o acesso por mar ao Extremo Oriente. Convence um dos seus companheiros da primeira hora, Francisco Xavier, 35 anos, a embarcar para a Índia.

dia em 1541. Aí, tendo presente as lições de um Montesinos ou de um Las Casas na América, o jovem jesuíta espanhol prega o Evangelho, baptiza, mas sempre no respeito pelas crenças locais e estruturas sociais. No Japão, possuidor de uma cultura mais requintada, a sua atitude será idêntica. À semelhança do que fizera na Índia, tem o cuidado de não queimar as etapas da reconversão, anda vestido à japonesa, pede o consentimento das autoridades para pregar a fé cristã. Francisco Xavier sonha ir até à China, mas a morte antecipa-se-lhe, em 1554, quando está prestes a lá chegar. O jesuíta espanhol tornar-se-á o pioneiro de uma forma nova de evangelização, mais respeitadora dos homens e das culturas.

Um italiano, Mateus Ricci, recupera a sua herança, tornando-se o primeiro jesuíta a visitar a China -- um continente de que então pouco se sabe no Ocidente, a não ser que é governado por uma dinastia Ming, em declínio. A diplomacia de Mateus Ricci vai revelar-se desde logo: inicia-se nas regras do Império Celestial, na sua língua, veste-se como os letrados chineses, que ocupam **os lugares** de destaque, aprende os códigos do confucionismo, procurando apaixonadamente pontos de convergência com o cristianismo. Em vez de lançar no descrédito as divindades locais, como faziam os primeiros missionários da América, Mateus Ricci traça um paralelo entre o Deus dos cristãos e o Senhor do Céu invocado pelos chineses. Respeita os seus costumes e o culto dos antepassados, que não toma por idolatria.

Em 1601, a sua fama de *novo Confúcio* abre-lhe a porta ao imperador da China. Os seus dotes de astrónomo e de geógrafo, as suas bússolas, o seu mapa do mundo causam sensação na corte, onde se torna Li Madu, o *deus dos relojoeiros*. Ricci empreende a redacção de um catecismo em chinês, que traduz para manchu, coreano, japonês. Nele explica o *verdadeiro sentido da doutrina dos donos do Céu*, expõe algumas crenças cristãs sobre a criação divina do mundo, a imortalidade da alma, a existência de um paraíso e de um inferno. Quando, em 1610, morre em Pequim, a China tem dois mil convertidos. No final do século, serão 150 mil.

A sul da Península Indostânica, onde desembarca em 1606, um outro jesuíta, Roberto de Nobili, procura, por seu lado, dar os primeiros passos na religião local, o hinduísmo. Também ele se dirige aos letrados e às elites, adopta os costumes e modos de vida dos brâmanes, aprende o tâmul, o sânscrito, procura pontos de convergência entre as crenças da Índia e o cristianismo, faz conversões sem exigir que os convertidos abandonem as práticas tradicionais. Mas os métodos de Nobili, muito vanguardistas para a época, suscitam a desconfiança do todo-poderoso clero português nos entrepostos comerciais da Índia. O jesuíta é acusado de estar comprometido com crenças idólatras e de achincalhar o Evangelho.

Roberto de Nobili é intimado a comparecer perante o Tribunal da Inquisição de Goa. O seu processo é enviado para Roma, mas o papa Gregório XV (1621-23) autoriza os ritos *malabares*, assim designados a partir do nome da costa sudoeste da Índia, onde missionam os jesuítas. Por pouco tempo: tem início a infundável Querela dos Ritos, que só terminará no século seguinte com a extinção da Companhia de Jesus. Ela começa por manifestar-se na Índia, mas estende-se também à China, onde um dominicano espanhol, o padre Morales, defensor do antigo método de evangelização da *tábua rasa*, se empenha, mesmo junto de Roma, no combate às práticas iniciadas por Mateus Ricci. A jovem Congregação da Propaganda da Fé e o Santo Ofício preparam-se para destruir a herança do jesuíta italiano. Em 1645, trinta e cinco anos volvidos sobre a sua morte, Ricci é renegado. Na China, são suprimidos os ritos cristãos em honra das almas, dos antepassados e de Contúcio.

É certo que ao longo dos anos alguma flexibilização vai sendo intro-

duzida, mas a evangelização tradicional continuará a impor-se ainda por bastante tempo. Até ao século XX, a coberto da luta contra as superstições e os ritos pagãos, dominará uma visão fortemente ocidental do conceito de missão -- na formulação da fé e do seu ensino, no clero e na hierarquia episcopal, na liturgia. Em 1724, um édito do imperador da China decreta a expulsão de todos os missionários ocidentais, e ainda hoje a religião cristã é ali identificada com o estrangeiro, com o Ocidente, e perseguida. A *inculturação* com que sonhavam um Las Casas, um Loyola, um Francisco de Assis ou um Mateus Ricci fracassa provisoriamente.

No porto de Abidjan, na Costa do Marfim, missionários brancos costumavam descarregar dos barcos, até meados do século XIX, órgãos desmontados. Estes instrumentos nobres eram depois transportados e montados de novo. Hoje, nas igrejas em África, os tantãs, as marimbas e os tambores substituíram, com êxito, os velhos instrumentos europeus. Os catecismos, os rituais, os missais foram traduzidos para a maioria das línguas asiáticas ou africanas. Nos países do Terceiro Mundo, o clero autóctone assumiu o trabalho dos missionários europeus. Em contrapartida, são padres africanos que, por vezes, celebram a missa nas zonas descristianizadas de França ou da Alemanha.

Se, por um lado, a *inculturação* da fé cristã, do seu ensino, da sua liturgia deixou de levantar, nos seus princípios, objecção de maior, por outro, depara ainda com dificuldades de concretização associadas ao modelo *europeu* de Igreja prevalecente, numa altura em os cristãos se tornaram minoritários no Velho Continente. O diálogo com as grandes religiões asiáticas (hinduísmo, budismo) com o islão, com as religiões tradicionais africanas já se iniciou. Mas será o encontro com universos culturais não europeus, nem semitas, nem *abraâmicos* (judaísmo, islão) o maior desafio a enfrentar pelo cristianismo no século XXI.

11

António Vieira, um profeta
de chave desconhecida

Escandaloso e com um sabor a heresia para os inquisidores de Coimbra que o julgaram, imperador da língua portuguesa, na expressão de Fernando Pessoa, o padre António Vieira transpôs os umbrais do tempo. Missionário, diplomata, filósofo, pregador genial, epistológrafo, defensor dos índios, profeta do futuro, teólogo, Vieira ainda tem um lado desconhecido: a Clavis Prophetarum, o livro de síntese da sua obra, que preparava quando morreu, pode vir a desvendar chaves menos conhecidas do seu pensamento .

() Texto da autoria de António Marujo. *Ilustração: O p.e António Vieira a pregar aos índios. Litografia de C. Legrand, 1742, Lisboa, AHU.*

Para a Inquisição, ele era *estranho, escandaloso, temerário, ofensivo, fátuo com sabor a heresia e injurioso para a Igreja*. Mais tarde, Oliveira Martins consideraria o seu estilo *redundante e obeso* e a sua eloquência *teatral*. Teófilo Braga achava que ele despendeu a vida nas *estéreis intrigas políticas em que muito prejudicou a combalida autonomia da nação portuguesa*.

Ao contrário, Fernando Pessoa chamou-lhe *imperador da língua portuguesa*. Aníbal Pinto de Castro escreve que a obra do padre António Vieira *transpôs, pela sua genialidade de concepção e de expressão, os umbrais do tempo*. E houve deputados que dele beberam o modo de fazer oratória. Almeida Santos, actual presidente do Parlamento, confessou, em 18 de Julho de 1997, na homenagem da Assembleia da República ao padre António Vieira: *Nenhum outro orador e escritor exerceu sobre mim, e sobre a minha maneira de comunicar com os outros -- no foro, na acção partidária ou no Parlamento -- mais marcante influência e mais persistente desejo de imitação. Durante muito tempo, extractos dos seus sermões foram o meu breviário*.

Uma personalidade complexa e, até não há muito tempo, controversa. Para definir Vieira, o jesuíta Luís Archer, director da revista *Brotéria*, usou a expressão *multidão: Homem de Igreja, embaixador do Portugal da Restauração, filósofo da História, pregador genial, epistológrafo, missionário, defensor dos índios do Brasil, profeta do futuro, teólogo, teorizador da parénese barroca, hermeneuta da Bíblia e da Pa-trística, artista incomparável da língua portuguesa*.

A estas características ainda se poderiam juntar várias outras: diplomata do reino, estratega político, actor eloquente, autor de 200 sermões e 700 cartas, viajador incansável, poliglota, defensor dos judeus, opositor férreo da Inquisição.

Privado para sempre da voz activa

Na actualidade, é unânime o reconhecimento da importância de António Vieira -- a ponto de Almeida Santos dele ter dito, na ocasião já referida, que o jesuíta é a *personificação da língua portuguesa*, mais do que Camões, Gil Vicente, Eça de Queiroz ou Fernando Pessoa. Reflexo dessa unanimidade é que os quatro partidos representados no Parlamento puderam, com a sua leitura da obra do jesuíta, puxar cada genial brasa de Vieira para a sua sardinha ideológica.

Apesar disso, o nome e a obra de António Vieira ficaram minorizados e esquecidos durante três séculos, envolvidos em polémicas político-religiosas de jesuitismo e antijesuitismo. Na origem deste facto está o processo que lhe foi movido pela Inquisição e, depois, a perseguição do Marquês de Pombal à Companhia de Jesus.

O Tribunal do Santo Ofício começou por pedir, em 1649, que Vieira fosse expulso dos jesuítas. Mas só onze anos depois, com a morte do rei D. João IV, que o protegia, é que os inquisidores avançaram com o processo. O pretexto foi a publicação da obra *Esperanças de Portugal, V Império do Mundo*, pois o que queriam era provar a sua origem judaica.

A Inquisição iria experimentar o sabor da batalha ganha: o interrogatório do Santo Ofício começou em 1662, já D. Afonso VI subira ao trono. Em 1665, Vieira foi preso. Mandava a sentença: *Que seja privado para sempre da voz activa e do poder de pregar*. E acrescentava que o jesuíta deveria ficar retido numa casa da ordem. Só a subida de D. Pedro ao trono, em 1668, permitiu a sua libertação. Vieira aproveitou para ir a Roma obter a reabilitação e para intervir de novo em favor dos cristãos-novos, a quem ficara devedor pelos investimentos na Guerra da Restauração e na formação da Companhia Ocidental.

Em 1674 e em 1678, foi Vieira quem obteve a grande vitória: conseguiu que Clemente X e Inocêncio XI suspendessem, durante sete anos, o funcionamento do Santo Ofício em Portugal. Vieira defendia que a Inquisição portuguesa era mais violenta e feroz do que a espanhola e foram os seus argumentos que convenceram o papa. E só com ameaças dos bispos do reino e dos representantes do Santo Ofício, de que a suspensão poderia levar a um cisma do catolicismo português, o papa seguinte, Clemente XI, voltou a autorizar a instauração do tribunal.

Nascido em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1608, filho de Cristóvão Vieira Ravasco e da mestiça Maria de Azevedo, António Vieira partiu para a Baía, no Brasil, com seis anos. Em 1623, decidiu iniciar o noviciado nos jesuítas e, um ano depois, foi encarregado de escrever a carta anual de relatório para o **geral da Companhia de Jesus**. Em 1633, fazia o primeiro sermão público e, dois anos depois, era ordenado padre.

Os sermões foram sempre, para Vieira, uma das suas armas. Neles reflectia as causas maiores do seu empenhamento: a defesa dos judeus e dos cristãos-novos, que o levaria ao combate com os inquisidores, era talvez a mais importante. Mas também o apoio aos índios e (embora com hesitações) a oposição à escravatura estavam entre as suas prioridades.

É célebre o Sermão de Santo António aos Peixes, com a imagem do grande que come o pequeno: *Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande.*

Na ordem social do Brasil, a par da defesa dos direitos dos índios, Vieira era um duro crítico dos colonos portugueses. Mas o seu combate dirigia-se genericamente contra todos os que, investidos de poder, o usavam em proveito próprio. No Sermão do Bom Ladrão, que pronunciou na Capela da Misericórdia de Lisboa, em 1655, dizia ele: *Os ladrões de que falo não são aqueles miseráveis, a quem a pobreza e vileza de sua fortuna condenou a este género de vida (...) O ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao Inferno. Os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são (...) aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos.*

A defesa dos índios tinha um projecto utópico de sociedade quase teocrática por detrás -- que chegou a ter uma experiência avançada com as *Reduções do Paraguai*, retratadas no cinema pelo filme *A Missão*. António Moreira Teixeira explica essa coincidência de objectivos: *Para salvar o projecto utópico da Nova Igreja, a Igreja do Novo Mundo, era necessário preservar a liberdade das populações com as quais os jesuítas procuravam construir novas comunidades, regidas exclusivamente pelos preceitos religiosos. O continente americano constituiu, aliás, o espaço privilegiado para a implantação de um conjunto de comunidades experimentais de vida religiosa, tanto católicas como protestantes.*

Já em relação à escravatura, a oposição de Vieira manifestava por vezes alguma ambiguidade. Pela força dos importantes interesses económicos dos colonos, escreve Moreira Teixeira, nomeadamente da enorme necessidade de mão-de-obra intensiva nas plantações de cana-de-açúcar, café e tabaco, Vieira tem de admitir o recurso à importação de mão-de-obra escrava. Para todos os efeitos, estes cristãos já eram escravos quando saíam de África e chegavam ao Brasil, não eram aprisionados pelo invasor nas suas próprias terras para nelas trabalhar para proveito de outros (como no caso dos índios brasileiros). Constituíam, portanto, um mal menor. Não que o jesuíta se esqueça de lutar pela melhoria das suas condições de vida, reconhecendo-os como mártires ou, mesmo, escondendo a sua repulsa interior pela instituição da escravatura. Porém, Vieira tem de optar e, ao fazê-lo, opta pela defesa do sonho utópico da Nova Igreja do Novo Mundo.

Dissabores com a defesa dos índios

Em 1640, o duque de Bragança proclamara a restauração da independência portuguesa, facto que levará Vieira a intervir na vida política e diplomática do país. Conselheiro do rei D. João IV, várias vezes di-

plomata -- Paris, Haia, Roma foram destinos das suas missões --, o jesuíta conseguiu, durante as suas permanências na corte de Lisboa, fazer aprovar legislação favorável aos índios. Em 9 de Abril de 1655, obteve a promulgação de um decreto real que garantia o princípio da liberdade do ameríndio.

A defesa dos índios e a contestação aos colonos e governadores mereceram grandes dissabores a Vieira, tal como já acontecera com Bartolomeu de las Casas. Se o processo da Inquisição foi a mais importante batalha que teve de enfrentar, as suas preocupações tinham começado muito antes. Logo após proclamar o Sermão de Santo António aos Peixes, em 1652, o jesuíta teve de se esconder rapidamente para fugir da fúria dos colonizadores, até embarcar secretamente, três dias depois, com destino a Lisboa.

Nos sermões, Vieira chegava a manifestar agastamento pelo mau acolhimento das suas teses pelos colonos cristãos: *Se em outras terras é necessário aos apóstolos ou aos sucessores do seu ministério muito cabedal por amor de Deus para ensinar, nesta terra, e nestas terras, é ainda necessário muito mais amor de Deus que em nenhuma outra (...)* Primeiramente, pela qualidade da gente, porque a gente destas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo.

Não por acaso, durante quase três séculos, Vieira foi considerado impostor, traidor e criminoso. Já quando Fernando Pessoa, que nada entendeu da sua utopia, o chamava «imperador da língua portuguesa», desde há muito começara o processo estratégico de encerrar este gigante da nossa História na sacristia de orador sagrado, escreveu o jesuíta e historiador António Lopes. Para determinadas ideologias, acrescenta, havia que reduzi-lo a um títere inofensivo.

Uma atitude que levou muitos a passar uma esponja sobre diversos aspectos da vida do missionário, descreve António Lopes no boletim *Jesuítas: dez anos de luta e de viagens para salvar a independência de Portugal no Brasil*; mais dez anos de uma espantosa actividade missionária, em que chegou a aprender sete línguas nativas da Amazónia e durante os quais criticou os colonos, defendeu os índios e propôs leis para salvaguardar os indígenas brasileiros. Esquecidas ficaram também as geniais disputas com os inquisidores de Coimbra, a luta mais titânica da sua vida: a defesa dos cristãos-novos, e a vitória que mais ninguém obteve, com a suspensão, durante sete anos, do Tribunal do Santo Ofício.

O missionário do Brasil seria arrastado para outros movimentos. José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis escrevem que as imagens dos jesuítas (e também, embora em menor escala, de Vieira) para muitos autores (à excepção de Camilo, António Sérgio, ou Hernani Cidade ou Garrett) se inscrevem no mito do «complot» jesuítico. O Marquês de Pombal tem nisto grande responsabilidade, ao fazer da figura de Vieira um elemento central do seu ataque à Companhia de Jesus: *Só no antijesuitismo pompljalino surge verdadeiramente o efeito demonizante, que é tão frequentemente encontrado em relação à Companhia de Jesus em geral, por inteiro e maximamente aplicado a Vieira.*

Apesar das polémicas, o jesuíta foi, enquanto viveu, bem acolhido por diversos sectores da sociedade portuguesa. Os seus primeiros ouvintes mandavam lançar tapete de madrugada na Igreja de São Roque, em Lisboa, como dizia Francisco Manuel de Melo, citado por Pinto de Castro. A morte do jesuíta seria o primeiro grande momento catalisador dessa entrada na memória colectiva dos portugueses. O movimento editorial de publicação das obras de Vieira, que começara ainda em vida do missionário, tinha vindo a ser preparado pelo próprio, com a edição *princeps* dos Sermões, desde 1679.

Esse trabalho continuou depois e, na época subsequente à sua morte, Vieira era de leitura fácil e corrente e o Sermão da Sexagésima continha, nas suas censuras e nos preceitos que estabelecia

para quem pregava e para quem ouvia (...) a base do que viria a chamar-se o método português de pregar -- considera Pinto de Castro. E Charles Borges, de Goa, na linha de Pessoa, sintetiza que Vieira usou a língua portuguesa até aos seus limites máximos e embelezou-a enquanto fez dela um veículo para propagar a palavra de Deus, aplicável para os tempos em que ele viveu.

O tema de 74 anos

Enfim, o Reino Universal de Cristo (por vezes contundido com o Quinto Império) foi o tema fundamental na vida e obra de Vieira meditou sobre ele durante 74 anos, diz António Lopes. As suas referências ao amor vinham-lhe

referências ao Império Universal de paz e amor vinham-lhe da Bíblia e do estudo intenso da Bíblia que Vieira sempre fez. O tema passou pelas profecias de Bandarra e pela ressurreição de D. João IV mas, no final, Vieira propunha apenas a instauração do reino de Deus, afinal o tema central do Evangelho, com uma visão de utopia universalista: A reconciliação de toda a humanidade, para que toda a gente vivesse em justiça e amor.

Ideia semelhante à defendida por Maria Lucília Pires, da Faculdade de Letras de Lisboa. O labor missionário de Vieira, escreve ela no número da revista *Oceanos* dedicado ao jesuíta, é inspirado pelo ideal da construção do reino de Cristo na terra, cuja plena realização considera iminente.

A obra fundamental para perceber a abordagem de Vieira sobre este tema é a *Clavis Prophetarum* (A Chave dos Profetas), também conhecida como *Clavis Prophetica* ou *De Regno Christi in terris consummato* (Do Reino de Cristo Consumado na Terra). Mas esta obra, que o autor não concluiu, permanece inédita, estando a sua publicação prevista para breve.

Arnaldo Espírito Santo, coordenador da edição crítica da *Clavis*, ao apresentar a obra no número da *Oceanos* dedicado a Vieira, explica: A designação do Quinto Império deriva da exegese das visões do profeta Daniel. Uma estátua, vista em sonhos por Nabucodonosor, constituída por quatro metais, simbolizava quatro impérios ou reinos: o assírio, o persa, o grego, o romano (este ainda representado nos reinos da Europa, particularmente nos dois países ibéricos). Um novo império, o quinto, estava prefigurado na mesma profecia por uma pedra gigantesca que se desprendia da montanha e reduzia a pó a estátua, avolumando-se de seguida até cobrir toda a terra. É nesta pedra que Vieira vê Cristo e o seu Império, o quinto na ordem da sucessão, que está prestes a surgir graças ao anúncio do Evangelho a todos os povos.

Vieira era um homem do seu tempo, escreve Maria José Ferro Tavares, nas *Actas do Congresso Internacional*, sobre o messianismo na obra do jesuíta. E a sua época vivia sob a pressão de hecatombes cósmicas, de pestes, fomes e da iminência da invasão turca ao interior da cristandade. Vivia-se um período entendido como pré-apocalíptico, alimentado por profecias antigas e modernas por essa Europa fora, a que não eram estranhas as várias cismas religiosas da cristandade e as guerras que delas advieram. (...) A obra de Vieira era o reflexo de toda esta realidade seiscentista nacional e europeia. Em muitos dos seus sermões, a escatologia apocalíptica estava presente, embora não se possam inicialmente destrinçar laivos de milenarismo heterodoxo num sermão de leitura obrigatória.

Dessa visão apocalíptica que dominou quase toda a sua vida, Vieira evoluiu, no final, para a ideia de que a sua utopia se consubstanciava apenas na paz universal, na união de todos os reinos, povos, culturas e religiões sob um só ceptro e na unidade religiosa definida e prote-

gida por Deus.

E **António Lopes**, que também já se debruçou sobre o texto até agora inédito, afirmou no Congresso Internacional sobre Vieira: Na «Clavis», das trovas e do profetismo de Bandarra nem uma palavra; do «Encoberto» nem uma palavra; de D. João IV e da sua ressurreição nem uma palavra; do Império Universal português (o Quinto Império) nem uma palavra; dos cálculos intermináveis sobre o ano fatal nem uma palavra. Tudo gira à volta de Cristo, porque tudo partiu do chamamento, aos 15 anos, para um ideal missionário de transformar o mundo. (...) Chamamento para fazer avançar a história humana na reconciliação e na amorização dos homens de todas as condições, religiões e situações sociais.

Através de um trabalho insano em todas as frentes; através de muitas derrotas profundamente humilhantes; através de muitas ingratidões, sobretudo dos seus compatriotas, Vieira vai descobrindo que só há uma força capaz de implantar o Reino de Cristo: o poder do amor humilde. (...) Na plenitude dos tempos, no momento em que, para ele, começa o Reino (e que chegou a chamar «Quinto Império»), só então -- quando cada homem despojar o próprio coração da ambição do poder e do ter -- chegará esse Reino à sua plenitude na terra.

Na Apologia das coisas profetizadas, escreve o próprio Vieira: Segundo os testemunhos tão conformes de toda a Sagrada Escritura, há de vir tempo em que todos os reis, todas as nações, todas as línguas, todas as terras, e todo o mundo inteiro não há de ter outra lei, outra fé, outra adoração, outro sacrifício senão o de Cristo.

Essa era a sua utopia.

12

A carmelita de ávila, em directo com o céu

Visões, profecias, curas: as correntes místicas atravessam toda a história do cristianismo do Oriente e do Ocidente. Dos Padres do Deserto a Teresa de ávila, de Hildegarda de Bingen aos loucos em Cristo, as almas de elite dominam os princípios e os períodos de inquietação.

Perto de mim eu via um anjo na sua forma corpórea. Era pequenino, muito belo, rosto purpúreo. Nas mãos tinha um dardo comprido de ouro, e julguei ver na extremidade da lança uma chama. Parecia enterrá-la repetidamente no meu coração, até ao âmago, que arrancava de mim, deixava-me inflamada de um grande amor por Deus. A dor era tão intensa que eu gemia, e tão excessiva a suavidade desta dor que se deseja que não acabe e que a alma só em Deus encontre satisfação. Não é uma dor corporal, e sim espiritual. Todavia, o corpo também participa. Entre a alma e Deus forma-se um dueto de galantarias, tão deleitoso que implorei a Deus que permita àqueles que pensarem que estou a mentir antegozá-lo.

Este dueto cintilante com o Anjo passa-se no Carmelo da Encarnação em ávila, em pleno século XVI espanhol, o da Inquisição, da descoberta da América e da heresia luterana. Da cela de Teresa de Cepeda y Ahumada elevam-se gritos e gemidos. Uma jovem freira, Anna Gutierrez, precipita-se pelas escadas e empurra a porta. Depara-se-lhe a priora em transe, no rosto o brilho das chamas do êxtase, e a madre Teresa relata-lhe a estranha visão que teve.

Verdade seja dita, a surpresa do carmelito é de pouca dura. Há muito que em ávila, onde nasceu em 1515, que Teresa de Cepeda y Ahumada -- Teresa de Jesus no meio religioso -- passa por santa da Encarnação. Ou por uma mitómana possuída pelo demónio. Os iluminados (alumbados) da

sua laia são mandados para as fogueiras da Inquisição, e a aldeia, atemorizada, suplica-lhe que se deixe exorcizar.

No entanto, esta mulher prima pela calma, pela ponderação. Conhecida pelo seu bom senso, no convento é também a mais alegre. Como fala pelos cotovelos, costuma passar horas no parlatório. Nunca franze o nariz ao cumprimento das obrigações, sejam as domésticas ou os exercícios de mortificação e piedosos, para os quais é sempre a primeira. Só não está nas suas mãos controlar os acessos de misticismo que, na capela do carmelo, a põem a flutuar entre o céu e a terra. De nada lhe serve agarrar-se às grades do locutório, ou deitar-se firmemente no lajedo, o êxtase apodera-se dela, mantendo-a suspensa, como se não se exercesse a gravidade, acima do solo. Nesse instante experimenta uma espécie de *impetuosidade* tão poderosa que se sente impelida para cima, *como uma nuvem, ou a águia irresistível que nos leva nas suas asas (Autobiografia)*.

Teresa é neta de um comerciante de tecidos que tinha *judaizado* em Toledo mas que se havia convertido, em 1485, para escapar aos rigores da Inquisição. Em ávila, tinha conseguido recuperar um *desafogo honesto* e adoptado o nome da mulher, Inês de Cepeda. Teresa foi criada neste ambiente de *conversos* curiosos de tudo, que se compraziam em provocar, procurando na carreira das armas ou no serviço a Deus *uma linhagem espiritual que compensasse a falta de linhagem social*. Na família dos Cepeda y Ahumada, os sete filhos varões partiram todos em busca de glória nas Índias. *Sete belos jovens, bons partidos, que deixaram sete jovens casadoiras libertas para vestir os santos* -- como escreve, com graça, a biógrafa Marcelle Auclair --, nas confrarias de devotos que matam o tempo a cuidar do guarda-roupa das estátuas de Jesus ou de Virgens paramentadas de veludos e brocados em ouro.

Dever-se-á à origem judia o seu sentido da *verticalidade*, do absoluto de Deus? Ao serão, em casa dos Cepeda y Ahumada, vibra-se com a leitura das vidas de santos. Na festa do Corpo de Deus, todos participam na procissão. Candidata precoce ao martírio, a pequena Teresa sonha partir com os irmãos *para a terra dos mouros*, para lá serem *decapitados*. A sua vocação religiosa, porém, não se revelará de uma forma directa. A leitura do relato da conversão de Santo Agostinho deixa inebriada a jovem, que, como ele, sofre as cobiças da carne e que, antes de transpor, aos 20 anos, a porta do carmelo, passa por crises de angústia e pelas ânsias do inferno. Cura-se de uma paralisia graças a São José, que venera, e aprende a meditar em êxtase diante das imagens. Em que poderia então surpreender-nos a sua amizade tão especial com Jesus, que nunca contempla e adora tão intensamente como quando está coberto de chagas?

Teresa de ávila imagina-se aos pés da cruz com Maria Madalena, perto do corpo flagelado e crucificado de Cristo, com o rosto coberto de sangue sob a coroa de espinhos. Teresa vê este Jesus, toca nele, quase o ouve. Ele mostra-lhe as mãos, o lado em que foi ferido pelo soldado romano, mas ela também lhe quer ver os olhos, o tronco! *Sentia o seu amor de forma tão impetuosa que não sabia o que fazer. Deixava de poder conter-me. Dir-se-ia que me arrancavam a alma*. Num Domingo de Ramos, no momento da comunhão, o seu fervor é tanto que não consegue engolir a hóstia. Quando volta a si, o sangue escorre-lhe da boca, e uma voz interior murmura-lhe: *Minha f lha, quero que tires partido do meu sangue. Foi dolorosamente derramado. Deixa que ele te deleite*.

A loucura de Teresa pela santa comunhão é tal que a pior das penitências que os confessores lhe podem impor é privarem-na da hóstia por um, dois dias, às vezes mais. A época é de interdição do prazer, inclusive no amor místico de Cristo. Autoflagela-se por experimentar tantos *deleites*, os famosos *gustos*, em que reconhece a mão do diabo. É que o *pretinho abominável* (o diabo) tem a desfaçatez de se sentar no

seu missal e de lhe fazer caretas! Mas logo se recompõe para concluir: *Os demónios metem-me tanto medo como as moscas*. Para os afugentar, relíquias e água-benta! Estes *arrebatamentos* do espírito eram tão inocentes em Teresa de Jesus *como é inocente a água que o sol absorve e transforma em nuvem*, escreve ainda Marcelle Auclair. O pico deste idílio é o seu casamento místico, a 16 de Novembro de 1572, com *Sua Majestade*, o Cristo. Tem 57 anos e Jesus aparece-lhe em sonhos. Mostrando-lhe a mão direita, declara-lhe a sua paixão: *Olha este prego. É o sinal de que a partir de hoje serás minha esposa. A minha honra é a tua honra, a tua honra a minha honra*.

A reformadora do Carmelo

Nunca este esposo a irá decepcionar. Mas para a priora do carmelito de ávila o amor nunca é ocioso. Não fica prostrada aos pés do altar. Temperamento de aço, Teresa de ávila reforma, a pulso, a ordem do carmelito, mediante o regresso à *observância estrita*, à pobreza absoluta (proibição das rendas), à vida austera e de clausura. Mais do que grandes conventos povoados de filhas da nobreza, o seu modelo assenta em pequenas comunidades contemplativas. Mas Teresa vai ter de afrontar os conservadorismos da Igreja. Apesar de já não ser jovem, a reformadora do carmelito irá calcorrear, ao longo de 15 anos, as estradas de Castela e da Andaluzia. Abre conventos reformados em Valladolid, em 1568, em Toledo, no ano seguinte, em Salamanca, em Sevilha, em Burgos. Dezassete ao todo.

Se é certo que a Espanha foi relativamente poupada à tempestade luterana, o medo da maldição e das heresias acelera a máquina de fabricar devotos. No tempo de Teresa, os livros piedosos são disputados. Reza-se com os braços em cruz ou beijando o chão. As pessoas arrastam-se de joelhos até aos altares para merecerem a misericórdia divina. Invocam-se os santos protectores para obter milagres e os seus favores. A época é de reforma: com Teresa de ávila ou João da Cruz, é o regresso às fontes do carmelito, bem como à fonte da ordem franciscana, com Pedro de Alcantara. E de fundação: o basco Inácio de Loyola cria a Companhia de Jesus e aprimora os seus famosos *Exercícios Espirituais*, a mecânica meditativa e ascética que continua a fazer as delícias dos retiros espirituais nos nossos dias. O Concílio de Trento acaba de chegar ao fim (1545-63). A hora da Contra-Reforma católica soou, com o seu programa de Reconquista e os seus ímpetos de espiritualidade. Depressa o génio literário e místico de Santa Teresa se faz notar, concitando unanimidade. O *Livro da Vida* e o *Caminho da Perfeição* são obras-primas que as outras irmãs não estão autorizadas a ler senão depois da morte dela. O grande Bossuet louvará a *sapiente ignorância* desta Teresa autodidacta, *que faz parecer ignorante a ciência [convencional] das gentes das letras*. Morre em 1582. o rei Filipe IV declara-a imediatamente padroeira de Espanha e o papa consagra-a como a primeira doutora da Igreja, a que irão juntar-se Catarina de Siena e Teresa de Lisieux. Com o seu amigo João da Cruz (1542-91), Teresa de Jesus terá sido a que melhor explorou a mística contemplativa, que conserva toda a modernidade. O segredo consiste em entrar no mais fundo de si mesma, até aos *motores da alma* -- a vontade, a memória, o entendimento, e reconstruir em seguida, mentalmente, as cenas da vida de Cristo. É esta intimidade, esta sensibilidade à humanidade de Jesus, que conduz o contemplativo à oração, à penitência, ao jejum, à prece permanente e fervorosa. O resto vem por acréscimo, ou seja, os êxtases, os estigmas e mesmo, no caso de Teresa, a levitação, que sempre surpreenderam e escandalizaram. Até ao homem racional dos nossos dias.

Os atletas da fé

No cristianismo, estes arrebatamentos místicos caracterizam todos os períodos de primícias e de tumulto. Ao longo dos séculos, antes e depois de Teresa de Ávila, tanto no Oriente como no Ocidente, impõem-se as personalidades de excepção, com carismas diversos: visões, dons de profecia ou de cura.

São almas de elite para as quais a mística e o sofrimento, enquanto participação na Paixão de Cristo, mas também a Ressurreição estão em sintonia sempre prontas a ir além delas próprias, a ignorarem os seus limites, a viverem uma experiência de contacto directo com Deus e a comunicarem-na aos homens. Desde os primeiros séculos do cristianismo que nos desertos do Egipto, da Síria, da Palestina ou da Arménia há homens que renunciam a todo o bem material e se entrincheiram no silêncio, na pobreza, na penitência e na castidade. Resignam-se, à medida que o tempo das perseguições se vai afastando, a um suplemento de *martírio*. Estes Padres do Deserto, aos quais está associada toda a tradição contemplativa das Igrejas do Oriente, são atletas da fé. Vivem em grutas, empoleirados em árvores ou, como Simeão Estilita (Síria), agarrados a colunas. No Egipto, Antão, o Grande, despoja-se de todos os seus bens, distribui-os pelos pobres e isola-se, durante 20 anos, num fortim abandonado, e depois num túmulo! Alguns discípulos vão juntar-se-lhe, como Pacómio, o Grande, que cria na Tebaida a primeira comunidade monástica.

Estes pioneiros praticam a radicalidade das primeiras comunidades cristãs, a de Jerusalém, onde *todos os que tinham abraçado a fé punham tudo em comum, vendiam as propriedades e os bens e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um* (Actos dos Apóstolos). Entre eles, há eremitas, que se entrincheiram em locais inacessíveis, como as encostas do monte Atos (Grécia), a mergulhar no mar e onde ainda se escondem milhares de monges, protegidos das mulheres. Há os cenobitas, que instauram a primeira regra monástica e distribuem pelos pobres abrigo, cuidados e, já nessa altura, a sopa dos pobres. Há os acemetas, os monges que nunca dormem, ou antes, fazem turnos para que a oração nunca seja interrompida. Ou os *skites*, agrupados em torno de um mestre espiritual, numa espécie de *ashrams* cristãos.

A vida monástica nasceu no Oriente. Ela não se compara com a das grandes ordens que mais tarde se organizarão no Ocidente, em especial por iniciativa de São Bento, autor da regra beneditina no século VI. Nos místicos orientais, o acesso a Deus passa pela transfiguração em Jesus Cristo. A miséria e a morte são vividas como promessas de eternidade. A espiritualidade corresponde a um olhar maravilhado sobre a Criação. A natureza não é pecado e a graça de Deus é liberdade.

No Oriente, a concepção do mundo e da graça é menos repressiva, mais libertadora do que no Ocidente de Santo Agostinho. Isaac, o Sírio, que viveu em Ninive no século VII, escreveu algumas das mais belas páginas da literatura cristã:

Como o grão de areia não pesa tanto como o ouro, assim a exigência de um julgamento justo não pesa mais, aos olhos de Deus, do que a sua compaixão/ Como um punhado de areia no mar imenso, assim são as faltas da carne, em comparação com a Providência e misericórdia de Deus/ Como a fonte superabundante não poderia ser estancada por um punhado de poeiras, também a compaixão do Criador não poderia ser vencida pela maldade das criaturas!

A tradição de misticismo e de santidade das Igrejas do Oriente remonta aos feitos ascéticos dos primeiros séculos.

É certo que esta primeira vida monástica não está isenta de desvios, de violências mesmo, mas será sempre promovida como um ideal absoluto de perfeição cristã. No Oriente, desde sempre que o episcopado esteve reservado aos monges que fizeram voto de castidade (enquanto os padres podem ser casados).

Também no Ocidente o celibato monástico se torna regra -- a partir da Idade Média -- no clero secular. A busca de uma intimidade com Deus passa pelo total afastamento do mundo, numa gruta ou numa ermida, depois nos conventos ou mosteiros que, na charneira dos dois primeiros milénios, desenham a nova geografia espiritual da Europa. É aí, nos períodos de tumulto, a maior parte das vezes despertando desconfianças, que punhados de homens e mulheres vão viver a radicalidade deste frente-a-frente com Deus.

Hildegarde de Bingen: a profetiza

Mulheres, sim senhor, e muito antes de Teresa de Jesus. Não era uma posição confortável na Igreja medieval, onde todas as figuras simbólicas e sacralizadas -- papa, patriarca, padre, bispo ou eremita são monopolizadas pelos homens. Espera-se delas que obedeçam e sejam submissas. Daí a novidade estrondosa que representa o êxito de Hildegarda de Bingen (1098-1179) na Alemanha da Idade Média. Chamam-lhe a *sibila do Reno* e é ela quem inaugura a corrente do profetismo apocalíptico.

Desde os oito anos de idade que Hildegarda vive enclausurada num convento renano que acolhe jovens de sangue nobre, onde é iniciada na regra de São Bento. Toma o véu aos 15 anos. Depois de se ter tornado abadessa, leva a sua comunidade para Bingen, perto do monte de São Rupert, na região de Mogúncia.

A partir de Bingen, Hildegarda inicia digressões de prédicas por toda a Alemanha e troca correspondência com papas, imperadores, príncipes, bispos, abades e abadessas de mosteiros.

São centenas os sermões e cartas que irão impregnar toda a mística ocidental. Todos esses textos são fruto de *visões* e de *revelações* que Hildegarda diz ter desde os três anos de idade!

A Igreja atravessa um período de tumultos profundos. O clero está gangrenado pela simonia da corrupção. Apesar do perdão de Canossa (em 1077, o imperador Henrique IV cede perante Gregório VII na Questão das Investiduras), o papado e o império germânico entram de novo em confronto.

Os espíritos agitam-se. Eclodem as dissidências e as heresias, mas também novas formas de vida monástica em torno de um São Bernardo, que em Cister reforma a ordem beneditina (os cistercienses), em torno de ordens mendicantes (franciscanos, dominicanos), de associações de pregadores itinerantes (*Wanderprediger*).

Hildegarda de Bingen é *profetisa* no sentido bíblico do termo. Ou seja, fala em nome de Deus, intervém nos acontecimentos, procura decifrar o seu tempo. Apela à Igreja para que empreenda uma reforma de alto a baixo, anuncia a queda concomitante do papado e do império, interpreta os avanços dos albigenses na Alemanha como o princípio de uma catástrofe final, que designa por Apocalipse. Integra os tumultos da sua época na decadência dos tempos que deverá culminar na era do Anti-Cristo -- última provação antes do Juízo Final e do advento de um novo céu e de uma nova terra. Desperta as consciências, rectifica os erros, denuncia o clima de desamparo físico, mental, cósmico.

A atmosfera de escândalo e de santidade faz crescer a fama de Hildegarda, que se torna uma espécie de consciência moral e profética no império germânico. Vêm consultá-la, trazem-lhe doentes, gente possuída pelo demónio, que ela cura. Ao contrário de Teresa de Ávila, Hildegarda não experimenta os arrebatamentos místicos da união com Deus, mas insurge-se, como a futura santa espanhola, contra os conformismos do

seu tempo e da sua Igreja, e enfrenta a calúnia. Consegue conciliar a sua condição de visionária com a obediência à Igreja e escapar à fogueira. Depois da sua morte, ser-lhe-ão imputados numerosos milagres. Hildegarda de Bingen encarna um cristianismo apocalíptico que, mais tarde, os *místicos renanos*, reunidos em torno de Mestre Eckhart (1260-1327), irão disciplinar.

O surto de correntes místicas e o lugar que nelas ocupam os leigos, em especial as mulheres, são factores que perturbam o ambiente religioso do Ocidente a partir do século XII. Reagindo a uma escolástica que nada tem para dar, são cada vez mais os fiéis que procuram consolo à sombra dos mosteiros. Nos Países Baixos e nos germânicos, por exemplo, surgem as *beguinas*, pequenas comunidades informais de mulheres, a meio caminho entre as ordens religiosas e a vida secular. Não assumem votos, mas dividem o seu tempo entre o trabalho e a devoção. Levam uma vida religiosa sem deixarem de estar inseridas no mundo. Mas, por causa desta inovação, as beguinas são consideradas suspeitas. Os seus livros, redigidos numa linguagem comum, são queimados. A experiência directa com Deus deve estar reservada a uma elite reconhecida e controlada. E o que fazem as beguinas senão encorajar tendências esotéricas? A hierarquia eclesiástica sempre recebeu estas místicas *nebulosas*.

Os loucos em Cristo na Rússia

Quase em simultâneo, no outro extremo do mundo, na Rússia de Ivan, o Terrível (1530-84), surgem os *loucos em Cristo*. Tocando as raias da extravagância, o fenómeno prolongar-se-á por **três séculos**. Nas memórias de infância, Leão Tolstói descreve a sua experiência com um *louco em Cristo*, Gricha, quando da chegada deste à casa da sua família. Gricha, escreve o romancista, é um homem dos seus 50 anos, cara marcada pela varíola, de longa cabeleira branca, uma pêra rala e arruivada. De vestes esfarrapadas, trazia na mão um bordão de peregrino. Era cego de um olho, e a pupila branca da vista afectada estava sempre a saltar, imprimindo-lhe ao rosto já de si feio, uma expressão ainda mais repelente. Fosse Verão ou Inverno, prossegue o romancista russo, andava sempre descalço, visitava os mosteiros, oferecia pequenos ícones àqueles a quem se afeiçoava e proferia palavras enigmáticas que alguns tomavam por profecias. Na Rússia, os *loucos em Cristo* alimentam um clima de exaltação religiosa. Um dia, acrescenta Tolstói, Gricha pediu a Deus que lhe perdoasse os seus graves pecados, reclamando ainda: «Perdoa também aos meus inimigos.» Reergueu-se com um gemido leve, prosternou-se até tocar no chão e de novo se reergueu, apesar do peso dos grilhões, que embutiam no chão provocando um barulho seco e áspero. Tolstói, então um rapazinho, espreita por entre a porta, sustém a respiração: Gricha não se movia; do seu peito saíam suspiros profundos; na menina do olho da vista má, iluminada pela lua, uma lágrima havia-se atardado. «Que seja feita a tua vontade!», exclamou de repente, com um sotaque inimitável. Caiu de frente, o rosto contra o chão, e desfez-se em lágrimas como uma criança.

O século XVI russo está repleto de histórias de *loucos em Cristo* (*yu-rodivy*), simultaneamente bobos de corte e patetas de aldeia, possuídos e iluminados. Marginais, nus, arrastando grilhões como Cristo, vivendo no meio dos pobres e mendigos, são prisioneiros de uma loucura física, que simulam, e da *loucura da Cruz*, como diz Olivier Clément. Os *loucos em Cristo* frequentam os locais de mal-afamados, obrigam os transeuntes a parar na rua, fulminam com imprecações uma sociedade em que sobretudo contam a aparência e o dinheiro, têm o dom da profecia que faz que todos desconfiem deles e ao mesmo tempo os venerem.

Os loucos em Cristo renunciam voluntariamente à razão para denunciar a crueldade dos poderosos. Basílio, o Bem-Aventurado, o principal conselheiro do czar Ivan, o Terrível, nos primeiros tempos do seu reinado, antes dos anos de tirania sanguinária, é um destes *loucos*, que ele mandará inumar na *Bela Praça* de Moscovo -- a futura Praça Vermelha -- e a quem ainda é consagrada a esplêndida igreja de cúpulas em espiral e multicolores que constitui uma das jóias da capital russa. Por volta de 1570, depois de ter posto Novgorod a ferro e fogo, Ivan, o Terrível, ataca uma outra cidade do Norte, Pskov. As famílias, aterrorizadas, oferecem pão e sal, em sinal de paz. Um dia, porém, um homem atravessa-se no seu caminho e diz-lhe: *Ivanuchka, Ivanuchka, come o pão e o sal em vez de beberes o sangue humano. E Nicolau, o louco em Cristo*, desaparece tão depressa como falou.

Intrigado, movido de curiosidade pela reputação do jovem, o czar arranja forma de se encontrar com ele. O *yurodivy* recebe-o na espécie de pocilga onde vive, na base de uma campânula. Nicolau vai buscar a sua toalha branca mais bonita, põe sobre a mesa um pedaço de carne crua e convida o czar a prová-la. Ivan sente-se ofendido: *Sou cristão, não como carne na Quaresma*. Nicolau reage de pronto: *Mas não te importas de beber o sangue dos cristãos!* E lança ao czar palavras terríveis, ordenando-lhe que ponha fim aos massacres. Ivan responde-lhe que pode suspender as execuções, mas não proibir os massacres. Então Nicolau corre com ele: *Já daqui para fora, estrangeiro! Se te demoras, nem sabes de que terra és*. No mesmo instante, alguém vem anunciar ao czar a morte do seu melhor corcel. Aterrorizado, o tirano abandona a cidade. Nicolau morre em 1576 e, como Basílio, desaparecido 25 anos antes, será canonizado pela Igreja Ortodoxa da Rússia. Fédor, filho de Ivan, o Terrível, será, também ele, um *louco em Cristo*; chega a subir ao trono (1564-98), mas será o seu cunhado, o famoso Bóris Godunov quem vai governar.

Dar-se-á o caso de, neste final do século XX, o mundo atravessar um novo período místico? No pós-guerra e mais ainda na viragem dos anos 70, ninguém atribuiria importância à intuição de Malraux sobre o regresso do religioso (*Le XX^e siècle sera spirituel*). Não se dizia que Deus estava morto e enterrado? Sem flores nem coroas. Filósofos, sociólogos e outros mestres do pensamento apostavam forte na cada vez maior *secularização* do mundo. Mas se é verdade que esta tendência de fundo permanece, ela não é a única. O desencantamento perante a modernidade traduz-se em novas formas de efervescência religiosa. Como diz a socióloga Danièle Hervieu-Léger, *as sociedades modernas e racionais são também aquelas em que prolifera a crença, a par com a incerteza social e individual*.

Autor, em 1968, de um livro essencial, *The Secular City* (A Cidade Secular), o americano Harvey Cox escreveu, trinta anos depois, *O Regresso de Deus* [a partir do título da edição francesa]. Para ele, o *pentecostismo* cristão -- que privilegia uma leitura literal da Bíblia e a experiência directa do divino --, muito presente nas grandes metrópoles do Terceiro Mundo, vai ser a religião do século XXI. O crescendo de correntes *carismáticas* nas Igrejas Católica e Protestante faz parte do mesmo fenómeno. Os carismáticos invocam o Espírito Santo, reconhecem nas suas fileiras dons (*carismas*) de profecia e de cura, atribuem grande importância à oração, à emoção, à dança e ao corpo, ao *falar* línguas desconhecidas (glossolalia), etc. As suas comunidades de *vida* fazem escolhas radicais. São pronunciados votos de pobreza, obediência, castidade, mas, ao contrário das comunidades monásticas tradicionais, nelas são acolhidos homens e mulheres, casais e celibatários, adultos e crianças.

Durante muito tempo, as autoridades religiosas, movidas de desconfiança em relação a todo o género de espiritualidade em estado bruto, viram nos carismáticos elementos *diabólicos*. Hoje, é-lhes reconhecido um lugar próprio nas Igrejas, que tende a ser cada vez maior. Esta e-

volução é típica do sentimento religioso do homem moderno, mais místico do que ético, em que a experiência pessoal conta mais do que a adesão colectiva, a emoção mais do que o conhecimento, a aventura interior mais do que o comprometimento militante.

Só acreditamos naquilo que nós próprios experimentamos. Desconfiamos das verdades oficiais das Igrejas, tal como das da política, da ciência ou da medicina. Este fenómeno confirmam, no dealbar do século XXI, a extraordinária fluidez das crenças. Além dos grupos identificados como sectários ou fundamentalistas, impõem-se novas formas de religião mística, que poderão, por vezes, **passar por heterodoxas**, mas já deixaram de ser marginais.

13

Os devotos da liberdade perante
a vingança dos papas

No século XIX, a Igreja romana afronta as ideias novas saídas das Luzes e da Revolução Francesa. Através de intelectuais subversivos -- Lamennais, Renan, Loisy --, ela ajusta contas com a liberdade, o cientismo, a modernidade. Dirá o contrário, um século mais tarde, quando do Vaticano II.

Em *A Democracia na América* (1835), **Alexis de Tocqueville** descreve a tensão no século XIX entre a liberdade e a religião: *Os homens religiosos combatem a liberdade e os amigos da liberdade atacam a religião; espíritos nobres e generosos elogiam a escravatura e almas baixas e servis preconizam a independência; cidadãos honestos e esclarecidos são inimigos do progresso, enquanto homens sem patriotismo e sem costumes se tornam apóstolos da civilização e das Luzes! Será que todos os séculos se pareceram com o nosso? O homem teve sempre diante dos olhos, como tem nos nossos dias, um mundo onde a virtude não tem génio e o génio não tem honra; onde o amor da ordem se confunde com o gosto dos tiranos, e o culto sagrado da liberdade com o desprezo pelas leis humanas; onde nada parece proibido ou permitido, honesto ou desonroso, verdadeiro ou falso?*

Eles são os dois *enfants terribles* do catolicismo do século XIX. Aduados ou odiados. Dois destinos nascidos na Bretanha, perto dos esquilos, das marés de espuma e das rochas: Félicité de Lamennais em Saint-Malo, Ernest Renan em Tréguier. O primeiro dado à melancolia, o segundo ao sonho e à poesia. Mas com granito na cabeça e fogo no verbo. Criados no meio de mulheres e de padres, ávidos de trabalho e de carreira. Ambos vítimas da vindicta dos papas e das censuras romanas. Lamennais e Renan romperam com a sua Igreja. O seu único erro foi terem tido razão demasiado cedo. Lamennais acreditou na aliança de Deus com a liberdade, Renan na de Deus com a verdade. No século seguinte, os factos far-lhes-iam justiça. Sem os reabilitar.

Deus e a liberdade: é a divisa que adopta um pequeno grupo de intelectuais que, a 16 de Outubro de 1830, em Paris, depois dos Três Gloriosos, lança o primeiro número de *L'Avenir (O Futuro)*. O redactor-chefe é o abade Félicité de Lamennais, 48 anos, uma vocação tardia mas uma ordenação rapidíssima, em 1816, em Vannes. Uma reputação de alma destroçada, de escritor romântico, que lembra -- segundo o seu biógrafo Charles Chauvin -- a eloquência de Bossuet e o estilo arrebatado de Rousseau. Ele recrutou outros religiosos, como Philippe Gerbet, Henri Lacordaire, brilhante capelão do Colégio Henrique IV, Prosper Guéranger, e leigos como Charles de Caux, o barão de Eckstein, o visconde

Charles de Montalembert, educado à moda britânica por mãe escocesa. Uma média de idades que ronda os 30 anos, temperamentos inflamados, uma fé de neófitos na *regeneração* da Igreja e na sua conciliação -- sem as ambiguidades do abade Grégoire e da Constituição Civil do Clero -- com os ideais da Revolução.

L.Avenir é uma das mais belas aventuras do espírito, mas também uma das mais efémeras do século. Nela se celebra febrilmente a liberdade de consciência, a liberdade de instrução -- contra qualquer monopólio, seja da Igreja ou do Estado --, a liberdade das comunas, a liberdade de associação, contra o individualismo da Revolução e o egoísmo dos ricos. Muito antes do padre Combes e dos anticlericais da Terceira República, *L.Avenir* denuncia a concordata assinada por Napoleão e Pio VII, reclama a supressão dos orçamentos eclesiásticos, *naco de pão* lançado ao clero para comprar o seu silêncio, e a separação da Igreja e do Estado, uma questão abordada sete vezes só nos 16 primeiros números. *Somos pagos por aqueles que nos olham como hipócritas ou imbecis e estão convencidos de que a nossa vida depende do dinheiro deles*, escreve o abade Lamennais. *O seu tratamento é tão injurioso que os homens que o sofrem caem necessariamente abaixo do desprezo.*

1830 é uma primeira *Primavera dos Povos*. *L.Avenir* entusiasma-se com os católicos da Bélgica que, em Outubro, se aliam aos anticlericais para reclamar a independência junto do déspota protestante que reina nos Países Baixos. Com os católicos irlandeses de Daniel O'Connell, que se bate contra a monarquia e a Igreja de Inglaterra. Com os patriotas polacos que, em Novembro, se sublevam contra o czar Nicolau I. O jornal recolhe assinaturas, reclama uma intervenção francesa para salvar Varsóvia, *sentinela avançada de Deus e da liberdade*. Apoia, ainda, os gregos contra os turcos, mas mantém-se silencioso sobre a anarquia social e as revoltas que sacodem os Estados do papa. Lamennais sonha com uma *internacional* católica, ligando os liberais de França, da Bélgica, da Alemanha, da Polónia ou de Itália.

Nos seminários, lê-se esta literatura subversiva às escondidas. Mas o episcopado gaulês, bem como o liberal Luís Filipe, suspeito de simpatia pela franco-maçonaria, ou os jesuítas e sulpicianos que dominam o clero em Paris não podem tolerar por muito mais tempo estes agitadores isolados que nem a monarquia nem a Igreja controlam. Alguns artigos valem a Lamennais e a Lacordaire as honras da censura e, a 31 de Janeiro de 1831, um rigoroso processo por ofensa ao rei. O arcebispo de Toulouse, monsenhor Astros, sobrinho de Portalis, inicia a redacção dos *cinquenta e seis erros* que deveriam comprometer Lamennais perante a censura, em França, e o Santo Ofício, em Roma. Porque as denúncias caluniosas chegam até ao papa. Partem dos bispos franceses, mas também das chancelarias russa, austríaca, prussiana, e de Metternich, duro defensor da ordem instituída na Europa, que se inquietam com os liberais do escrevinhador bretão.

O nó vai-se apertando em torno de Lamennais e das suas ovelhas. O número de assinantes de *L.Avenir* nunca ultrapassará a fasquia dos três mil, mas serão os anátemas fulminantes contra o jornal que acabarão por o asfixiar. Os seus fundadores preparam um plano de contra-ataque: apelar directamente ao papa, que pensam sofrer más influências e estar mal informado. *Os nossos princípios são os de Roma, são inatacáveis*, argumenta Lacordaire, generoso mas candido. Lamennais recorda-se de que no início da carreira as suas posições eram ultrapapistas. Não fora ele, afinal, que no *Ensaio sobre a Indiferença*, que em 1817 lhe tinha valido uma glóriarelampago (13 mil exemplares vendidos num ano), além das homenagens de Hugo e de Lamartine, escrevera: *Sem papa, não há Igreja; sem Igreja, não há cristianismo; sem cristianismo não há religião, sem religião não há sociedade?*

Nem Joseph de Maistre nem outro qualquer dos *ultramontanos* para quem Roma é o centro da Terra e o papa a autoridade universal haviam conse-

guido fazer melhor. O Lamennais do *Ensaio sobre a Indiferença* tinha-lhe valido o título oficioso de pai da Igreja. O escritor bretão pertence à geração que não esqueceu nem as mascaradas do culto do Ente Supremo nem os massacres de Setembro de 1793. Mas que crê ingenuamente que a humanidade deve tudo à religião cristã -- dos seus hospícios para velhos ao génio de um Bossuet, de um Miguel Angelo, de um Rafael --, que a mensagem de Cristo suplanta todas as concepções morais do universo, que os seus adversários são menos inimigos da Igreja do que do género humano, *sacrílegos culpados de lesa-humanidade* (Louis le Guillou). Para esta geração embriagada por Chateaubriand e pelo seu *Génio do Cristianismo* (1802), a doença infantil da Revolução é o divórcio com a religião, que precedeu a sua anarquia moral. Simetricamente, a doença infantil do cristianismo é a de confundir-se com a autoridade absoluta e instituída. Lamennais é um dos raros a gritá-lo, com os Dollinger na Prússia, Schelling na Baviera e Wiseman ou Newman em Inglaterra. É uma linguagem inaudível pelo papado desse tempo.

A caixa de rapé de Gregório XVI

Quando, em Novembro de 1831, com Lacordaire e Montalembert, o redactor-chefe de *L'Avenir* toma o caminho de Roma -- peregrinos de Deus e da liberdade, como se intitulam a si próprios --, Lamennais recorda-se da sua primeira entrevista com Leão XII, sete anos antes, e do acolhimento afável do papa ao sábio e corajoso escritor francês. Sucessor de Pio VII, que Napoleão tratara como um lacaios e encarcerara em Fontainebleau, Leão XII tinha apreciado o jovem Lamennais, sempre pronto a sacudir o jugo gaulês. Tinha-lhe acenado com um lugar num colégio ou numa biblioteca romana, e pensado mesmo em dar-lhe *in petto* o chapéu de cardeal. Para melhor o abafar pela *purpura*, confessará mais tarde o secretário de Estado, monsenhor Capaccini. Porque, de facto, Roma detesta a exaltação liberal deste padre. Que ele faça sermões aos bispos de França, ainda vá; mas que dê lições de liberdade à Europa inteira, e de independência à Igreja, isso desagrade profundamente ao papado, tanto mais determinado em barrar o caminho às ideias liberais quanto, em Itália, a revolta contra o trono pontifício faz estridor.

Quando Lamennais desembarca em Roma, uma flor na ponta do fuzil, um novo papa acaba de ser eleito. Gregório XVI, de seu verdadeiro nome Bartolomeu Capellari, é um monge camaldulo, autor de uma obra cujo título, por si só, já é um programa completo para um pontificado de combate: *O triunfo da Santa Sé e da Igreja contra os assaltos dos inovadores*. Antes de ter sido eleito papa, dirigira na Cúria, com grande intransigência, a Congregação da Propaganda. Tornar-se-á um desses papas *zelanti*, que pecam por excesso de zelo contra as ideias novas, pela afirmação da soberania do catolicismo, da eternidade de Roma e da infalibilidade papal. É muito impopular nos Estados pontifícios, dirigidos com mão de ferro. Com a sua morte, em 1846, quando se abrem as portas das prisões romanas, encontram-se mais de 400 presos por delitos de opinião, a acrescentar aos 600 proscritos no estrangeiro.

A 13 de Março de 1832, muito intimidados, Lamennais, Montalembert e Lacordaire entram no palácio papal. São como três crianças que vêm ao encontro do pai, esperando dele conselhos, afecto e amor (Louis le Guillou). Estão prontos a emendar-se se o papa Ihes disser que estão a ir por caminho errado. Apesar da boa vontade, os visitantes franceses são obrigados a esperar mais de uma hora nas antecamaras cheias de guardas-nobres e de padres em violeta e preto (Montalembert). À chegada do pontífice, correm para ele, curvam-se nas genuflexões habitu-

ais, beijam os pés sagrados daquele que encarna o único poder que reconhecem na terra, ao qual estão dispostos a obedecer incondicionalmente porque está investido de uma missão divina.

Gregório XVI tem bom aspecto. Bastante corpulento, nariz arrebitado, *exibe um ar tranquilo*. O papa mantém-se de pé diante dos convidados, as mãos nos bolsos da sotaina sem mácula. Estariam eles à espera de uma abordagem exaustiva e sucinta, a nível planetário, da posição da Igreja perante o racionalismo, o liberalismo e a franco-maçonaria que agitam a época? Mas os *peregrinos da liberdade* rapidamente se desiludem. O papa abre a sua caixa de rapé em lápis-lazúli e convida-os a servirem-se. Disserta sobre os méritos de um cura de Genebra e os do irmão de Lamennais, Jean, um padre que, ele sim, não tem desvios no seu percurso, fala das escolas na Bretanha, da piedade dos católicos em França. Sorri de uma graça, que um cardeal lhe contou, que garante que os franceses irão todos para o inferno ou todos para o paraíso porque, para eles, não há purgatório. Mostra-lhes uma estátua de Moisés, de Miguel Angelo, distribui medalhas douradas de São Gregório, abençoa rosários e despede-se delicadamente dos convidados. Nem uma palavra sobre os escritos de Lamennais, ou sobre o memorando explicativo que o fundador de *L.Avenir* tinha tido o cuidado de lhe fazer chegar antes da audiência.

Lamennais nem quer acreditar, interroga-se se viu o papa em pessoa ou apenas um alto funcionário da Igreja desejoso de fugir a qualquer tipo de conversa séria. Mas as suas surpresas estão longe de terminar. A 9 de Junho de 1832, quando os peregrinos franceses ainda estão em Roma, Gregório XVI publica uma carta papal ordenando aos católicos da Polónia que se submetam ao czar da Rússia, e aos seus bispos que sancionem os que chefiam a rebelião e *se ergueram, com o pretexto da religião, contra o poder de soberanos legítimos*. Nicolau I, czar da Rússia ortodoxa, cismática, tinha posto fim à revolta dos patriotas polacos recorrendo a crueldades atrozes (execuções, deportações). Inspirada pelo príncipe Gagarin, embaixador do czar em Roma, a ordem papal é uma facada nas costas da Polónia e uma ajuda a todos os déspotas da Rússia, Áustria, Prússia, França, que defendem a ordem instituída.

Lamennais bebe o cálice até à última gota. A 15 de Agosto de 1832, quando encontra em Munique outros católicos liberais, toma conhecimento da encíclica *Mirari Vos*, de Gregório XVI, a primeira das bombas antiliberais que Roma não mais deixará de lançar. À distância de século e meio, é difícil avaliar a violência dessas declarações de guerra pontifícias. Na *Mirari Vos*, o papa denuncia *as opiniões funestas espalhadas pelos pérfidos liberais, a nascente infecta do indiferentismo, de onde decorre a máxima absurda e errónea, ou melhor, o delírio segundo o qual é preciso garantir a cada um a liberdade de consciência. Erro doentio, pernicioso, ataca a encíclica, porque abre caminho a essa liberdade de opiniões, absoluta e sem freio, que, para ruína da Igreja e do Estado, se espalha por toda a parte*.

L.Avenir é directamente visado. E como se tudo isto pudesse não ser bastante claro, em Munique Lamennais tinha uma carta de Roma à sua espera; o autor, o cardeal Pacca, diz-lhe que *o papa desaprova e reprovava todas as doutrinas relativas à liberdade civil e política, a qual tende (...) a propagar o espírito de sedição e de revolta dos súbditos contra os soberanos. Este espírito está em flagrante oposição aos princípios do Evangelho e da nossa Santa Igreja, a qual prega aos povos a obediência e aos soberanos a justiça*.

Com a morte na alma, a redacção de *L.Avenir* submete-se e afunda-se. Perseguido pelos inimigos, abandonado pelos amigos, enclausurado na sua propriedade bretã da Chênaie, Lamennais digere o fracasso. Rejeita a aliança dos czares e dos papas: *Os ukases estão de acordo com as bulas e as bulas com os ukases*. Afia as suas facas contra o *entourage* do papa, esses *frenéticos imbecis que evocam os tártaros para restabelecer na Europa aquilo a que chamam ordem e que adoram o salvador da I-*

greja

no Nero da Polónia. Denuncia com as tonalidades de um Savonarola ou de um Lutero a corrupção que reina em Roma, *a cloaca mais infame que alguma vez conspurcou o olhar humano*.

O padre é privado dos poderes sacerdotais no momento em que o escritor está no auge da glória. Em 1834, *Palavras de Um Crente*, um *best-seller*, marca a sua ruptura. Ruptura com a Igreja, e com Luís Filipe e os Molé, Soult, Thiers e Guizot que governam a França. Lamennais vai para a prisão, saúda com entusiasmo a Revolução de 1848, consente que anticlericais, liberais, socialistas o recuperem, antes de morrer -- sem absolvição -- em 1854, e de deixar dito que queria ser enterrado no Père-Lachaise, civilmente. Numa Quarta-Feira de Cinzas. Quis ser inumado na vala comum para poder *repousar entre os pobres*. O coveiro pergunta se deve colocar uma cruz na campa. Um seco *não* abate-se sobre os restos mortais daquele a quem Jean Lebrun, numa expressão magnífica, chamará o *profeta fulminado*.

A crise modernista

Bretão, com sangue gascão por parte da mãe, Renan não tem o arrebatamento de um Lamennais, de quem elogia as qualidades de visionário mas detesta a *impetuosidade de javali*. Ao longo da sua carreira de sábio respeitado e estimado, no entanto, será tão zeloso a expor o seu ceticismo como o foi Lamennais a propagar a sua paixão liberal. Quando o pequeno bolseiro sai de Tréguier, *cidade-mosteiro onde nenhum ruído do exterior penetrava*, para ir estudar para padre em Paris, deixa atrás de si a fé tosca e ingénua dos camponeses e marinheiros bretões e ingressa no clericato de um Dupanloup ou de um De Quélen, que são então as *águias* de um episcopado onde *os favores das pessoas pertencentes ao mundo educado se tornam o supremo, critério do bem*.

O seminário cheira a cera e a naftalina. Em Saint-Nicolas du Chardonnet, como nos padres sulpicianos de Issy, censura-se o ensino da História ou das Ciências que possa suscitar a menor crítica da fé católica. Esta é posta *acima de dúvida* por um corpo clerical que garante o *isolamento total do meio circundante*. Um dia, um dos seus professores compara a mulher a uma *pistola*... porque dispara de longe!

O jovem Renan estuda o hebraico e outras línguas semitas com o fervor de um entomologista. Vê cavar-se um fosso enorme entre as narrativas que lhe fazem da Bíblia e a realidade histórica. O seu espírito torna-se cada vez mais rebelde em face do ensino do Génesis, da criação do mundo em sete dias, do paraíso terrestre e do pecado de Adão e Eva. Obriga-se a continuar a acreditar. Nas memórias de infância e de juventude, Renan confessará ter precisado de *dez anos de trabalhos forçados* para admitir que os padres não são infalíveis. Quanto tudo parece destiná-lo a uma brilhante carreira eclesiástica, Henriette, a irmã mais velha, que tinha perdido a fé, convence-o definitivamente a renunciar a disciplinas que se lhe tornaram estranhas. Apesar de ter recebido ordens menores, deixa o seminário, ganhando com isso a fama de *despadrado* que o acompanhará toda a vida.

O cadeado parte-se. Eh quanto explicador no Quartier Latin, Renan trava amizade com um jovem cientista, Marcelin Berthelot, que o converte à ideia de que a ciência positiva permite atingir toda a verdade. Como o Lamennais do *Ensaio sobre a Indiferença*, Renan continua seduzido por um cristianismo que aceita as verdades morais que ensina como eternas, mas, a partir daí, a sua fé no progresso ilimitado do espírito aproxima-o de um Saint-Simon ou de um Augusto Comte, cujo credo é a lei dos *três estados*:

ao estado teológico e ao estado metafísico da humanidade segue-se um estado positivista. A razão e a ciência explicam tudo, incluindo a religião. Fora delas, tudo é artifício, fantasma, sonho.

Depois de uma missão na Síria e na Palestina, os trabalhos de Renan sobre as origens do cristianismo, nomeadamente a sua *Vida de Jesus*, publicada em 1863, causam escândalo. Antes de ser demitido, o titular da cadeira de Hebraico no Colégio de França propõe uma leitura entusiasmante de Jesus (*um homem incomparável*), ainda que racionalista. Ele não pode ser filho de Deus. Ora, na época, a crítica histórica das Escrituras, reivindicada, desde antes das Luzes, por Espinosa ou Richard Simon, continua a ser uma blasfémia! Mas como continuar a acreditar cegamente nos textos sobre a criação do mundo, nos dogmas da divindade de Cristo e da Ressurreição, quando um sábio como Charles Darwin divulga a chave da evolução das espécies? Ou num catecismo que repete que o mundo foi construído 4000 anos antes de Jesus Cristo? Trinta anos antes de Renan, já David-Friedrich Strauss causara escândalo ao escrever que os Evangelhos eram não História, mas narrativas simbólicas e uma catequese. Começa o *desencantamento do mundo*, de que falaria Marcel Gauchet um século mais tarde.

Mas a Igreja fecha-se a sete chaves, e não será porque a questão da liberdade se põe a nível da exegese dos textos sagrados, e não da política e da moral, que se tornará mais tolerante. A *inerrância bíblica* permanece lei absoluta. Por outras palavras, a Bíblia não pode enganar-se porque a sua narrativa é inspirada. No Concílio de Trento (1545-63), contra a pretensão protestante de dar palavra só às *Escrituras*, a Igreja Católica erigira-se em dona absoluta de toda a interpretação. E, em 1893, o papa Leão XIII, tido como de espírito mais aberto, escreve, na sua encíclica *Providentissimus*, que *os livros canónicos, na sua totalidade, foram ditados pelo Espírito Santo, que não comete o mínimo erro. Como poderia Deus, a Verdade Suprema, errar?*

Condena-se toda a fantasia. O exegeta Alfred Loisy, entre outros, aprendê-lo-á à sua custa. Como Renan, este professor no Instituto Católico de Paris deixou de poder calar a distância cada vez mais gritante entre o património científico e a letra da Bíblia e dos Evangelhos. Mas, ao contrário do sábio bretão, Loisy manter-se-á fiel à Igreja, até que o expulsam. Em 1893, quando da sua última aula, deixa em sobressalto, sem excepção, alunos e colegas. *Não devemos ficar surpreendidos, previne o abade Loisy, se um destes dias soubermos que um professor universitário católico foi considerado perigoso por ter dito, no ano da graça de 1892, que a narrativa dos primeiros capítulos do Génesis não é para ser historicamente tomada à letra e que a pretensão sintonia da Bíblia com as ciências naturais não passa de uma brincadeira lamentável.*

O impertinente é imediatamente convidado a renunciar ao ensino. A partir de então, como Lamennais, irá travar o seu combate pé ante pé. Em 1902, publica um pequeno livro *vermelho* sobre as relações do cristianismo com as mentalidades. Repleto de expressões que agriDEM: *Jesus anunciava o Reino, mas quem veio foi a Igreja* Loisy opõe os Evangelhos à Igreja, compara o que Jesus pregou com o que a Igreja pregou sobre Jesus! Os símbolos e os dogmas nunca deixaram de evoluir em função do conhecimento histórico, insiste ele, ao mesmo tempo que exorta a *uma interpretação nova das velhas fórmulas*. O cardeal Richard, arcebispo de Paris, proíbe o livro. Em 1903, a maioria das obras de Loisy estão no Index. Quatro anos mais tarde, é directamente visado pelo decreto *Lamentabili*, de Pio X, e pela encíclica *Pascendi*, que faz do modernismo o *ponto de encontro de todas as heresias*. As suas retractações são consideradas insuficientes e, em 1908, Loisy é excomungado.

Do Vaticano I ao Vaticano II

Será ainda preciso repetir que a Igreja perdeu, no século XIX, a in-

telligentsia e a classe operária? Não viu chegar a explosão dos movimentos nacionais, nem a reivindicação democrática, nem a revolução industrial, científica e técnica. Prefere fechar-se no seu estatuto de *sociedade perfeita*, de *suprema legisladora*. Combate as ideias novas do Estado-Nação e da democracia, que se apresenta como fonte de direitos. Em vez de Lamennais ou de Renan, bem poderíamos ter escolhido como testemunho dessa cegueira Frédéric Ozanam, o apóstolo de uma abertura social que, depois da revolta dos operários das fábricas de seda em Lião (1831-34), pede à sua Igreja para se *abrir aos gentios* (São Paulo) -- hoje diríamos cercar os subúrbios. Ou um Marc Sangnier, fundador do Sillon, utopia de um cristianismo democrático e social, condenado por Pio X em 1910. Ou ainda um abade Portal, lazarista, defensor apaixonado da causa ecuménica, que Jean Guittou transformará num génio.

O século XIX é um século de combate. O *intransigentismo* dos papas alimenta-se de um anticlericalismo que tem o vento de feição e que as declarações de guerra católicas vão tornando progressivamente mais intolerante. Em 1864, um ano depois da *Vida de Jesus* de Renan, o *Sylabus* do papa Pio IX faz estremecer o próprio Napoleão III, que proíbe a sua publicação em França. Nesta balbúrdia de *erros monstruosos* da sociedade moderna, o racionalismo, o cientismo, o socialismo e o liberalismo são condenados. A última das oitenta *condenações* suprime a ideia de que o *pontífice romano pode e deve reconciliar-se e ser transigente com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna*. A reacção de Montalembert é profética: *Vão ver como os nossos adversários tirarão partido do «Sylabas»*. A palavra *transformar-se-á no seu grito de guerra*.

O papa-rei está cercado por todos os lados. Último monarca absoluto de Roma, Pio IX, que tinha começado o seu reinado abrindo as prisões, reprime ferozmente os nacionais que militam pela unidade italiana. Depois da Revolução de 1848, pede a intervenção do exército imperial da Áustria e do de Luís Napoleão Bonaparte para expulsar a República romana de Mazzini. Este é proscrito. *Cavou-se um abismo entre o papado e o mundo*, escreve. *Santo Padre, vê-se sangue nas tuas sandálias brancas*, acrescenta Vítor Hugo em *Os Castigos*. Em 1870, rebenta a guerra entre a França e a Prússia. A 20 de Setembro, depois de revoltas sucessivas, as tropas francesas deixam Roma. As de Vítor Emmanuel II ocupam o seu lugar. O poder temporal dos papas chegou ao fim. Um ano depois, Pio IX rejeita a lei das garantias que o primeiro governo italiano lhe submete e encerra-se no Vaticano, onde, a partir de então, declara estar *prisioneiro*. Será preciso esperar pelos acordos de Latrão, em 1929, entre o papa e Mussolini, para pôr fim à *questão romana*. Entretanto, em França, as igrejas cantam: *Salvai Roma e a França em nome do Sagrado Coração*.

Pio IX reúne, pela primeira vez em três séculos, um concílio, o Vaticano I -- que os acontecimentos de 1870 vão obrigar a dissolver-se precipitadamente, mas que ainda terá tempo para adoptar a espectacular *infalibilidade* do papa, que continua a suscitar incompreensões e resistências. Este magistério infalível restringe-se às intervenções do papa *ex cathedra*, isto é, no quadro estrito da sua responsabilidade em matéria de costumes e de fé, mas é assinalável o alcance simbólico do dogma. A infalibilidade é votada por 535 bispos. Cerca de sessenta opositores já deixaram Roma. Em França, ao mesmo tempo que por trás de Louis Veuillot e de *L'Univers* os católicos intransigentes triunfam, os liberais, como monsenhor Dupanloup, vivem momentos de consternação.

Sem condescenderem com a impaciência de um Lamennais ou a fé ingénua de um Renan na ciência e no progresso, outros intelectuais franceses vão reconciliar o cristianismo com a intelectualidade do seu tempo. Entre esses, citem-se Huysmans, Claudel, Péguy, Jacques e Raïssa Maritain, Psichari, neto de Renan. Em 1962, tem início em Roma o Concílio

Vaticano II, com a promessa de que nunca mais serão proferidas condenações doutrinárias. Trata-se de uma estreia e ninguém parece acreditar que a Igreja seja capaz de superar o imobilismo enquistado por séculos de crispções. Não havia muito, em 1954, e a mesma Igreja não hesitara em sancionar os padres-operários e teólogos conceituados como Henri de Lubac, Yves Congar, Marie-Dominique Chenu, Pierre Teilhard de Chardin...

Mas, para surpresa geral, estes são reabilitados. É com o Vaticano II (1962-65) que o catolicismo muda de século e de espaço. Sob o impulso de bispos alemães, holandeses, franceses, americanos, asiáticos, africanos, a Igreja muda a sua forma de estar no mundo. Mostra-se mais tolerante na defesa da sua verdade, descentraliza-se, estimula o diálogo com os protestantes, anglicanos, ortodoxos, com os judeus ou os muçulmanos, autoriza a renovação bíblica e litúrgica que ainda ontem era condenada pelos papas *antimodernistas*. No seu texto de referência, *Gaudium et spes* (*Alegria e esperança*), ela recupera uma parte do atraso em relação

às ciências humanas, envolve-se nos direitos do homem e na democracia, abre-se à cultura moderna, mobiliza-se pela justiça social. Infalível e intransigente ontem, a Igreja torna-se mais humilde, tateante. Para, no século XX, enfrentar um último desafio: a descrença.

14

Testemunhas da fé num mundo sem Deus

No século XX, homens e mulheres, dos cinco continentes e de várias confissões, retiram todas as consequências da sua fé cristã. Comprometem-se a servir Deus e os homens, por vezes até ao martírio. E aqui surge o admirável pastor Dietrich Bonhoeffer, enforcado em 1945 pelos nazis, Martin Luther King e Oscar Romero, assassinados pelo seu combate contra o racismo nos Estados Unidos e a violência institucionalizada na América Latina. Mas também Desmond Tutu e Madre Teresa, na linha da frente da luta contra o apartheid na África do Sul e a pobreza extrema na Índia.

Eu tenho um sonho: o de que os homens, um dia, se ergam e compreendam que foram feitos para viverem uns com os outros como irmãos.

Eu tenho um sonho: o de que um dia todos os negros deste país, todos os homens de cor do mundo inteiro serão julgados pela sua personalidade e não pela cor da sua pele.

Eu tenho um sonho: o de que um dia as barrigas vazias ficarão cheias, a fraternidade seja mais do que uma simples palavra no final de uma oração.

Eu tenho um sonho: o de que um dia a guerra acabe, os homens transformem as suas espadas em relhas de arado e as suas lanças em foices, as nações deixem de lutar entre si e nunca mais enfrentem a guerra (...).

Com esta fé, saberemos esculpir uma pedra de esperança na montanha do desespero.

Com esta fé, poderemos trabalhar juntos, orar juntos, lutar juntos, ir para a prisão juntos, conservar a liberdade juntos. Esse será um dia maravilhoso. As estrelas da manhã cantarão em uníssono e os filhos de Deus soltarão gritos de alegria.

É este o sonho de Martin Luther King, retirado do seu último sermão

de Natal, em 1967.

à entrada do motel Lorraine de Memphis (Tennessee), alguém escreveu: *Eles disseram entre si: «Eis que chega o tal sonhador! Vinde, matemo-lo. Veremos o que acontecerá com os seus sonhos!»* Trata-se de uma passagem do Livro do Gênesis (37-18) evocando a conspiração contra José, filho de Jacob, fomentada pelos irmãos, que tinham ciúmes dele. Na varanda do primeiro andar deste modesto hotel de Memphis, a 4 de Abril de 1968, pelas seis da tarde, Martin Luther King está em amena cavaqueira com Ralph Abernathy e Jesse Jackson, seus companheiros, de pé no parque de estacionamento por baixo. Os líderes do movimento dos direitos civis tinham vindo organizar uma manifestação de apoio -- mais uma -- aos varredores de rua da cidade, na maioria negros, que estavam em greve.

De repente, Luther King cai sobre a balaustrada e o seu corpo desaba no chão. De um dos edifícios em frente do hotel, alguém disparou. A varanda fica vermelha com o seu sangue. O líder negro americano, Prémio Nobel da Paz quatro anos antes, fora assassinado. A polícia prenderá um cadastrado, James Earl Ray, um branco com um passado racista, que se dará por culpado. Posteriormente, porém, voltará a depor, comprometendo o meio empresarial do Missouri, que teria posto a cabeça de Luther King a prémio. A emoção é imensa. O mundo celebra um profeta. Coretta, a viúva, dirá que nos quatro dias de luto houve mais pessoas a ouvirem a sua mensagem do que nos 12 anos de pregação pelo Sul profundo dos Estados Unidos.

Fizeram do pastor baptista um *cocktail* de não-violência à Gandhi e de radicalismo evangélico. Martin Luther King, assinala o teólogo Bruno Chenu, *enxertou o método de Gandhi na única árvore que podia abrigar a comunidade negra, o Evangelho*. Em 1929 -- o ano em que Luther King nasceu, em Atlanta (Georgia) --, o Mahatma Gandhi declarara que os 12 milhões de negros americanos não deveriam envergonhar-se de serem netos de escravos. *Não é desonroso ser escravo. O que é desonroso é possuir escravos*, acrescentou. Seis anos depois, perante uma delegação de americanos de cor, lança uma profecia: *Quem sabe se não será um negro quem irá transmitir ao mundo a mensagem pura da não-violência!* Além de Gandhi, é no Sermão da Montanha de Jesus -- os dez mandamentos da não-violência evangélica -- que Martin Luther King, filho e neto de pastores, irá recolher a maior parte das suas referências.

Em 1 de Dezembro de 1955, em Montgomery (Alabama), num autocarro da cidade, uma costureira negra, Rosa Park, recusa ceder o seu lugar a um passageiro branco. É corrida sem contemplações da parte da frente do veículo, interdita aos da sua raça. Inicia-se então uma campanha de boicote aos autocarros municipais, por iniciativa de um jovem pastor da paróquia baptista de Dexter Avenue: Martin Luther King. A campanha dura 380 dias, até que a empresa de transportes, à beira da falência, cede. Um **ano antes**, o Supremo Tribunal declarara inconstitucional a segregação racial nas escolas. Em Little Rock (Arkansas), crianças negras haviam sido vaiadas, no regresso às aulas, num colégio até então reservado aos brancos. Os casos de discriminação eram tratados nos tribunais, mas, em Montgomery, o pastor Luther King fez compreender aos negros o poder de uma arma como o boicote.

Dois anos depois, cria um movimento de cristãos contra a violência, a Southern Christian Leadership Conference [Conferência dos Dirigentes Cristãos do Sul]. Luther King deixa a sua paróquia de Montgomery e inicia uma vida de pregação que, do Alabama ao Tennessee e à Georgia, o conduz a todos os feudos da supremacia branca do Sul. As *marchas* contra a discriminação racial visam os transportes públicos, as escolas, os restaurantes, os serviços municipais, etc. King e os amigos enfrentam os cães-polícias, os jactos de água, as perseguições, os linchamentos do Ku-Klux-Klan, os telefonemas anónimos: *Vê se ouves bem, seu negro sujo, estamos fartos de ti. Em menos de oito dias vais sentir-te arrependido de teres aqui posto os pés*. Sem contar com as humilhações,

os ataques à sua vida privada, o cerco às casas dos amigos, as escutas telefônicas, as acusações de infiltração comunista. Edgar Hoover, chefe do FBI, dirá que Luther King é *o negro mais perigoso para o futuro do país*.

Alguns êxitos pontuam as acções de desobediência civil, a recusa do pagamento das rendas de casa, as campanhas de reabilitação dos guetos. Pouco a pouco, a população negra vai desafiando as proibições, ousa sentar-se na esplanada dos cafés, ir aos centros comerciais reservados a brancos. A passos pequeninos, muito lentamente, a segregação recua. Em 1963, a revista *Time* nomeia Martin Luther King *Homem do Ano*. No ano seguinte, obtém o Nobel da Paz. Mas vai sendo pouco a pouco ultrapassado por elementos radicais -- do Black Power, de Stockely Carmichael --, que apenas mantêm relações distanciadas com este pastor oriundo da pequena burguesia negra do Sul e com o seu evangelismo não violento. Nos guetos de Watts ou de Harlem, Luther King passa por um *pregador de moral*; pior, por um *Tio Tom* manipulado pelo poder branco.

A violência racial -- que nunca deixou de existir -- regressa em força e faz dezenas de mortes em Harlem, Detroit. Chicago, Los Angeles. A América dos guetos negros revolta-se contra a marginalização social e contra uma guerra do Vietname que não tem fim e mata os seus.

Lúcido, Martin Luther King não ignora os limites da acção pacífica. A sua luta incide cada vez mais no tema da justiça económica ou da contestação da guerra. No seu famoso discurso no Memorial Lincoln de Washington (1963), ele continua a *sonhar*, em voz alta, com uma América *mãe da liberdade*, onde *todos os filhos de Deus, negros ou brancos, judeus, protestantes ou católicos, andem de mãos dadas*. Nos sermões, repete incessantemente: *Os vietnamitas são nossos irmãos, os russos são nossos irmãos, os chineses são nossos irmãos. Vamos ter de nos sentar juntos à mesa da fraternidade*. E parafraseando São Paulo, na sua Epístola aos Gálatas, acrescenta: *Em Cristo, não há homem nem mulher, comunista nem capitalista, escravo nem homem livre. Estamos todos unidos n.Ele (Uma só revolução, 1967)*.

Se é certo que, pouca antes da sua morte, o ânimo esmorece, nem por isso Luther King se afasta da esteira daquele a quem chama *o extremista do amor* (Jesus Cristo). Todo o simbolismo da sua pregação e da sua acção assenta nos Evangelhos, e o seu sonho de fraternidade universal na Ressurreição da Páscoa. Em 1963, em Birmingham (Alabama), no final de uma manifestação que coincide com a Sexta-Feira Santa, é detido e mandado para a prisão. *Depois da Sexta-Feira Santa vem sempre a Páscoa!*, comenta com um sorriso. Para ele, as forças do bem vencem sempre as do mal, a verdade nunca deixa de ser reposta; os combates travados com empenhamento têm sempre vitória assegurada. O *sofrimento de Cristo* é *salvífico, redentor* -- é o seu *leitmotiv* --, e o seu biógrafo, Robert Miller, atribuirá ao pastor de Atlanta o seguinte propósito profético: *Se a morte física é o preço que tenho de pagar para libertar o meu irmão branco e todos os meus irmãos e irmãs da morte permanente do espírito, então nada poderá ser mais redentor*.

O século XX deu lugar aos maiores cataclismos. Mas ele viu erguer-se uma plêiade de profetas, místicos e santos. Foram intelectuais e teólogos, que ajudaram as suas Igrejas a transpor o cabo da modernidade, a reconciliá-las com a razão, os direitos do homem e a liberdade. Foram papas, como João XXIII, Paulo VI ou João Paulo II, que fizeram esquecer os antecessores que fecharam os olhos às reformas. Foram homens e mulheres, modestos ou celebrados, que tiraram todas as deduções da sua fé e despertaram esta tradição contestatária, bebida nas origens e nos escritos fundadores do cristianismo.

Estes *génios* do século, agora quase a chegar ao fim, são oriundos dos cinco continentes. O cristianismo, que nasceu nas costas do Mediterrâneo e que, ao longo de 15 séculos, se desenvolveu na Europa e no Médio

Oriente, conheceu posteriormente, graças às vagas de missionários, considerável expansão, até à América, Ásia, África. Hoje, a sua implantação é maior no hemisfério sul do que no hemisfério norte. Estas testemunhas chegam-nos também das várias confissões cristãs, sempre divididas. Martin Luther King é um pastor baptista negro dos Estados Unidos. *Mártires* como ele, Dietrich Bonhoeffer, pastor protestante alemão enforcado pelos nazis em 1945, e Oscar Romero, bispo católico de São Salvador, assassinado pelos *esquadrões da morte* em 1980. Ainda no activo, Desmond Tutu, bispo anglicano da África do Sul. E, falecida em 1997, Madre Teresa de Calcutá, religiosa católica de origem albanesa que optou pela nacionalidade indiana ao serviço dos mais pobres da Ásia imensa.

Oscar Romero, morto no altar

No dia 23 de Março de 1980, um domingo, na catedral de São Salvador, Oscar Romero, de 63 anos, faz a sua homilia. Acusa a junta militar no poder, que reprime os camponeses: *Sem raízes implantadas no povo, nenhum governo pode ser eficaz, muito menos quando procura impor-se pela força do sangue.* Apela à desobediência às ordens injustas: *Nenhum soldado é obrigado a obedecer a uma ordem que vai contra a lei de Deus. Se uma lei é imoral, ninguém a deverá respeitar.* E conclui: *A Igreja não pode calar-se perante tantos actos abomináveis. As reformas não servem de nada quando estão manchadas por tanto sangue. Em nome de Deus e do povo que sofre, suplico-vos, ordeno-vos: parem com a repressão!* Os aplausos ecoam na catedral.

No dia seguinte, na noite de segunda-feira, 24 de Março, monsenhor Romero celebra uma missa de corpo presente na modesta Capela da Divina Providência. Desdobra o corporal, o pano de linho branco sobre o qual o celebrante coloca o pão e o vinho para a consagração. Subitamente, ouve-se um estalido seco, seguido do barulho de um carro a arrancar a toda a velocidade. Monsenhor Romero sucumbe, atingido em pleno peito por uma bala, que lhe desenha uma auréola vermelha na alva branca. Do atirador só se viu a arma com mira telescópica. O bispo foi assassinado nas escadas do altar onde acabara de ler a célebre passagem de São João: *Em verdade vos digo, se o grão não cai na terra e não morre, fica só. Mas se morre, dá muitos frutos.* Seria difícil encontrar mais belo epitáfio.

Os assassinos de monsenhor Romero nunca serão presos. Nesses anos de *chumbo* em El Salvador, as prisões, os raptos, os desaparecimentos, os massacres são moeda corrente. De pequena estatura, com um sorriso tímido, o bispo não tem o carisma de Martin Luther King. Mas tenta agir como mediador, o que o torna odiado pela extrema-direita e pelo Exército, e figura suspeita entre a extrema-esquerda, por exortar à mudança sem violência. Antes dele, outros seis padres tinham sido assassinados, entre os quais Rutilio Grande, em 1977, fundador de dezenas de comunidades eclesiais de base, onde camponeses e operários crentes da América Latina confrontam o seu dia-a-dia com a sua fé, avaliam a injustiça de que são vítimas e se organizam. A 16 de Novembro de 1989, menos de dez anos após o assassinio de monsenhor Romero, seis jesuitas da grande universidade centro-americana de São Salvador são massacrados -- entre eles está o padre Ellacuria, conhecido em todos os meios progressistas da América Latina. A guerra civil em El Salvador durou mais de 12 anos e fez 80 mil mortos.

Desmond Tutu: o apartheid não está na Bíblia!

Deus agarrou-me pela pele do pescoço. É assim que Desmond Tutu explica, a 3 de Fevereiro de 1985, no dia da sua ordenação episcopal na ca-

tedral anglicana de Santa Maria de Joanesburgo, o combate da sua vida contra o apartheid. Desmond Tutu é, antes de mais, uma pilha de nervos na casula violeta, desgrenhado e risonho, a desengonçar-se diante do microfone ou a dançar à frente do altar. É o homem das expressões categóricas, das palavras que gelam o auditório ou o põem a rir. Auditório de brancos, a quem repete que o apartheid é, *depois do nazismo, o sistema mais perverso inventado pelo homem*. Auditório de negros, para quem a palavra de ordem sempre pronta a ser gritada é: *Um colono, uma bala*.

Como Martin Luther King e Oscar Romero, o seu envolvimento funda-se no Evangelho e não no programa de um partido. Amigo de longa data de Nelson Mandela, mantém-se distanciado do ANC (Congresso Nacional Africano), não partilhando as suas opções violentas. Em 1988, ao Presidente Pieter Botha, que o acusa de estar feito com os comunistas e com os terroristas, Tutu responde que trabalha apenas para o *reino de Deus*. *As nossas ordens para manifestações contra o apartheid, afirma, vem do próprio Cristo e não dos homens. Quando as leis são injustas, ensinamos a tradição cristã que não as respeitamos*.

A Bíblia é, para este filho de professores metodistas nascido a 7 de Outubro de 1931, na cidade mineira de Klesdorp (Transvaal), uma companheira inseparável. Brande-a nas reuniões populares do Soweto. E é categórico: na Bíblia não há apartheid! As leis do apartheid são anti-cristãs! *Então que Bíblia lêem os brancos? A que Deus dirigem as suas preces?*, interroga exaltado. E para aqueles que o acusam de contundir as suas responsabilidades como bispo com militância política, a resposta é só uma, carregada de ironia: *Foi enquanto chefe político ou enquanto chefe religioso que Moisés libertou o povo hebreu do Egipto?*

Desmond Tutu é a favor de todas as marchas de protesto contra a segregação, de todas as campanhas de boicote, de desobediência civil, de objecção de consciência. Primeiro deão negro da catedral de Joanesburgo, recusa a sua residência oficial num bairro branco para permanecer no Soweto, gueto negro martirizado pelos motins de 1976. A partir do final dos anos 70, os seus apelos ao boicote ao carvão sul-africano tinham-lhe valido ser tomado como um inimigo pelo poder branco. Bate-se por escolas comuns, por uma cidadania sem distinções de raça, pela abolição das leis que regulam as deslocações da população negra (*pass-laws*).

A partir do início dos anos 80, monsenhor Tutu promete que, *dentro de cinco ou dez anos*, o país será dirigido por um Presidente negro, que poderá perfeitamente chamar-se Nelson Mandela. Este encontra-se então a cumprir a sua longa pena de prisão em Robben Island, ao largo do Cabo. O bispo anglicano falhou por poucos anos. Entretanto, recebe o Nobel da Paz e, mais tarde, ser-lhe-á confiada a Comissão Verdade e Reconciliação, que tem por missão recensear todos os crimes cometidos desde 1948 sob o regime de apartheid. *Crimes contra a humanidade*, cuja lista preenche as colunas do seu relatório, que classifica como a *enciclopédia do horror*.

Madre Teresa: O pouco que nós damos...

Na geografia da segregação, não é grande a distância que separa a África da Ásia. Em ruptura com a sua ordem religiosa europeia, Madre Teresa torna-se indiana como os indianos e pobre como os pobres. Nos anos 40, é enviada para Calcutá, para um colégio de elite. Confrontada com a miséria de uma cidade com mais de cinco milhões de habitantes -- e tal como Francisco de Assis ou Vicente de Paulo no seu tempo --, decide declarar guerra à pobreza e à miséria. Percorre os passeios e os bairros de lata onde se amontoam, às dezenas de milhares, seres humanos privados de tudo. Em 1952, no bairro popular de Kalighat, Madre Teresa abre a *missão do coração puro*

(Nirmal Hriday), onde passa a acolher os moribundos. Outros lares se seguirão, para mendigos, doentes, leprosos, crianças abandonadas ou adolescentes saídos da prisão.

Vêm juntar-se a ela outras irmãs, incluindo jovens da burguesia bengali. Madre Teresa pede às Missionárias da Caridade -- a ordem indiana que fundou nos anos 50, hoje instalada numa centena de países -- que renunciem a

tudo. Aos votos clássicos de castidade, pobreza, obediência, ela acrescenta um quarto: *Servir com todo o coração e gratuitamente os mais pobres entre os pobres*. Madre Teresa conduz as irmãs, por vezes com mão de ferro, nas frentes da fome, da doença, da solidão, da ignorância. *O pouco que damos torna-se infinito aos olhos de Deus*. Esta mensagem dá a volta ao mundo. Madre Teresa envia-a aos políticos, aos intelectuais, aos responsáveis de todas as religiões.

Da Índia aos países em guerra ou na base da escala, passando pelas tribunas oficiais -- ONU, Casa Branca, Vaticano, júri do Nobel --, todos conhecem os olhos travessos, o rosto enrugado, a pequena silhueta envolta

num eterno sari branco resplandecente e debruado a azul. Madre Teresa torna-se o símbolo mais venerado de uma tradição cristã de solidariedade concreta. Perturba aqueles que a tomam por heroína de uma caridade mediatizada, que

a criticam por tratar das feridas em vez de atacar o mal e põem em causa a sua teologia do sofrimento, da pobreza redentora que aproxima de Jesus Cristo. Madre Teresa

morre a 5 de Setembro de 1997. Menos ingénua do que se pensa, gostava de citar o provérbio: *Em vez de dares um peixe a quem tem fome, ensina-o a pescar*. Mas acrescentava: *Aqueles que eu acolho nem sequer têm forças para segurar numa cana de pesca*.

Dietrich Bonhoeffer: resistência e submissão

Eu vi, antes de retirarem as vestes aos condenados, o pastor Bonhoeffer ajoelhado diante do seu Deus, em intensa oração. A mais completa submissão, deixando transparecer a certeza de ser atendido, que este homem testemunhava tocou-me profundamente. No local da execução, rezou mais uma vez, depois subiu corajosamente as escadas da forca. A morte ocorreu em segundos. Em 50 anos de prática, nunca vi um homem morrer assim, completamente abandonado às mãos de Deus. O autor deste testemunho é o médico do campo de concentração de Flossenbürg (entre Nuremberga

e a fronteira checa), que assiste, na madrugada de segunda-feira, 9 de Abril de 1945, ao enforcamento por

alta traição do pastor protestante Dietrich Bonhoeffer, do almirante Wilhelm Canaris, ex-chefe da Abwehr (contra-espionagem), do general Karl Oster, do jurista militar Hans Sack, do capitão Ludwig Gehre, entre outros -- todos eles implicados na tentativa de atentado contra Hitler, em 20 de Julho de 1944.

Desde a subida ao poder dos nazis, em 30 de Janeiro de 1933, que Dietrich Bonhoeffer, jovem teólogo e pastor, de 27 anos, assume riscos inauditos. A 1 de Fevereiro, numa rádio berlinense, brinca com a palavra Führer: *Se a imagem do «chefe» [Führer] resvalar para a do sedutor áVerführerú, o chefe e a sua função divinizar-se-ão numa caricatura de Deus*. A sua resistência resume-se na rejeição da *autodivinização do poder*. Dentro da sua própria Igreja, evangélica (luterana), Bonhoeffer luta contra aqueles que se submetem ou, até, que se comprometem com o regime. *Nós só temos um altar declara, o altar do Santíssimo, perante o qual todas as criaturas se devem ajoelhar. Quem pretender outra coisa não pode estar connosco na casa do Senhor*. Fé e luta antinazi são, para ele, como dois dedos da mesma mão. Desde Abril de 1933 que Die-

trich Bonhoeffer se insurge contra um projecto da sua Igreja que visa *expurgar* os membros de origem judaica. Juntamente com Martin Niemöller, cria uma liga dos pastores, incita os concidadãos a deixarem aquela Igreja oficial e funda, em Maio de 1934, a *Igreja Confessante* da Alemanha -- um dos seus primeiros gestos será escrever um memorando a reivindicar a dissolução da Gestapo e o encerramento dos campos de concentração. Depois da Noite de Cristal (9 de Novembro de 1938), Bonhoeffer inventa esta expressão magistral: *Só os que gritam ao lado dos judeus tem direito a entoar cantos gregorianos*.

Bonhoeffer viaja pela Inglaterra e pelos Estados Unidos mas, apesar dos conselhos de prudência, regressa, em Julho de 1939, ao seu país. Aí, por intermédio de Hans von Dohnanyi, seu cunhado, liga-se a núcleos de resistentes que conspiram contra Hitler e consegue emprego na Abwehr, dirigida pelo almirante Canaris. Em Maio de 1942, em Estocolmo, Dietrich Bonhoeffer faz chegar às autoridades britânicas, por intermédio do seu amigo George Bell, bispo inglês, uma mensagem: a resistência está a elaborar um plano para suprimir o *Führer*. Mas não recebe qualquer apoio. Em 5 de Abril de 1943, é preso na sua casa de Berlim e levado para a prisão militar de Tegel. Depois do atentado falhado de 20 de Julho de 1944, o inquérito instaurado procurará demonstrar a sua cumplicidade com os Stauffenberg, Goerdeler, Canaris e Oster que tentaram acabar com a vida do *Führer*. O calvário dos últimos meses leva o pastor a uma cave do gabinete de segurança, na Prinz-Albert Strasse, em Berlim. Em seguida, a um abrigo blindado em Buchenwald. E, finalmente, ao sinistro campo de Flossenbürg, onde já tinham morrido milhares de resistentes.

A sua fecundidade teológica mantém-se mesmo dentro das quatro paredes das penitenciárias nazis. As cartas que escreve nos campos de concentração, reunidas sob o título *Resistência e Submissão*, fazem de Dietrich Bonhoeffer

o profeta de um cristianismo moderno, despojado das vaidades históricas. Dá assistência aos companheiros de prisão condenados à morte, medita sobre a Bíblia nas celas minúsculas, celebra, em Buchenwald, o culto da Páscoa oito dias antes de ser enforcado. O cativo abre-lhe os olhos para a ausência de Deus na consciência dos homens. O homem moderno, escreve, renuncia a um *Deus ex machina*, um Deus-muleta que tem resposta para tudo, que explica tudo, incluindo o inexplicável. Ora, a Revelação cristã baseia-se na ideia de que todos os homens são, por natureza, religiosos. Será que isto deixou de ter sentido?

O cristianismo não pode continuar igual ao que era há 20 séculos. O mundo liberta-se de Deus, torna-se *irreligioso*, *ímpio*, repete Bonhoeffer. O ateísmo cresce. Deus morreu, declararam Nietzsche, Marx e Freud. Dietrich Bonhoeffer não se regozija nem se scandaliza. Começa a sonhar com um *mundo superior* e mais próximo do Deus da Bíblia, o dos seres fracos, sofredores, perseguidos. E também com uma Igreja que deixe de ser um refúgio da maldade dos homens, uma instituição de poder que procura preservar-se, para passar a ser um lugar de encontro vivo entre Deus e os homens, um mergulho no mundo, análogo ao de Jesus Cristo há 20 séculos.

E Bonhoeffer quem inventa a expressão *cristianismo sem religião*. Humanismo laico? *Horizontalismo* cristão? O teólogo alemão assassinado pelos nazis não ignora o mistério da relação *vertical* do homem com Deus. Não põe em causa nem a fé cristã nem a Igreja como tal, mas as formas sagradas ou as instituições que deixaram de ter significado para o homem moderno. Para ele, a preocupação da salvação pessoal -- que atravessou os dois milénios da história cristã -- deve dar lugar a um comprometimento autêntico e ético entre os homens.

Fechou-se o círculo. No século I, Paulo de Tarso *liberta* a fé cristã da Lei judaica. No século XX, um pastor alemão antinazi, Dietrich Bo-

nhoeffer, seguido por teólogos ou militantes na América, Ásia, África e Europa, afirma que, perante a angústia dos homens, o cristianismo deve ficar cada vez menos alheado do grito dos povos, dos humildes, dos pobres. E que só sobreviverá, na alvorada do seu terceiro milénio, se renunciar aos reflexos de identidade e se abrir, o mais que puder, a todos aqueles a quem São Paulo teria chamado *pagãos* modernos.

Cronologia

Seguem-se alguns marcos históricos ao longo de dois mil anos de cristianismo que, sem se pretender que sejam exaustivos, se destinam a tornar mais clara a narrativa.

ão 5 ou 6 antes de Jesus Cristo: nascimento de Jesus em Belém, segundo a tradição evangélica. Jesus nasceu *no tempo de Herodes*, diz o Evangelho segundo S. Mateus (Mat 2, 1). Herodes, o Grande, morreu quatro anos antes

de Jesus Cristo. Presumível autor do *massacre dos inocentes*, que deveria eliminar todas as crianças que tivessem menos de dois anos, a data geralmente apontada como sendo a do nascimento de Jesus varia entre os anos 4 e 6 antes da nossa era.

ão 7 de Abril (dia 14 de Nisan) do ano 30 ou 31: Jesus morre crucificado em Jerusalém.

ão Cerca de 32-37: início da perseguição movida aos cristãos pelos judeus. Em Jerusalém, durante o Inverno de 36-37, Estêvão é lapidado; é o primeiro caso de *martírio* de um fiel de Cristo.

ão Cerca de 33-35: conversão de Paulo de Tarso quando vai a caminho de Damasco para aí prender os cristãos.

ão 39: chegada de Paulo a Jerusalém, onde encontra Pedro.

ão 42-43: nova perseguição contra os cristãos por iniciativa de Herodes Agripa, rei da Judeia.

ão 43-44: primeira viagem de Paulo a Antioquia, correspondendo ao apelo de Barnabé.

ão Cerca de 52: *concílio* de Jerusalém. É tomada a decisão de não impor aos convertidos a observância dos ritos judaicos, nomeadamente a circuncisão. Segue-se o *incidente de Antioquia*, entre o primeiro apóstolo de Jesus, Pedro, e Paulo, a propósito da interdição decretada aos judeus de partilharem as refeições com não judeus (*pagãos* ou cristãos).

ão 50-52: segunda missão de Paulo, que chega à Grécia. *ão 51-67:* redacção das principais epístolas de Paulo.

ão 53-58: terceira viagem de Paulo (Ásia Menor, Grécia).

ão 58: Paulo é preso em Jerusalém e levado para Roma para ser julgado.

ão 62: martírio de Tiago, chefe da primeira comunidade cristã de Jerusalém.

ão 64-67: Pedro é preso e martirizado em Roma. Paulo é novamente preso.

ão Cerca de 67: martírio de Paulo em Roma.

ão Entre 65 e 100: redacção dos Evangelhos de Marcos, Lucas, Mateus, João. Actos dos Apóstolos, de Lucas.

ão Entre 95 e 100: redacção do Apocalipse de São João.

ão 64-68 até 313: dois séculos de perseguições esporádicas que visam os cristãos. As mais violentas ocorrem sob os imperadores romanos Nero (que governa de 54 a 68), Trajano (98-117), Marco Aurélio (162-180), Sétimo Severo (193-211), Diocleciano (284-305). As vítimas são os primeiros apóstolos, os primeiros bispos de Roma (papas) ou, ainda, os mártires de Lião (primeira missão cristã na Gália), como Santa Blandina ou o bispo Pothin.

ão 313: édito de Milão: depois da vitória, na Ponte Milvius contra Má-

ximo, seu rival, o imperador romano Constantino concede liberdade de culto à Igreja cristã em criação. Restabelece-se a paz religiosa no império.

Õo 318: Ario, sacerdote de Alexandria (250-336), espalha a **sua doutrina** pelo império. Para os seus discípulos, os arianos, fiéis do *arianismo*, Jesus Cristo não é Deus, nome que ele reserva unicamente para o Pai.

Õo 323: discípulo de Antão, o Grande, o pai do monaquismo oriental, Pacômio, o Grande -- que morre em 356 com mais de cem anos -- funda o primeiro *mosteiro*, no Alto Egito.

Õo 325: primeiro Concílio de Niceia, por iniciativa do imperador Constantino, para combater o arianismo. Adota

o Símbolo dos Apóstolos, através do qual os cristãos exprimem, ainda hoje, a sua fé na divindade de Jesus (contra as teses de Ario).

330: Constantino transfere a sede do império para Bizâncio, que desde então passará a chamar-se Constantinopla (*a cidade de Constantino*).

Õo 337: baptismo e morte de Constantino.

Õo 346: o imperador Constâncio II proíbe todo o tipo de culto pagão. Os templos são encerrados. Apesar do imperador Juliano (361-363), conhecido por *Apóstata*, tentar restaurar o culto pagão, os imperadores que se seguem vão impor o cristianismo.

Õo 379-395: Teodósio, imperador do Oriente, mais tarde senhor do império reunificado, institui o cristianismo como religião oficial, proíbe o culto pagão e combate o arianismo.

Õo 381: segundo concílio ecuménico em Constantinopla, que dá uma formulação definitiva ao dogma da Trindade (o Pai, o Filho, o Espírito Santo).

Õo 385: o futuro São Jerónimo empreende a tradução da Bíblia para latim (Vulgata).

Õo 386: conversão do futuro Santo Agostinho, em Milão, e baptismo por Ambrósio, bispo de Milão (340-397).

Õo 395: com a morte de Teodósio, separação definitiva do império, em Império do Oriente e Império do Ocidente, e partilha pelos seus filhos, Honório e Arcádio.

Õo 396: o futuro Santo Agostinho torna-se bispo de Hipona. Foi o autor de uma das primeiras regras monásticas.

Õo 410: Roma é pilhada pelos visigodos, chegados, através do Oriente e da Grécia, no final do século anterior. Em 402, Honório, imperador do Ocidente, tinha já transferido a sua capital de Roma para Ravena.

Õo 411: no Concílio de Cartago, o monge Pelágio, que está contra o *pecado original*, é definitivamente condenado, sobretudo por iniciativa de Agostinho.

Õo 430: morte de Santo Agostinho em Hipona (mais tarde Bône, **Argélia**, hoje Annaba).

Õo 431: terceiro concílio ecuménico em Éfeso; condena Nestório, oriundo da escola de Antioquia e combatido por Cirilo, da escola rival de Alexandria. Nestório nega a união em Cristo de duas *personas*, uma divina e outra humana. Também não acredita que Maria, mãe de Jesus, seja *mãe de Deus*.

Õo 440-461: pontificado de Leão, o Grande, que defende Roma contra os bárbaros de Átila e começa a organizar a cristandade do Ocidente.

Õo 451: Concílio de Calcedónia (Ásia Menor) que condena os *monofisistas*, ou seja, os que crêem na identidade única de Cristo. Jesus é declarado simultaneamente *verdadeiro Deus* e *verdadeiro homem*. Afastam-se as Igrejas copta (Egipto), **arménia**, **síria**, ainda hoje **designadas** Igrejas monofisitas, ou pré-calcedónias.

Õo 455: saque de Roma por Genserico, rei dos vândalos, apesar das súplicas do papa Leão.

Õo 476: deposição do último imperador do Ocidente, Rómulo Augustulo, por um chefe bárbaro que se faz rei de Itália.

ão Cerca de 496: baptismo, pelo bispo Remi, de Clóvis, rei dos francos, que casou com Clotilde, uma cristã, em Reims. Depois da sua vitória sobre os visigodos da Aquitânia, chefiados por Alarico, o reino dos francos estende-se até aos Pirenéus. Clóvis estabelece Paris como a capital. Morre em 511.

ão 529: fundação da Ordem dos Beneditinos por Bento de Núrsia (cerca de 480-cerca de 547) no Monte Cassino, em Itália. A regra beneditina (que ainda hoje inspira a maioria das grandes ordens monásticas do Ocidente) será redigida em 540.

ão 596: início da evangelização dos anglos pelo futuro Santo Agostinho de Cantuária, disso incumbido por Gregório, o Grande, o primeiro papa a ser canonizado na história da Igreja.

ão 622: Maomé troca Meca por Medina. É o início da Hégira e o nascimento da religião muçulmana. Maomé morre em 632. Os árabes conquistaram Damasco (635) e Antioquia (638) na Síria, Jerusalém (637) na Palestina, o Cairo (640) no Egipto, Ispaão (644) na Pérsia, depois Chipre, o Afeganistão, a Arménia. Atingem o Norte de África, conquistam Kairouan (670) e Cartago (698) na actual Tunísia. Em seguida, Espanha (711), Creta (826) e a Sicília (843). Mas os árabes fracassam em Constantinopla (678 e, de novo, 718) e em Poitiers diante de Carlos Martel, o *mordomo-mor* do reino merovíngio.

ão 800: Carlos Magno é coroado imperador do Ocidente pelo papa Leão III.

ão 843: o Concílio de Constantinopla põe fim à iconoclastia (ver Léxico).

ão 863: início da missão de Cirilo e de Metódio na Morávia.

ão 910: é fundada a abadia de Cluny.

ão 988: baptismo do grão-duque Vladimiro em Kiev. Nascimento da Rússia cristã.

ão 1054: cisma entre as Igrejas do Oriente e as Igrejas do Ocidente. Marca o nascimento da ortodoxia, de que Constantinopla é o centro, doravante sem ligações à Roma latina.

ão 1059: o papa Nicolau II reserva aos cardeais a eleição do papa.

ão 1073-1085: pontificado de Gregório VII, o papa da reforma *gregoriana*, que anuncia a Igreja dos tempos modernos, caracterizada pela centralização romana e pelo papel predominante do clero.

ão 1076: início do conflito entre o imperador Henrique IV e Gregório VII a propósito das *investiduras* eclesiásticas, que o papa pretende reservar para si. O imperador convoca o Concílio de Worms e depõe o papa. No ano seguinte, em Canossa (Emília Romagna), solicita o perdão do papa, que o havia excomungado. Um arrependimento simulado. A questão das investiduras reanima-se e dela sairá vencedor o papado. Em 1080, Gregório VII excomunga e depõe Henrique IV.

ão 1095-1099: é pregada em Clermont a primeira cruzada, pelo papa Urbano II. Jerusalém é tomada pelos cruzados em 1099. O sultão Saladino reconquistará a cidade em 1187.

ão 1098: Robert de Molesme (cerca de 1030-1110) funda a abadia de Cister. A Ordem dos Cistercienses é criada oficialmente, desenvolvendo-se, a partir de 1112, com a chegada a Cister de Bernardo de Clairvaux, futuro São Bernardo (1090-1153). Mais ou menos na mesma altura, São Bruno funda a Ordem dos Cartuxos, na região de Grenoble.

ão 1204: conquista e saque de Constantinopla pelos cruzados. Instala-se aqui um império latino que só durará até 1261.

ão 1210: fundação dos Frades Menores por Francisco de Assis (1182-1226).

ão 1215: fundação dos Irmãos Pregadores por Domingos de Gusmão (1170-1221).

ão 1221: frei António, de Lisboa (cerca de 1192-1231) participa em Assis no capítulo geral dos Frades Menores; aí conhece o fundador da ordem, que mais tarde lhe escreverá, reconhecendo-lhe os dotes oratórios.

ão 1228-1274: Tomás de Aquino, teólogo e filósofo nascido próximo de Nápoles, ensina em Nápoles, Paris e Roma. A sua Suma Teológica, que procura articular a fé cristã com a razão, obra fundamental da escolástica (ver Léxico) da Idade Média, inspirou a teologia cristã até aos dias de hoje.

ão 1378-1417: *grande cisma* do Ocidente. A eleição de Urbano VI, em 1378, é contestada. O seu despotismo leva o colégio de cardeais a elegerem um novo papa, Clemente VI. Perante a recusa de Urbano VI de abdicar, dois papas passam a concorrer entre si. Clemente VI instala-se em Avignon, território pontifício situado perto do reino de França. Para pôr fim ao conflito, vai ser necessário que um concílio de bispos se reúna em Constança (1414-1417). O papa de Roma e o papa de Avignon são depostos. Será nomeado um terceiro, que vai conseguir impor-se. O Concílio de Constança impõe a ideia do *conciliarismo* o poder supremo na Igreja não pertence ao papa, mas ao concílio universal. Daí nascerá, em França, o galicanismo.

ão 1415: durante o concílio de Constança, Jan Hus, reformador checo, é condenado e queimado vivo no próprio lugar em que se realiza a assembleia conciliar.

ão 1439: Concílio de Florença, que tenta reunir as Igrejas do Ocidente e do Oriente, separadas desde o cisma de 1045

-- Roma e Constantinopla.

ão 1453. queda de Constantinopla, que é ocupada pelos turcos do sultão Mehmet II. Constantinopla passará depois a chamar-se Istambul.

ão 1455: a Bíblia é impressa por Gutenberg em Maiência.

ão 1492: descobrimento da América por Cristóvão Colombo; conquista da cidade moura de Granada pelos reis católicos de Aragão e Castela.

ão 1498: na sequência das suas críticas contra o papado, o monge Jerónimo Savonarola, nascido em 1452, morre na fogueira, em Florença.

ão 1506 início da construção da Basílica de São Pedro, em Roma.

ão 1511 o Elogio da Loucura, do filósofo holandês Erasmo e, cinco anos mais tarde, a Utopia, do inglês Tomás Morus, simbolizam o ascenso das ideias humanistas na Igreja e são o prelúdio da Reforma.

ão 1517: são afixadas as 95 teses de Martinho Lutero (1483-1546) à entrada da igreja do Castelo de Wittenberg (Saxónia). Nelas o monge denuncia o tráfico de indulgências pelas autoridades eclesiásticas em Roma.

ão 1520 publicação dos principais escritos de Lutero (Aos Fidalgos Cristãos da Nação Alemã, Do Cativo da Babilónia, etc.). O papa Leão X excomunga-o, depois de ter publicado contra ele a bula Exsurge Domine.

ão 1521: na Dieta de Worms, Lutero recusa retractar-se perante o imperador Carlos V e é banido.

ão 1525 guerra dos camponeses na Alemanha; Lutero toma partido pelos príncipes e senhores contra os camponeses.

ão 1530: profissão de fé de Augsburgo, que resume os traços principais da religião cristã reformada por Lutero. A reforma luterana estende-se a toda a Alemanha, à Europa do Norte, conforme o princípio do *Cujus regio, ejus religio*, segundo o qual a religião do príncipe é a religião

vigente no seu território.

õo 1534: Calvino (1509-1564) foge de França e vai refugiar-se em Genebra, em 1536, a partir de onde publica A Instituição da Religião Cristã. Perseguido, regressará em 1541. É o ponto de partida da Reforma calvinista, que se estende à Suíça, a França, aos Países Baixos, à Escócia.

õo 1534: *Acto de Supremacia*, pelo qual o rei de Inglaterra, Henrique VIII, rompe oficialmente com Roma e cria a Igreja Anglicana. Esta irá difundir-se por todas as colónias britânicas, contando hoje com cerca de 80 milhões de fiéis no mundo.

õo 1534: em Montmartre (Paris), Inácio de Loyola e os companheiros pronunciam votos, que levarão, em 1540, à fundação da Companhia de Jesus.

õo 1542: o jesuíta Francisco Xavier (1506-1552) chega à Índia e inicia o trabalho de evangelização do país.

õo 1545: abertura do Concílio de Trento pelo papa Paulo III. Prolongar-se-á até 1563 e adoptará um programa católico de Contra-Reforma, com um novo catecismo e um missal romanos, bem como novos métodos de ensino e de difusão da religião.

õo 1551: Bartolomeu de las Casas (1474-1566), bispo de Chiapas, no México, desde 1543, assume a defesa dos índios perante o imperador Carlos V.

õo 1571: em Lepanto, vitória da frota da Liga Cristã (Espanha, Veneza, Santa Sé), que sustém o avanço do domínio turco na Europa.

õo 1572: massacre da noite de São Bartolomeu (24 de Agosto), em Paris -- é o culminar das guerras religiosas entre católicos e protestantes em França.

õo 1598/: por iniciativa do rei Henrique IV, é publicado o Édito de Nantes, conhecido por *édito da tolerância*, favorável ao culto protestante. Este édito é revogado por Luís XIV em 1685. Iniciam-se novas perseguições aos protestantes e assiste-se ao êxodo maciço daqueles que serão designados por *huguenotes*.

õo 1600: Giordano Bruno morre na fogueira, em Roma.

õo 1616: primeiro processo do sábio Galileu perante as autoridades eclesiásticas.

õo 1622: instituição da Congregação Romana da Propaganda (abertura aos países de missão).

õo 1633: fundação dos Lazaristas pelo francês Vicente de Paulo (1581-1660), depois beatificado.

õo 1640: publicação do Augustinus, de Jansenius, que marca o início da crise jansenista.

õo 1674: o jesuíta português António Vieira (1608-1697) consegue, pela primeira vez, que o papa Clemente X suspenda o funcionamento da Inquisição; em 1678, o papa Inocêncio XI repetirá essa decisão.

õo 1678: **publicação da História Crítica** do Antigo Testamento, de Richard Simon, a primeira crítica da exegese oficial da Igreja romana.

õo 1683: as tropas de Jan Sobieski salvam Viena dos turcos.

õo 1707: Roma condena os ritos chineses iniciados pelo jesuíta Matteo Ricci, o primeiro evangelizador da China.

õo 1751: inicia-se a publicação da Enciclopédia, que tem como principais animadores Diderot e Montalembert. Simboliza o ascenso das *Luzes*, científicas e filosóficas, por que se regem a política, a moral e a religião.

õo 1789: início da Revolução Francesa, que se traduz, em 1790, na Constituição Civil do Clero, condenada de imediato pelo papa Pio VI. Os padres que se recusarem a prestar juramento à Constituição (os refractários) são detidos, deportados e mesmo mortos. Os massacres de Setembro constituem um dos episódios mais trágicos do período do Terror.

õo 1801: Bonaparte assina, em Paris, uma concordata que regula o con-

flito entre a França e a Santa Sé surgido após a Revolução de 1789. Em 1804, Napoleão é sagrado imperador pelo papa Pio VII em Paris. As relações entre os dois homens ir-se-ão progressivamente degradando. O papa é detido em Savone (1809) e depois em Fontainebleau (1812). Assina uma nova concordata, que considera ter-lhe sido extorquida à força.

• 1830: L.Avenir, de Félicité de Lammenais, inicia a sua publicação.

• 1832: encíclica Mirari vos, do papa Gregório XIV, que condena as teses liberais de L.Avenir.

• 1859: publicação da Origem das Espécies, de Charles Darwin (teoria da evolução).

• 1863: publicação da Vida de Jesus, de Ernest Renan.

• 1846-1878: pontificado de Pio IX, o mais longo da história da Igreja. Em 1848, o papa é expulso de Roma e reconduzido, no ano seguinte, por intervenção de um corpo expedicionário francês.

• 1864: Pio IX publica a encíclica Quanta cura e o seu anexo, o Syllabus, em que se condenam os 80 erros do mundo moderno.

• 1869: abertura, em Roma, do primeiro concílio do Vaticano, que virá a ser suspenso (sem que os trabalhos sejam retomados) precipitadamente por causa da guerra entre a França e a Prússia e da conquista de Roma pelas tropas piemontesas do rei Vítor Emanuel II. Uma vez alcançada, a unidade italiana irá pôr fim aos estados pontifícios, ou seja, ao poder temporal dos papas.

• 1870: o Vaticano I define o dogma da infalibilidade pontifícia, que se aplica apenas às questões da fé e dos costumes.

• 1891: encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII; trata-se da primeira vez que, a nível da Santa Sé, são tidos em conta o nascimento do mundo operário e as novas aspirações de carácter social.

1892: encíclica Au milieu des sollicitudes, em que o papa Leão XIII pede aos católicos franceses para se juntarem à República.

• 1903: o abade Loisy, exegeta e professor no Instituto Católico de Paris, é posto no Index e, quatro anos mais tarde, excomungado por Roma.

• 1905: adopção, em França, da lei da separação entre a Igreja e o Estado. Réplica do Vaticano: a encíclica Vehementer nos, de Pio X, condenando a separação da Igreja e do Estado.

• 1907: o decreto Lamentabili e a encíclica Pascendi, assinada pelo papa Pio X, condenando o modernismo.

1910: condenação da revista Le Sillon, dirigida por Marc Sangnier, pelo papa Pio X.

• 1926: condenação da Acção Francesa, de Charles Maurras, pelo papa Pio X.

• 1929: acordos de Latrão, entre a Santa Sé e a Itália de Mussolini, põem fim ao conflito aberto em 1870 e definem o actual estatuto da Cidade do Vaticano.

• 1933: assinatura de uma concordata entre o Vaticano e a Alemanha hitleriana.

• 1937: encíclicas de Pio XI Mit brennender Sorge, condenando o nazismo, e Divini Redemptoris, condenando o comunismo.

• 1948: é criado, em Amesterdão, o Conselho Ecuménico das Igrejas, que reúne todas as Igrejas cristãs: reformada, luterana, anglicana, ortodoxa, à excepção da Igreja Católica Romana, que só participa no conselho através de uma comissão teológica comum chamada Fé e Constituição.

• 1958: morte de Pio XII e eleição de João XXIII.

• 1962: João XXIII dá início ao segundo concílio do Vaticano.

• 1963: encíclica Pacem in Terris, de João XXIII, que morre pouco tempo depois. Caberá a Paulo VI, seu sucessor, concluir o concílio e aplicar as reformas dele saídas.

• 1964: viagem do papa Paulo VI a Jerusalém.

• 1965: encerramento do Concílio Vaticano II, após quatro sessões de trabalho repartidas ao longo de três anos. Adopção de textos (Consti-

tuições) sobre a liturgia, a Igreja (*Lumen gentium*), as fontes da Revelação (*Dei verbum*), as relações da Igreja com o mundo (*Gaudium et spes*). A 7 de Dezembro, véspera do encerramento do concílio, Paulo VI e o patriarca de Constantinopla, Atenágoras, levantam os *anátemas* entre Roma e Constantinopla que estavam em vigor desde o cisma de 1054. 1978: eleição do cardeal Karol Wojtyła, arcebispo de Cracóvia (Polónia), que se torna papa com o nome de João Paulo II.

Léxico

Apresentam-se aqui algumas noções e definições úteis à compreensão dos textos.

Escrituras sagradas

As Escrituras judaicas estão consignadas na Tora. Esta compõe-se de cinco grandes livros (Pentateuco): Génesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuterónimo. Depois, há textos dos profetas e diversos outros escritos. Daí as frequentes alusões dos evangelhos cristãos à Lei (Tora) e aos profetas. Os judeus da diáspora liam uma versão grega dos livros sagrados, traduzida no século a.C. em Alexandria e conhecida sob o nome de Setenta (realizada em 72 dias). Haverá depois uma tradução latina do Antigo Testamento, por iniciativa de São Jerónimo, chamada Vulgata, no século IV.

O Novo Testamento compreende 27 livros, nos quais Jesus Cristo é a figura central. Eles foram-se progressivamente impondo, tornando-se a Bíblia judaica o Antigo (ou primeiro) Testamento. Os principais livros do Novo Testamento são os quatro Evangelhos, os Actos dos Apóstolos, as 13 epístolas (ou cartas) de Paulo aos Romanos, aos Gálatas, aos Tessalonicenses, etc., bem como o Apocalipse de S. João.

Os Evangelhos

A tradição deu o lugar de primeiro Evangelho ao de Mateus, redigido em língua grega nos anos 80, na Síria meridional, por este homem culto de origem judaica. O Evangelho de Mateus é o mais conhecido e comentado. Nele se dá conta da espera do Messias, omnipresente no Antigo Testamento, ligando-a à vinda de Jesus Cristo. O Reino dos Céus confunde-se com a *Boa Nova* (evangelho) da salvação. A sua concretização na terra é a Igreja, palavra que vem do grego *ekklesia* (assembleia), que aparece duas vezes na pluma de Mateus.

O Evangelho de Marcos é o mais antigo, escrito no final dos anos 60, depois da morte do apóstolo Pedro, de quem Marcos é o intérprete mais fiel. Marcos não é um apóstolo, mas um cristão da primeira geração, que seguiu a pregação de Pedro em Jerusalém e, depois, em Roma.

O terceiro Evangelho é o de Lucas que, segundo a tradição, teria sido médico em Antioquia (Síria), de origem pagã, o que significa que não vem do judaísmo. O seu evangelho foi escrito nos anos 80, sem dúvida em Antioquia, destinado a cristãos igualmente de origem pagã. Lucas é o primeiro evangelista a contar a instância de Jesus. É no seu evangelho que se encontram os célebres textos que deram **lugar a cânticos como o *Magnificat*, *Benedictus*, *Gloria in excelsis Deo***. Estes três primeiros evangelhos são chamados *sinópticos*: apresentam uma certa unidade, seguem quase a mesma ordem cronológica e inscrevem-se no mesmo quadro geográfico.

O Evangelho de João é de feitura muito diferente. João, o apóstolo, parte do pressuposto de que os leitores já conhecem os factos principais da vida e do ensinamento de Jesus. Dedica-se então a dar-lhes um sentido apologético, fazendo a ligação entre o *Jesus da história* e o *cristo da fé* e da Igreja nascente. Concluído entre 80 e 100, este Evangelho é mais um comentário teológico que uma narrativa como os outros. Esta afirmação apologética de João explica-se pelo clima de uma época dilacerada entre um judaísmo que tenta renascer após a destruição do Templo de Jerusalém (ano 70) e um cristianismo conquistador mas ainda jovem e frágil.

Os Actos dos Apóstolos contam como a vida e os ensinamentos de Jesus de Nazaré foram tidos em conta pelos dozes apóstolos e, depois, por aqueles que vão ser chamados os discípulos da segunda geração. O texto começa pela narrativa da Ascensão de Cristo em Jerusalém e evoca todo o percurso da difusão do Evangelho até Roma. Relata igualmente as viagens do apóstolo Paulo de Antioquia a Roma, onde morre em 67. Os Actos são redigidos entre 75 e 80, principalmente por Lucas em Antioquia ou na Ásia Menor, e talvez mesmo em Roma.

As Epístolas de Paulo às primeiras comunidades cristãs são treze: aos Romanos, aos Coríntios (duas), aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, aos Tessalonicenses (duas), a Timóteo (duas), a Tito, a Filémon. Estas cartas de Paulo constituem a exposição doutrinária mais completa da fé cristã.

O livro do Apocalipse é o último da Bíblia. A palavra grega *apokalypsis* significa *revelação*. A tradição atribui esta obra ao apóstolo João, retirado para Patmos (Mar Egeu), no fim do século I. Encontram-se aí ecos dos profetas (Isaias, Zacarias, Ezequiel, Daniel), do Génesis e de outros livros antigos. Está cheio de visões, sonhos, sinais, evoca a destruição de um mundo antigo e a aparição de uma nova terra, como uma espécie de síntese dos dois Testamentos.

Os grupos judaicos na época de Cristo

Os *saduceus* estão próximos das grandes famílias sacerdotais que partilham o poder religioso em Jerusalém. Partidários da ordem estabelecida, aceitam colaborar com o ocupante romano, são hóstis a qualquer inovação religiosa, rejeitam os comentários da Lei propostos pelos fariseus e as novas crenças como a ressurreição dos mortos.

Os *fariseus* são fiéis piedosos, observadores escrupulosos da Lei judaica, que é a sua regra de vida. Artesãos ou escribas, são mais populares que os saduceus. Alguns compreendem e adoptam a mensagem de Jesus. Outros recusam a sua doutrina que lhes parece contradizer a Lei judaica.

Os *zelotas*, pouco numerosos, são nacionalistas que se revoltam, se necessário pela violência, contra o ocupante romano.

Os *essénios* são conhecidos sobretudo depois das descobertas feitas, a partir de 1947, junto ao Mar Morto, em Qumran. Foi ali que alguns judeus, um pouco antes da era cristã, fugindo da sociedade e do culto do Templo, fundaram uma comunidade com disciplina estrita, reunida em volta de um misterioso *Mestre de Justiça*. Ali vivem na oração, no estudo e na ascese. Nas grutas que lhes serviam de esconderijo, descobriram-se textos manuscritos de muitos livros da Bíblia.

Enfim, na época de Cristo surgem grupos de judeus fervorosos que praticam o baptismo da água para o perdão dos pecados: são os *baptistas*, cujo principal representante é então João o Baptista, precursor de Jesus.

As heresias dos primeiros séculos cristãos

do Arianismo -- vem do nome de Ario, padre de Alexandria (cerca de 280-cerca de 336), que contesta que Cristo seja Deus. A filiação entre Deus e Cristo (*Verbo incarnado*, segundo os Evangelhos) é apenas adoptiva. Esta *heresia* estende-se em todo o Oriente cristão. O imperador Constantino convoca um concílio de bispos que se reúne em Niceia (antiga cidade da Ásia Menor) em 325. Este primeiro concílio da história cristã condena a doutrina de Ario: Cristo é Filho de Deus e ele mesmo é Deus, *da mesma natureza que o Pai, consubstancial* ao Pai. É a primeira formulação da divindade de Cristo, a base do Credo que ainda recitam todos os cristãos.

do Donatismo -- De Donato (morreu em 355), bispo da Numídia (África do Norte), que acusou o bispo de Cartago de ter cedido a entregar livros sagrados quando das perseguições do imperador Diocleciano (a partir de 303). Nasceu um cisma entre a população da África do Norte. Combatido por Agostinho de Hipona, o donatismo foi combatido no Concílio de Cartago (411).

do Nestorianismo -- De Nestorius, patriarca de Constantinopla de 428 a 431. Formado na escola de Antioquia, ele defende a ideia de que as duas naturezas de Cristo, a humana e a divina, são separadas. Em consequência, a Virgem Maria pode ser chamada, em rigor, *Mãe de Cristo*, mas não *Mãe de Deus*. O nestorianismo foi condenado pelo Concílio de Éfeso (431), mas a doutrina nestoriana ganhou a Pérsia e a Igreja do Oriente, alargando-se à Ásia Central e à Índia. Ainda existem cristãos nestorianos no Irão, no Iraque, nos Estados Unidos e na Índia.

do Pelagianismo -- Doutrina do monge Pelágio (cerca de 360-cerca de 422), nascido na Irlanda, que se estabeleceu em Roma e depois em África. Afirma o livre-arbítrio do homem à custa do pecado original e da graça. A sua doutrina foi combatida por Agostinho e condenada por numerosos concílios africanos (411, 416, 418).

Os padres da Igreja

São escritores e intelectuais dos primeiros séculos que, pela ortodoxia da sua doutrina e a santidade da sua vida, gozam de uma autoridade particular no cristianismo. Citem-se os padres gregos: em particular os dos **séculos II e III que** lutaram contra as primeiras heresias, como Justino, Irineu, Clemente de Alexandria, Orígenes, Eusébio de Cesareia. A idade de ouro dos padres gregos situa-se no curso dos séculos IV e V: contribuem para a formulação dos grandes princípios e dogmas da fé cristã, como Atanásio de Alexandria, Basílio de Cesareia, Gregório de Nazianzeno, Gregório de Nissa, João Crisóstomo, Cirilo de Alexandria. Entre os padres latinos distinguem-se, a partir do século II e III, os nomes de Ciprião, Tertuliano, Hilário de Poitiers, Martinho de Tours, Ambrósio de Milão, Agostinho de Hipona, Jerónimo, etc. A *patristica* designa o estudo dos Padres da Igreja.

do Simonia -- a palavra designa toda a forma de tráfico de bens espirituais: compra ou venda de sacramentos, de um lugar de bispo, de abade ou de padre. O termo vem do episódio citado nos Actos dos Apóstolos, segundo o qual um certo Simão, dito o Mágico, oferece dinheiro a Pedro para obter o poder de ministrar o Espírito Santo. A simonia é um dos flagelos contra os quais os reformadores tiveram que lutar entre os séculos VIII e XII.

do Escolástica -- a palavra vem do latim schola, escola. Designa a filosofia e a teologia tal qual são ensinadas nas escolas da Idade Média a partir do século XI. Dá lugar, a partir do século XIII, à definição de *sumas teológicas*, que são exposições sistemáticas dos dados da fé cristã. Impregnados da lógica de Aristóteles e despedaçado o método dialéctico, os teólogos escolásticos empenham-se em iluminar a

relação harmoniosa entre a fé e a razão. Os principais representantes são Alberto o Grande (cerca de 1193-1280) e Tomás de Aquino (1227-1274). O *tomismo* traduz-se numa importância dada à natureza e na confiança na razão do homem, integradas numa visão coerente da criação, da encarnação e da salvação.

Õo Iconoclasta -- a querela das imagens opôs, entre meados do século VIII e meados do século seguinte, os partidários do culto das imagens e os *iconoclastas*, que pretendiam destruir as imagens (do grego *eikon*, imagem, e *klazein*, destruir), com o pretexto de que a representação material de Cristo numa imagem é uma forma de heresia. Os imperadores de Constantinopla Leão III (717-741) e Constantino V (741-775) tomaram posição contra o culto das imagens e ajudaram mesmo a destruir algumas. A crise iconoclasta deteriora um pouco mais as relações entre Roma e Constantinopla, com os papas a defender a veneração dos ícones e denunciando a heresia dos imperadores iconoclastas.

Õo Filioque -- Esta palavra está na origem de um dos conflitos que opôs as Igrejas do Oriente e de Ocidente e que precedeu a ruptura de 1054, entre Constantinopla e Roma. O credo adoptado pelo Concílio de Niceia-Constantinopla em 381, reconhecido no Oriente e no Ocidente como formulação da fé cristã, professava que no seio da Trindade, o Espírito Santo *procede* do Pai, mas nada diz das relações entre o Filho e o Espírito. Ora, mais tarde, para fazer frente ao arianismo (que não reconhecia a divindade de Jesus), os visigodos que avançavam no Ocidente, diversos teólogos ocidentais, apoiando-se sobre o Novo Testamento e o ensino dos Padres da Igreja, chegaram à conclusão que o Espírito Santo *procede do Pai e do Filho* (em latim, *filioque*). O Oriente sempre combateu esta fórmula que modificou unilateralmente o enunciado comum da fé, considerando-a mesmo uma heresia. As discussões sobre este ponto foram retomadas, por teólogos católicos e ortodoxos, já no século XX.

Õo Jansenismo -- Esta corrente, ao mesmo tempo teológica, espiritual e moral, foi iniciada por um teólogo holandês chamado Jansen ou Janse-nius (1585-1638), bispo de Ypres. A sua doutrina está contida numa obra publicada depois da morte, o *Augustinus*. Próximo das ideias de Agostinho e de Calvino, descreve o homem como corrompido pelo pecado original. Só a graça divina pode assegurar a sua salvação. Defende igualmente a ideia da *predestinação* (Calvino): Deus não dá a sua graça senão aos predestinados escolhidos por ele, enquanto os outros estão condenados à danação. O benefício desta graça supõe o maior rigor moral. Sob a direcção da madre Angélique Arnaud, a abadia cisterciense de mulheres de Port-Royal (próximo de Versalhes), torna-se um berço do jansenismo. *Senhores e solitários* de Port-Royal (como o *grande Arnauld*, irmão da abadessa) aí propagam a doutrina jansenista, da qual um dos seus mais brilhantes porta-vozes será Blaise Pascal. As suas *Lettres á un Provincial* (1656-1657) ridicularizam o *laxismo* e a *casuística* dos jesuítas. São estes os principais adversários dos jansenistas. A sua teologia da salvação está no extremo oposto: fiel à visão optimista desenvolvida pelo Concílio de Trento, insiste sobre a necessária cooperação da vontade humana na obra da graça. O papa e o rei Luís XIV condenaram a obra de Port-Royal, e a abadia foi mesmo destruída em 1711.

As Igrejas da Reforma

As Igrejas saídas da Reforma do século XVI estão divididas em três ramos principais que conheceram numerosas ramificações.

o Luteranismo -- De acordo com as ideias lançadas por Lutero, ele define-se por uma *única fé* em Deus e pela *única* autoridade das escrituras, da Bíblia. É a Palavra de Deus que é soberana e não, como no catolicismo, a *Tradição* da Igreja, com o seu magistério, o seu clero, o seu papa, o seu cortejo de dogmas e de santos. O luteranismo define-se ainda como pelo sacerdócio universal dos batizados (reconhecido igualmente por outras famílias protestantes), distinto do sacerdócio ministerial e sacramental, reservado ao padre ordenado nas tradições católica e ortodoxa. Apenas o baptismo e a eucaristia são reconhecidos pelos luteranos como sacramentos, por serem instituídos por Cristo. A ordenação do pastor ou do bispo luterano (ou evangélico) não depende de um sacramento: é o reconhecimento de uma função, que implica a presidência da Santa Ceia (a Eucaristia), a celebração do culto e dos sacramentos, a animação das comunidades. Estas funções de pastor e de bispo luterano são acessíveis às mulheres, em alguns países. Os luteranos estão presentes essencialmente na Alemanha (Igreja Evangélica Alemã) e nas igrejas estabelecidas da Escandinávia (Igrejas de Estado), na França (nomeadamente na Alsácia), nos Estados Unidos e em numerosas regiões do mundo.

o Calvinismo -- Próximo das teses de Lutero sobre o acesso directo à Bíblia e a recusa das mediações da Igreja (papa, clero, culto dos santos), os herdeiros de João Calvino (calvinistas ou reformados) distinguem-se no entanto pela concepção ministerial da Igreja. O episcopado (reconhecido entre os luteranos) é substituído, entre os calvinistas, por um sistema presbítero-sinodal, no qual os pastores e os leigos exercem a autoridade no interior da Igreja. estão presentes na Suíça, em França (a Igreja Reformada é a principal Igreja protestante), na Hungria, nos Países baixos, na Escócia (os *presbiterianos* de John Knox do século XVI).

o Anglicanismo -- O conflito entre Henrique VIII (1491-1547) e o Papa Clemente VII -- que recusava o divórcio do rei de Inglaterra -- está na origem da ruptura (cisma) entre Roma e Cantuária, consumada pelo Acto de Supremacia de 1534, data em que o rei de Inglaterra se tornou oficialmente o chefe da Igreja do seu país. O anglicanismo vê-se ao mesmo tempo como católico e reformado. Da influência da Reforma, os anglicanos retêm a soberania da Escritura. Não reconhecem a autoridade do Papa e não admitem, como sacramentos, senão o baptismo e a eucaristia. Do catolicismo, os anglicanos guardaram a liturgia, algumas formas de vida religiosa e monástica e sobretudo a instituição episcopal e sacerdotal. A sua concepção ministerial da Igreja distingue-se também pelo casamento dos padres e dos bispos e pela admissão (recente) das mulheres ao sacerdócio.

Depois de o Papa Leão XIII ter declarado, em 1896, que as ordenações anglicanas são *inválidas* (por ausência da autêntica sucessão apostólica), esta questão permanece, com a da autoridade do Papa, a principal fonte de desacordo com a Igreja Católica, agravada pela questão da ordenação sacerdotal das mulheres. A Comunhão Anglicana compreende a Igreja-mãe de Inglaterra e as diferentes províncias *anglicanas* (ou *episcopalianas*) no Canadá, Estados Unidos, Austrália, África, Nova Zelândia, etc. O chefe espiritual dos anglicanos -- cerca de 70 milhões em todo o mundo -- é o arcebispo de Cantuária.

Ortodoxia e catolicismo

Quase um milénio depois do cisma entre Roma e Constantinopla, as di-

ferenças entre ortodoxos e católicos apenas se referem à concepção de governo e da unidade da Igreja. A ortodoxia é constituída por um conjunto de Igrejas locais autónomas (designadas autocéfalas). A Igreja russa, dirigida pelo patriarcado de Moscovo, é actualmente a mais numerosa (70 milhões de fiéis), antes das Igrejas grega, sérvia, romena ou as do Próximo Oriente. A unidade destas Igrejas autocéfalas repousa na comunhão dos seus bispos, na igualdade de dignidade e de poder, em volta de uma mesma fé e não, como no catolicismo, sobre uma estrutura centralizada apenas no bispo de Roma, o Papa, e do seu governo, a Santa Sé.

Na ortodoxia, o patriarca ecuménico de Constantinopla -- que, depois de 1991, se chama Bartolomeu I -- não beneficia senão de um primado de honra sobre os outros patriarcas. Não tem poder de intervenção nas outras Igrejas. A única autoridade soberana na ortodoxia é o concílio universal, que reúne todos os bispos. Cada Igreja designa os seus bispos, em fidelidade ao princípio da sucessão apostólica que aproxima a ortodoxia do catolicismo nas questões sacramentais, nomeadamente o sacerdócio e a Eucaristia.

A divergência maior permanece o *primado* do Papa, sobre o qual se centram todos os esforços de reaproximação ecuménica. Para os ortodoxos, o Papa não é mais do que o patriarca de Roma e do Ocidente (como na Igreja dos primeiros séculos), enquanto, para os católicos, ele é o *ministro universal* da Igreja. Na ortodoxia, todos os bispos são igualmente sucessores dos apóstolos e os seus poderes são idênticos. Para os católicos, o apóstolo Pedro e os seus sucessores -- bispos de Roma -- receberam de Cristo a missão de garantir a unidade de toda a Igreja e a sua fidelidade ao ensino recebido pelos apóstolos (Evangelho).

Bibliografia

A principal obra de referência para esta visão histórica foi *L'Histoire du Christianisme*, em 14 volumes (onze já publicados), da editora Desclée, sob a direcção de Charles e Luce Pietri, André Vanchez, Marc Venard, Jean-Marie Mayeur e François Laplanche.

Devem acrescentar-se ainda o *Dictionnaire Critique de Théologie*, sob a direcção de Jean-Yves Lacoste, Presses Universitaires de France; *Histoire de la Papauté*, de Yves-Marie Hilaire, Tallandier, 1996; *Dictionnaire Historique de la Papauté*, sob a direcção de Philippe Levillain, Fayard, 1994; *Pour lire L'Histoire de l'Église* (dois volumes), de Jean Comby. Para cada um dos 14 capítulos desta obra, indicam-se a seguir algumas obras fundamentais e recentes.

Jesus

Jésus, de Charles Perrot, PUF (1998).

Jésus-Christ, de Michel Quesnel, Flammarion (1994) [edição em português do Instituto Piaget, 1995].

Jésus, de Jacques Duquesne, Flammarion (1994) [ed. portuguesa do Círculo de Leitores].

Jésus, l'histoire vraie, de Jean Potin, Centurion (1994).

Jésus de Nazareth, de Heinz Zabrnt, Seuil (1996).

Que sait-on de Jésus?, in *Le Monde de la Bible*, Março-Abril 1998.

Jésus de Nazareth, nouvelle approche d'une énigme, de Daniel

Marguerat, Enrico Norelli e Jean-Michel Poffet, Labor et Fides (1998).

Jésus, l'homme qui évangélisa Dieu, de René Luneau, Seuil (1999).

Jésus-Christ ou la liberté, de Jean-Pierre Rosa, Bayard-Editions (1999).
Jésus rendu aux siens, de Salomon Malka, Albin Michel (1999).

São Paulo

Jésus et Paul, fis d.israel, de André Chouraqui, Le Moulin (1988).
Paul apôtre, de Simon Légasse, Cerf (1991).
L'enfance du christianisme, de Etienne Trocmé, Noésis (1997).
D'une montagne à l'autre. La loi de Dieu, de Paul Beauchamp, Seuil (1999).

Santo Agostinho

Initiation a saint Augustin, de Marcel Neusch, Cerf (1996).
Le Dieu d'Augustin, de Goulven Madec, Cerf (1999).
Saint-Augustin, de Serge Lancel, Fayard (1999).
Confessions, sob a direcção de Lucien Jerphagnon, Pléiade, Gallimard (1999) [existe uma edição portuguesa das *Confissões da Livraria Apostolado Imprensa*, 1984].
Le péché et la peur, de Jean Delumeau, Fayard (1983).

Cristãos do Oriente

L'orthodoxie et l'histoire, de Olivier Clément, Contacts (1991).
Le chemin historique de l'orthodoxie, de Alexandre Schmemmann, YMCA-Press (1996).
Unité de l'empire et division des chrétiens, de Jean Meyendorff, Cerf (1993).
L'Eglise orthodoxe, de Olivier Clément, PUF (1998).
Vie et mort des chrétiens d'Orient, de Jean-Pierre Valognes, Fayard (1994).
Les chrétiens en URSS, de Nikita Struve (1963).

Cruzadas

La chrétienté et l'idée de croisade, de André Alphandéry e Alphonse Dupront, Albin Michel, 1954, reed. 1995.
Les croisades vues para les Arabes, de Amin Maalouf, Lattès (1983) [edição portuguesa na Difel, 1996].
Ousama, un prince syrien face aux croisés, de André Miquel, Fayard (1986).
Les hommes de la Croisade, de Régine Pernoud, Fayard-Tallandier (1987).
Le temps des croisades, número especial de L'Histoire, Fevereiro de 1999.

São Francisco de Assis

Sagesse d'un pauvre, de Eloi Leclerc, DDB (1963) [edição em português da Editorial Franciscana, 1993].
Histoire des saints et de la sainteté chrétienne, t. 6, sob a direcção de André Vauchez, Hachette (1986).
François, le mendiant magnifique, de Jean Egen, Signe (1998).

Santo António

Obras Completas, trad. e notas de Henrique Pinto Rema, Lello & Irmão Editores (1987).
Actas do Congresso Internacional Pensamento e Testemunho - 8.º Centenário do Nascimento de Santo António, Univ. Católica Portuguesa/Família Franciscana Portuguesa (1996).
Santo António de Lisboa, de Francisco da Gama Caeiro, INCM (1995).
Santo António de Lisboa -- A Águia e a Treva, de Maria Candida da Costa Reis Monteiro Pacheco, INCM (1986).
8.º Centenário do Nascimento de Santo António, de Luís Krus e Arlindo Caldeira, coord. de José Mattoso, Clube do Coleccionador dos Correios (1995).
Santo António, de Agustina Bessa-Luís, Guimarães Editores (1993).
Roteiro do Culto Antoniano na Diocese do Porto, coord. de Carlos Azevedo, Fund. Manuel Leão (1996).
Santo António, Apóstolo e Defensor dos Humildes, de João Simões Raposo, in *Revista Itinerarium*, n.º 110/111 (Maio-Dezembro), Editorial Franciscana (1981).
II Mandorlo e la Locusta -- Venti Scrittori interpretano i Sermoni di Sant. Antonio, vários, Ed. Messaggero (Pádua, 1998).

Inquisição

L'inquisition espagnole, de Bartolomé Bennassar, Hachotte (1979).
L'inquisition, mythos et réalités, de Jacqueline Martin-Bagnaudez, DDB (1992).
L'inquisition, rempart de la foi?, de Laurent Albaret, Gallimard (1998).
Savonarole, de Pierre Antonetti, Perrin (1999).

Lutero

La foi de Luther; de Daniel Olivier, Beauchesne (1978).
L'aventure de la Réforme, sob direcção de Pierre Chaunu, DDB (1998).
Naissance et affirmation de la Réforme, de Jean Delumeau, PUF (reeditado em 1998).
Martin Luther, de Michel Leplay, DDB (1998).
La passion de Dieu, de Marc Linhard, Bayard-Éditions (1999).

Bartolomeu de las Casas e Inácio de Loyola

Jésuites, de Jean Lacouture, Seuil (1991-92) [edição portuguesa da Estampa, 1993].
Les Jésuites, de Alain Woodrow, Lattès (1987).
Ignace de Loyola et l'art de la décision, de André Ravier, Bayard-Éditions (1998).
Les jésuites, número especial de Notre Histoire, Abril (1991).
La conversion des Indiens de Nouvelle Espagne, de Christian Duverger, Seuil (1987).
Bartolomé de las Casas, de Francis Orhant, Ed. Ouvrières (1991).

Padre António Vieira

Apologia das Coisas Profetizadas, Pe. António Vieira, organ. e fixação do texto de Adma Fadul Muhana, Cotovia (1994).
Sermão do Bom Ladrão, idem, introd. de José Emílio Major Neto, Princí-

pio Editora (São Paulo, Brasil, 1993).
Sermões, idem, RBA Editores, Público (1996).
Actas do Congresso Internacional Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira, Univ. Católica Portuguesa/Província Portuguesa da Companhia de Jesus (1999).
Vieira 1697-1997, revista *Oceanos*, n.º 30-31, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1997).
Padre António Vieira no 3.º Centenário da sua morte, revista *Brotéria*, vol. 145, n.º 4-5 (1997).
António Vieira -- Uma Síntese do Barroco Luso-Brasileiro, de Aníbal Pinto de Castro, Clube do Coleccionador dos Correios (1997).
Vieira na Literatura Anti-Jesuítica (Séculos XVIII-XX), de José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis, Roma Editora/Fund. Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey (1997).
Roteiro Histórico dos Jesuítas em Lisboa, de P. António Lopes, Livraria AI/Editorial Apostolado da Oração (1985).

Teresa de Ávila

La vie de sainte Thérèse d'Avila, de Marcelle Auclair (1950) [edição portuguesa da Livraria Apostolado Imprensa, 1990].
Oevres Complètes, de Thérèse d'Avila, Desclée de Brouwer, 1989 [edição portuguesa das Edições Carmelo, 1978].
Sources: Mystiques chrétiens des origines, de Olivier Clément, Stock (1992).
Histoire des saints et de la sainteté chrétienne, artigos sobre Teresa d'Ávila, Hildegarde de Bingen et les *fols-en-Christ*, Hachette.

Lamennais e Renan

Histoire de la France religieuse, dir. de Jacques le Goff e René Rémond, Seuil.
Lamennais, de Louis le Guillou, Desclée de Brouwer (1969).
Les Lamennais, deux frères, deux destins, de Louis Le Guillou, Éditions Ouvrières, 1990.
Lamennais ou l'inquiétude de la liberté, de Jean Lebrun, Mame, 1981.
Lamennais, de Charles Chauvin, Desclée de Brouwer (1999).
Renan, de Jean Pommier, Perrin (1923).
La jeunesse cléricale d'Ernest Renan, de Jean Pommier, Les Belles Lettres (1933).

Século XX

Dieu est noir (Luther King), de Bruno Chenu, Centurion (1977).
Le Christ noir américain, de Bruno Chenu, Desclée (1984).
Dietrich Bonhoeffer, de Eberhard Bethge, Labor et Fides (1969).
Ils ne seront plus humiliés (Oscar Romero), de Charles Antoine, Ed. Ouvrières (1985).

Agradecimentos

A Mohamed Arkoun, Paul Beauchamp, Charles Chauvin, Olivier Clément, Jean-François Colosimo, Jean Delumeau, Maurice Giuliani, Serge Lancel, Michel Leplay, Goulven Madec, Henri Madelin, Marcel Neusch, Daniel Olivier, Charles Perrot, Michel Quesnel, Alain Richard, Patrick Simonin, os nossos agradecimentos, extensivos ainda aos serviços da biblioteca dos Dominicanos (ex-Saulchoir) e de documentação dos Franciscanos, dos Jesuítas e dos Sulpicianos.
H. T.

